UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANDRÉ VASCONCELOS

TRIUNFO (PE): UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E CULTURA NO SERTÃO DO NORDESTE

CAMPINA GRANDE/PB
2018

ANDRÉ VASCONCELOS

TRIUNFO (PE): UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E CULTURA NO SERTÃO DO NORDESTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profª. Drª. Nerize Laurentino Ramos

CAMPINA GRANDE/PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V331t Vasconcelos, André.
Triunfo (PE) [manuscrito] : uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e cultura no sertão do Nordeste / André Vasconcelos. - 2018.
134 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos , Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Triunfo-PE. 2. Desenvolvimento local. 3. Turismo. 4. Cultura local. 5. Patrimônio histórico. I. Título
21. ed. CDD 338.9

Elaborada por Hellys P. M. de Sousa - CRB - 15/361 BCIA1/UEPB

ANDRÉ VASCONCELOS

TRIUNFO (PE): UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E CULTURA NO SERTÃO DO NORDESTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências legais para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 10/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Nerize Laurentino Ramos
Orientador - UEPB

Prof. Dr. Leonardo de Araújo Mota
Examinador Interno - UEPB

Prof.ª Maria Dilma Simões Brasileiro
Examinador Externo - UFPB

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Guilherme, minha esposa Elaide, meu irmão Alexandre, minha cunhada Aline, meus sobrinhos Pedro Henrique e Ana Luísa, e de modo muito especial aos meus pais Maria Carlinda Vasconcelos e José Carlos de Vasconcelos *(in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Tento sempre em minha vida ser grato, humilde e ter fé.
Honestamente, não sei se consigo. Mas, vivo a procura de ser uma pessoa melhor a cada dia.
Sei que é muito pouco. Contudo, deixo aqui registrado meu agradecimento e reverência ao bom Deus que sempre se faz presente em minha vida, à Nosso Senhor Jesus Cristo, e ao Espírito Santo, pelas bênçãos derramadas sobre mim e família.

Á Nossa Senhora e aos santos de minha devoção.

Tenho pedido muito e sempre sou atendido.

Graças, Senhor!

Ao meu pai José Carlos de Vasconcelos (in memoriam) e a minha mãe Maria Carlinda Vasconcelos. Obrigado pelo amor, doação, zelo, ensinamentos, incentivo, por tudo que fizeram e fazem por mim! Impossível retribuir o muito que recebi. Meu amor e gratidão. Que Deus lhes recompense.

Ao meu filho Guilherme e a minha esposa Elaide, pela paciência, amor e companheirismo. Perdão pelas ausências. Amo vocês!

Ao meu irmão Alexandre, minha cunhada Aline e meus sobrinhos Pedro e Ana Luísa, pelo apoio e afeto. Muito obrigado! Sei que posso contar com vocês a qualquer hora.
Família, família, família!

Ao saudoso professor e orientador Julio Cesar Cabrera Medina que tão cedo partiu para a morada celestial e a quem devo muito pela construção deste trabalho.

À minha querida professora e orientadora Nerize Laurentino Ramos por sua generosidade e amizade. Sem palavras para lhe agradecer. Gratidão!

À todos os colegas de turma e em especial aos amigos Wanderley Buriti e Paula Valéria pela estima, consideração e apoio. Amizades para toda uma vida.

Aos amigos frei César Lindemberg Serafim (OFM), frei José Teixeira Rodrigues (frei Zezinho, OFM), e ao casal Cristian Simões e Rozeane Lima. Sem a amizade e ajuda de vocês antes e durante, eu não estaria concluindo este mestrado. Grato pela generosidade.

À amiga Fabrícia Ferreira de Lima, secretária deste programa de pós-graduação, por sua disponibilidade, carinho e dedicação desde o primeiro momento em que cheguei à UEPB.

Ao professor Hermes Alves de Almeida pela oportunidade e acolhimento a este matuto quando da minha chegada;

Ao professor Leonardo Mota e a professora Dilma Brasileiro pela participação na banca de defesa e contribuições ofertadas a este trabalho.

À professora Ângela Cavalcanti Ramalho, coordenadora deste programa e ao colegiado, pela compreensão.

Aos professores pelos ensinamentos partilhados.

Aos entrevistados, às instituições e seus colaboradores que gentilmente nos atenderam e cederam materiais e documentos imprescindíveis para realização da pesquisa. Sempre encontrei portas abertas.

Agradeço, também, aqueles que eu não mencionei, mas que de alguma forma se fazem presente em minha vida - familiares e amigos - assim como a todos que contribuíram para realização deste trabalho.

Muito obrigado!

Aos Críticos

Senhores críticos, basta!
Deixai-me passar sem pejo
Que o trovador sertanejo
Vem seu "pinho" dedilhar
Eu sou da terra onde as almas
São todas de cantadores
Sou do Pajeú das Flores
Tenho razão de cantar!

Não sou um Manuel Bandeira
Drumond, nem Jorge de Lima
Não espereis obra-prima
Deste matuto plebeu
Eles cantam suas praias
Palácios de porcelana
Eu canto a roça, a cabana
Canto o sertão..., que ele é meu!

Rogaciano Leite

RESUMO

O patrimônio cultural como recurso turístico pode ser um caminho para contribuir com o desenvolvimento local, mas também um espaço de lutas entre os atores que participam do processo. E esse patrimônio, para assim ser considerado, necessita ter sua importância reconhecida pela população, um sentido de apropriação, de pertencimento, tendo um vínculo com a identidade e memória. Por sua vez, para conhecer o patrimônio cultural e histórico de uma localidade, o turista precisa encontrar lugares preservados e valorizados pela comunidade que o recebe. Situado no semiárido nordestino, o Município de Triunfo (PE) localiza-se na Microrregião do Pajeú, esta por sua vez inserida na Mesorregião do Sertão Pernambucano, distando 400 km do Recife, estando em um brejo de altitude, com sua sede a 1010 metros. A zona rural com seus mirantes naturais, cachoeiras, furnas, e a área urbana detentora de um patrimônio histórico e cultural são elementos que propiciam a atividade do turismo como alternativa para o desenvolvimento. Vários estudos têm foco na demanda, ou seja, nos turistas e sua avaliação com relação ao destino turístico e a qualidade no atendimento. Esta dissertação, no entanto, tem como objetivo geral apresentar o contexto atual entre patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local no Município de Triunfo, a partir dos dados secundários e da percepção de três segmentos: comunidade local, iniciativa privada e poder público (executivo e legislativo). Neste sentido o trabalho descreveu o processo de formação da cidade de Triunfo; expôs a percepção do sistema local (comunidade, iniciativa privada e poder público) acerca da sua cultura e da atividade turística desenvolvida no Município; e analisou com base em dados secundários e nas falas dos agentes locais a participação destes na concepção de políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico e à construção do fenômeno do turismo no Município. Como metodologia optou-se por fazer um estudo de caso através de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Dentre as conclusões destacamos: o passado de Triunfo como centro econômico do alto sertão pernambucano é percebido pelo senso comum triunfense como um tempo de glória em comparação com o tempo atual, e o turismo como redenção e ponte para um futuro promissor, através da utilização de elementos históricos como a cultura local e seu patrimônio, como forma de recuperar ao menos em parte sua antiga importância no cenário regional; conforme transpareceu nas falas da maioria dos entrevistados a mercantilização da cultura através do turismo é percebida como algo positivo; houve uma tentativa de uma política participacionista quando da elaboração do Plano Diretor, contudo, ainda carece melhorar a qualidade do diálogo existente, traçar estratégias de mobilização dos cidadãos com o intuito de participarem do processo decisório, e acatamento do poder público das decisões tomadas pelas instâncias de participação, assim como seu fortalecimento; de acordo com as narrativas dos representantes do sistema local, salvo exceções, prevalece a percepção de que a atividade turística não causa impactos negativos para o Município e o turismo tem contribuído para o desenvolvimento da localidade através do fomento a conservação do seu patrimônio histórico, dinamização e difusão da cultura local, geração de emprego e renda e investimentos na infraestrutura da cidade.

Palavras-chave: Triunfo, Desenvolvimento, Turismo, Cultura, Patrimônio.

ABSTRACT

Cultural heritage as a tourist resource may be a way to contribute to local development, but also a space of struggles between the actors involved in the process. And this heritage, so as to be considered, needs to have its importance recognized by the population, a sense of ownership, belonging, and a link to the identity and memory. In its turn, to know the cultural and historical heritage of a locality, tourists need to find out places preserved and valued by the community that welcome them. Located in the northeastern semi-arid region, the Municipality of Triunfo (PE) is located in the Pajeú Microregion, located in Meso-region in the Pernambuco's state hinterland, 400 km away from Recife, standing in a swamp of altitude, with its headquarters at 1010 meters. The countryside with its natural lookouts, waterfalls, caves, and the urban area holds a historical and cultural heritage are elements that favor the activity of tourism as an alternative for development. Several studies have focused on the demand, that is, on the tourists and their evaluation regarding the tourist destination and in the service quality. This master thesis, however, has as general purpose, to present the current context between cultural heritage, tourism and local development in the Municipality of Triunfo, from the secondary data and the perception of three segments: local community, private initiative and public government (executive and legislative). Thus, this paper described the process of Triunfo's city formation; exposed the local system perception (community, private initiative and public power) about its culture and the tourist activity developed in the Municipality; and analyzed on the basis of secondary data and the speeches of local agents, their participation in the conception of public policies focused on the historical heritage and the construction of the phenomenon of tourism in the Municipality. As methodology, it was decided to make a case study through a research with a qualitative approach. Among the conclusions, we highlight: the past of Triunfo as the economic center of the high hinterland of Pernambuco, is perceived by *triunfense*'s common sense, as a time of glory in comparison with the present time, and tourism as redemption and link to a promising future, through the use of historical elements such as the local culture and its heritage, as a way to recover, at least partially, its former importance in the regional scenario; as transpired in the speeches of most respondents, the commodification of culture through tourism is perceived as something positive; there was an attempt at a participatory policy when drawing up the Master Plan, however, it still needs to improve the quality of the existing dialogue, draw up strategies to mobilize citizens to participate in the decision-making process, and comply with the public power of the decisions taken by the authorities participation, as well as its strengthening; according to the narratives of representatives of the local system, with exceptions, the perception prevails that the tourist activity does not cause negative impacts to the Municipality, and tourism has contributed to the locality development through the promotion and conservation of its historical heritage, dynamization and diffusion of the local culture, generation of employment and income and investments in the city's infrastructure.

Keywords: Triunfo, Development, Tourism, Culture, Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – jornal Diário de Pernambuco – edição de 31 de maio de 1877 21
Figura 2 – jornal Diário de Pernambuco – edição de 28 de junho de 1877 21
Figura 3 – jornal Diário de Pernambuco – edição de 13 de junho de 1870 27
Figura 4 – imagem Cafezal em Triunfo 28
Figura 5 – Triunfo nos Anais Pernambucanos, de Pereira da Costa 29
Figura 6 – anúncios no jornal Correio do Centro – edição do ano de 1914.....30
Figura 7 – imagem praça XV de Novembro em 1909.....30
Figura 8 – jornal Correio do Centro – edição de 10 de maio de 1914 36
Figura 9 – imagem Theatro Cinema Guarany 39
Figura 10 – imagem Museu do Cangaço.....40
Figura 11 – imagem Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores 61
Figura 12 – imagem do casario da praça XV de Novembro 61
Figura 13 – imagem de edificações localizadas na praça Monsenhor Eliseu Diniz.....62
Figura 14 – imagem de edificações localizadas na rua Padre Ibiapina 62
Figura 15 – imagem da estação do teleférico e Convento São Boaventura 63
Figura 16 – localização de Triunfo no Estado de Pernambuco.....63
Figura 17 – imagem Museu da Cidade.....85
Figura 18 – imagem dos Caretas no início da década de 1990 87
Figura 19 – imagem dos Caretas durante o Carnaval de 2018.....87
Figura 20 – imagem de imóveis modificados após o tombamento 103
Figura 21 – imagem de imóveis tombados na Praça Monsenhor Eliseu Diniz.....104
Figura 22 – imagem de imóveis tombados na Rua Manoel Pereira Lima.....104
Figura 23 – imagem da edificação Castelinho antes da intervenção.....114
Figura 24 – imagem da edificação Castelinho após a intervenção.....115
Figura 25 – imagem show de Bruno e Marrone no Pátio de Eventos 116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – comparativo de população.....30
Quadro 2 – comparativo de arrecadação estadual proveniente dos municípios.....31
Quadro 3 – exemplos de definições de cultura 47
Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal.....64
Quadro 5 – tipos de estabelecimentos contribuintes para a Taxa de Turismo 96
Quadro 6 – valores referentes ao ISS, ao Alvará, e à Taxa de Turismo 97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMT	Associação Comercial do Município de Triunfo
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
EMPETUR	Empresa de Turismo de Pernambuco
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RS	Rio Grande do Sul
SESC	Serviço Social do Comércio
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. DO "DESERTÃO" AO "OÁSIS" 19

1.1 Triunfo: um brejo do Sertão em seus primórdios 24

1.1.1 As origens: da Serra Grande do Pajeú ao Triunfo 24

1.1.2 Raízes da economia triunfense 28

1.1.3 Revolta, cangaço e banditismo em Triunfo 31

1.1.4 Histórico da vida social e cultural 35

2. TURISMO E CULTURA EM TRIUNFO: RECURSO E DIREITO 46

2.1 Cultura: Identidade, mercado e desenvolvimento 47

2.2 Turismo: Atrativos e infraestrutura 60

2.3 Turismo como alternativa para o desenvolvimento 67

2.4 Turismo, equipamentos culturais e manifestações folclóricas em Triunfo 78

3. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL 89

3.1 Políticas públicas para o turismo em Triunfo 94

3.2 Tombamento do patrimônio histórico e cultural de Triunfo 103

3.3 Turismo e patrimônio histórico: o caso do Castelinho e o Pátio de Eventos 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

REFERÊNCIAS 123

APÊNDICE 131

Apêndice A: Perfil e identificação dos entrevistados 131

Apêndice B: Roteiro de perguntas para entrevista – comunidade local 132

Apêndice C: Roteiro de perguntas para entrevista – iniciativa privada 133

Apêndice D: Roteiro de perguntas para entrevista – poder público municipal 134

INTRODUÇÃO

Inserido na linha de pesquisa “Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional”, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Estadual da Paraíba, este trabalho se propôs a discorrer sobre turismo, patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento em um pequeno município situado no Sertão de Pernambuco. Triunfo é um local repleto de atrativos histórico-culturais formados pelos seus personagens folclóricos, por sua arquitetura, gastronomia, equipamentos e grupos culturais, a história do cangaço na região no início do século passado, as festas populares, entre outros.

Com foco nos municípios, na década de 1990, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi estruturado e implantado por iniciativa do governo federal, sendo substituído por volta de 2004 pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT – Roteiros do Brasil. Dentre as localidades brasileiras que trabalharam o PNMT e atualmente o PRT está o Município de Triunfo (PE), localizado a 400 quilômetros do Recife, sendo considerado um polo turístico pela EMPETUR (Empresa Pernambucana de Turismo).

Por sua vez, encontra-se em tramitação no Conselho de Cultura do Estado de Pernambuco um processo administrativo proposto pela FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), com o objetivo de realizar o tombamento do centro da cidade de Triunfo, o qual é composto por um acervo histórico, paisagístico e arquitetônico erguido entre os séculos XIX e início do XX.

No Sul do Brasil encontram-se instaladas escolas de turismo e hotelaria há décadas, o que vêm a beneficiar os estudos referentes às localidades dos estados ali situados. No Nordeste, as pesquisas concentram-se, sobretudo nas áreas turísticas litorâneas. Contudo, são escassos os trabalhos científicos que abordem as repercussões geradas pela atividade turística no Sertão Pernambucano, de modo a analisar a realidade do turismo e sua construção enquanto fenômeno, o que vem a justificar a escolha do Município de Triunfo.

Nas últimas três décadas o debate sobre o desenvolvimento retornou como meio de se pensar em uma estratégia que diminua as desigualdades regionais e melhore a qualidade de vida dos cidadãos. O mesmo acontece com as temáticas do turismo e da cultura, áreas vistas como alternativas a serem trabalhadas conjuntamente, de modo a contribuir para o desenvolvimento local e regional através da dinamização de territórios detentores de recursos. Destaca-se nesse sentido um conceito de desenvolvimento que se sobrepõe unicamente a esfera econômica, e contempla, também, questões sociais, ambientais e culturais.

A turistificação de uma determinada localidade causa uma expectativa com relação a melhoria da qualidade de vida dos autóctones e pode gerar realidades complexas, novas relações para com o lugar, benesses, os conflitos, as tensões, a transformação dos espaços, mudança de costumes, fomento a preservação do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, uma hibridização entre o tradicional e o moderno.

O turismo, em alguns casos, está presente nos discursos do poder público e da iniciativa privada como solução para apatia econômica dos pequenos municípios e com potencial para gerar emprego, renda, e dessa forma melhorar os indicadores sociais. Por outro lado, questionam-se os impactos negativos causados na cultura local e nos recursos naturais atrelados a uma dinâmica que atende unicamente a uma lógica de mercado em detrimento do desenvolvimento da localidade.

Considerando que apenas o crescimento econômico não é indutor de desenvolvimento, as questões que nortearam esta pesquisa são: qual a origem deste patrimônio cultural de Triunfo atualmente utilizado como recurso turístico? Como a comunidade local, a iniciativa privada e o poder público percebem sua cultura e turismo no Município? Qual a participação dos segmentos citados acima nesse processo de construção do turismo?

Vários estudos têm foco na demanda, ou seja, nos turistas e sua avaliação com relação ao destino turístico e a qualidade no atendimento. Esta pesquisa, no entanto, objetiva, de forma geral, apresentar a relação entre turismo, cultura e desenvolvimento local no Município de Triunfo a partir da percepção dos seus três segmentos: comunidade local, iniciativa privada e poder público (executivo e legislativo), além dos dados secundários.

Quanto aos objetivos específicos, esta dissertação pretende:

a) descrever o processo de formação da cidade de Triunfo;

b) expor o pensamento do sistema local (comunidade, iniciativa privada e poder público) acerca da sua cultura e da atividade turística desenvolvida no Município;

c) analisar com base em dados secundários e nas narrativas dos agentes locais a participação destes na concepção de políticas públicas sobre patrimônio histórico e na construção do fenômeno do turismo no Município.

Para responder às questões de pesquisa apontadas e atender aos objetivos propostos, optou-se por fazer um estudo de caso através de uma pesquisa qualitativa. Como ação inicial, a partir das disciplinas cursadas foi selecionado um conteúdo teórico interdisciplinar sobre desenvolvimento, turismo, cultura, políticas públicas e planejamento urbano, o qual norteia este estudo.

Foi realizado um levantamento de dados secundários com relação à formação do Município e sobre a atividade turística e o patrimônio cultural triunfense. Com esse intuito, foram recolhidas informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Prefeitura Municipal, no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife, assim como em jornais antigos, fotografias, e efetivada uma revisão bibliográfica que propiciou as condições de contextualizar Triunfo dentro de uma abordagem histórica, revelando a origem do patrimônio cultural da localidade.

Considerando a importância das políticas públicas e do planejamento do turismo para um consequente desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural, ressaltam-se dentro de um sistema local as demandas da sociedade, o investimento da iniciativa privada e o papel do poder público no sentido de um trabalho conjunto.

Assim, foram eleitos três grupos representando o sistema municipal para se realizar a pesquisa: a comunidade local composta por moradores da cidade (professores, funcionário público, guia de turismo, e um brincante); a iniciativa privada, tendo participado um representante da ACMT (Associação Comercial do Município de Triunfo) e empresários do ramo de bares, restaurantes e meios de hospedagem; o SESC (Serviço Social do Comércio) enquanto instituição privada que mais gera empregos e realiza investimentos nas áreas do turismo e da cultura; e o poder público com dois representantes da Prefeitura Municipal e um da Câmara de Vereadores.

Dentro de cada grupo, a escolha dos entrevistados obedeceu a um tipo de amostragem não-probabilística, no qual os entrevistados foram selecionados de acordo com suas atuações na localidade, participando ou tendo participado dos diversos conselhos municipais, ou de algum modo envolvidos nas áreas de turismo, cultura ou educação.

Com relação à técnica para coleta de dados junto aos agentes, escolheu-se a entrevista semiestruturada, com uma estrutura de perguntas abertas, de modo que o roteiro e a ordem em que as questões foram feitas variaram de acordo com as características de cada entrevistado e dos seus respectivos segmentos. Durante o trabalho de campo foi também utilizada a técnica de observação direta para complementar a metodologia e contribuir para fornecer mais subsídios para a análise dos dados primários e secundários.

As entrevistas seguiram um roteiro que envolvia os seguintes pontos: percepção dos entrevistados sobre a cultura local, turismo e desenvolvimento; impactos causados pelo turismo; participação dos agentes na criação de políticas públicas voltadas para o turismo e o patrimônio cultural; relação entre os agentes do sistema turístico; e considerações sobre os discursos e ações do poder público e iniciativa privada.

A identidade dos entrevistados foi preservada como forma de possibilitar maior liberdade para responder aos questionamentos. As 14 entrevistas semiestruturadas foram realizadas com gravador digital, após permissão dos entrevistados, nos seguintes períodos: representantes da comunidade local de 26 a 29/10/2017 e de 04 a 06/01/2018; representantes da iniciativa privada de 10 a 12/01/2018 e de 01 e 02/03/2018; representante do Sesc no dia 16/03/2018; e os representantes do poder público de 28 a 30/11/2017. Para facilitar o processo de identificação dos participantes da pesquisa foi elaborada uma tabela constante nos apêndices.

Posteriormente, fez-se a transcrição das gravações, excluindo algumas repetições e introduzindo pontuações mediante as falas e pausas dos entrevistados, de modo a facilitar a compreensão do texto e preservar o sentido e autenticidade dos depoimentos dos participantes da pesquisa.

O autor desta dissertação tem consciência que as teorias sociais não representam uma explicação fiel da totalidade. Consideramos tal ponto como uma limitação: o de retratar apenas uma parte da realidade, o que percebem e compreendem os agentes escolhidos para participar desta pesquisa. No entanto, o trabalho realizado confere condições de contemplar os objetivos propostos neste estudo.

A dissertação está dividida em três partes estando estas em consonância com os objetivos. Após seguem-se as considerações finais, a bibliografia utilizada e o apêndice. No primeiro capítulo é abordada a temática do desenvolvimento aliada a uma caracterização do Município de Triunfo, de modo a descrever o cenário da pesquisa, conhecer suas origens, a ocupação do território, sua formação social e econômica, ofertando um conhecimento sobre a proveniência do patrimônio histórico e cultural utilizado pelo turismo.

No segundo capítulo são expostas as percepções da comunidade local, da iniciativa privada e do poder público acerca do seu patrimônio cultural e a respeito da atividade turística desenvolvida no Município, como também trata a cultura como um direito para o cidadão e ao mesmo tempo um recurso para o mercado; identificam-se os atrativos e a infraestrutura turística; e apresenta a relação entre o turismo e os equipamentos culturais e manifestações folclóricas.

O terceiro capítulo discorre sobre a importância do processo de participação social para conceber políticas públicas de turismo e cultura capazes de promover desenvolvimento; cita a legislação municipal com foco nos bens culturais e no setor turístico; contempla a compreensão dos três segmentos locais na construção de políticas públicas; e relata o caso

envolvendo a demolição parcial de um bem tombado devido á demandas geradas pela atividade turística.

Espera-se que às análises e resultados contidos neste trabalho sejam úteis e possam contribuir com os estudos desta pequena porção do sertão pernambucano e com as temáticas do turismo e da cultura voltados para a promoção do desenvolvimento.

1. DO "DESERTÃO" AO "OÁSIS"

Com o objetivo de situar Triunfo dentro do Nordeste, de um espaço que é a mesorregião sertaneja do estado de Pernambuco, e por outra perspectiva tomar conhecimento do seu processo de desenvolvimento enquanto localidade, optou-se por trazer algumas informações históricas, de modo a caracterizar nosso local de estudo. O intuito não é realizar uma retrospectiva ou uma linha do tempo, e sim fornecer subsídios para que possamos descrever, em parte, sua formação social, econômica, e identificar as origens de sua herança cultural e patrimonial, a qual atualmente se constitui em recurso turístico.

A organização da região Nordeste foi estabelecida mediante uma construção de espaços. No caso de Pernambuco, deu-se inicialmente a ocupação da Zona da Mata com a cultura canavieira e o Sertão com a pecuária na área do semiárido. Composto por nove estados da Federação, com exceção de Teresina, o Nordeste têm todas as demais capitais situadas no litoral.

Partindo para o interior nordestino, alguns municípios possuem maior expressividade como é o caso de Feira de Santana, na Bahia; Caruaru e Petrolina, em Pernambuco; Campina Grande, na Paraíba; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Imperatriz, no Maranhão; Juazeiro do Norte, no Ceará; e Arapiraca, em Alagoas. Em Pernambuco, tendo como critério a população residente, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE[1], se confirma a existência de uma concentração na Região Metropolitana do Recife (RMR), formada por 14 municípios, a qual passou a contar com 3,7 milhões de habitantes, tendo somente a capital 1,5 milhão. Se somarmos a população das mesorregiões[2] do Sertão Pernambucano e do São Francisco, ambas inseridas na área sertaneja do Estado de Pernambuco se alcança uma população de 1.677.359 habitantes, ou seja, menos da metade da Região Metropolitana do Recife.

Entre outros significados, estudiosos - a exemplo do cearense Gustavo Barroso (1947), então membro da Academia Brasileira de Letras, de modo geral, reconhece a palavra portuguesa 'sertão' como a corruptela ou abreviatura de 'desertão', deserto grande. Se considerarmos o período da ocupação da região sertaneja pernambucana, pode-se interpretar tal significado como um local distante dos núcleos urbanos situados no litoral, o interior.

Nos espaços vazios, no 'desertão' desenvolveu-se a "civilização do couro", assim denominada pelo historiador Capistrano de Abreu: "De couro era a porta das cabanas, o rude

[1] Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: ago./2018.
[2]Conforme o IBGE, o Estado de Pernambuco é formado por cinco mesorregiões: Metropolitana do Recife, Mata Pernambucana, Agreste Pernambucano, Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano, sendo as duas últimas na área compreendida como sertão.

leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou o alforje para levar comida, a maca para guardar roupa [...]" (ABREU, 1988, p. 149).

Contudo, como afirma o próprio Capistrano de Abreu, este espaço tinha como população várias tribos indígenas. De acordo com a cultura do colonizador e da população dita civilizada e residente no litoral, por não estarem sob o domínio da coroa portuguesa os indígenas não possuíam direitos, devendo a terra ter melhor aproveitamento. Entre outros motivos, tal visão veio a fomentar a existência de conflitos - a exemplo da Guerra dos Bárbaros[3], também conhecida por Confederação dos Cariris. Assim, o sertão foi recebendo uma caracterização de lugar atrasado, sem lei, oposto ao litoral, com uma carga simbólica no imaginário deste território. O próprio nome "Guerra dos Bárbaros" revela a perspectiva do colonizador, ou seja, sertão como local incivilizado, habitado por selvagens.

Nesse contexto, na segunda metade do século XVII iniciou-se a ocupação do sertão pernambucano via rio São Francisco pelos pioneiros vaqueiros vindos da Bahia, os quais investiam contra os índios, atravessando Pernambuco através do rio Pajeú, afluente do "Grande Rio", até chegar à Paraíba, na região do Piancó. No século XVIII os desbravadores seguiam com a conquista deste território através dos seus currais de gado, dando origem aos latifúndios no sertão pernambucano e suas respectivas relações de poder, fundando na margem dos rios as fazendas que, posteriormente, foram o nascedouro de diversas povoações. Eram os rendeiros dos Garcia D'Ávila[4]. Se por um lado o sertão era caracterizado como um local atrasado, por outro entendimento foi também percebido como um território de oportunidades, e, por sua vez, incorporado a uma dinâmica: a cultura canavieira no litoral e a pecuária no sertão; a civilização do açúcar e a civilização do couro.

A ideia do que é ser nordestino se confunde com a concepção do que é ser sertanejo. Qual o significado de "ser nordestino"? A ideia de região enquanto território único com as mesmas características não existia durante o período colonial. Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), em sua obra "A invenção do Nordeste", a região seria

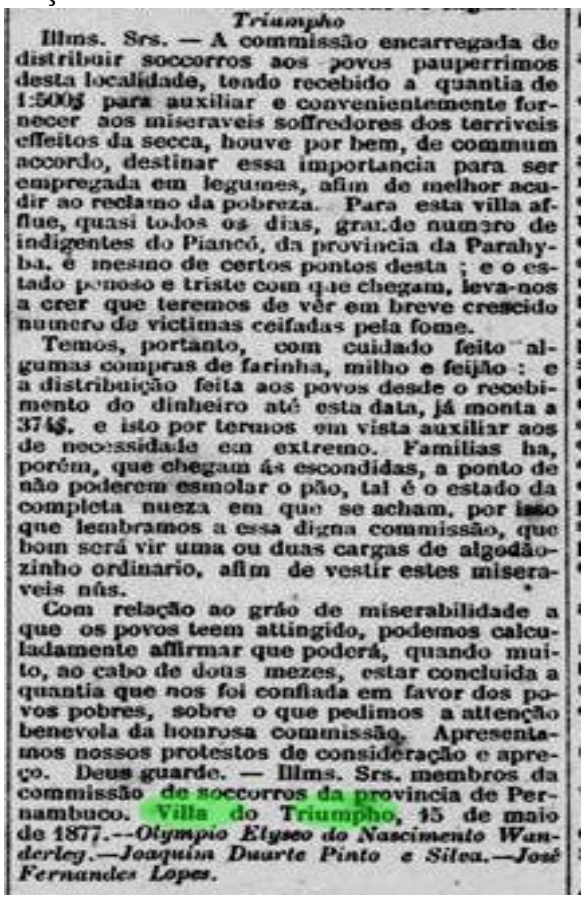
[3]Tendo ocorrido no intervalo de tempo entre 1683 e 1713, mais precisamente em 30 anos de longa duração, a Confederação dos Cariris, Guerra dos Bárbaros ou ainda Nação Kiriri como também era conhecida, teve sua origem ocasionada pela revolta indígena de tribos que não se sujeitavam aos homens brancos (portugueses colonizadores do território brasileiro) sem apresentar resistências. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/confederacao-dos-cariris/>. Acesso em: jan./2018.

[4] A propriedade dos Ávilas se estendia da Bahia ao Maranhão, dentro de uma área de cerca de 800 mil quilômetros quadrados, equivalente a 1/10 do território brasileiro de hoje, o que equivale às áreas, somadas, de Portugal, Espanha, Holanda, Itália e Suíça, tendo sido o maior latifúndio já existente. O Castelo da Torre de Garcia D'Ávila, sede do morgado, é considerado a primeira grande edificação portuguesa construída no Brasil, exemplar único de castelo em estilo medieval edificado na América. Disponível em: <http://www.casadatorre.org.br/>. Acesso em: jan./ 2018.

uma criação de imagem e discurso estereotipados que contribuíram para formação de um Nordeste único. “Os próprios nordestinos constroem uma identidade que não é natural, nem essencial, como enfim eles se ‘nordestinizam’, ao mesmo tempo em que são ‘nordestinizados’ ” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 17). Também vários são os sertões, porém a imagem do sertanejo nordestino foi vendida pela mídia continuamente atrelada as secas.

O fenômeno das secas que assola o semiárido foi tema sempre presente na literatura, nos discursos políticos e culpado por toda miséria dos nordestinos. A cidade de Triunfo, devido a sua localização em um brejo de altitude, ficou conhecida como um “Oásis do Sertão”, sendo este um dos títulos utilizados pelo turismo para vender a imagem do Município. Para este local seguiam caravanas de sertanejos em períodos de secas, retirantes vindos dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, conforme notícias do Diário de Pernambuco sobre a seca de 1877 exibidas abaixo.

Figura 1: Jornal Diário de Pernambuco – edição de 31/05/1877



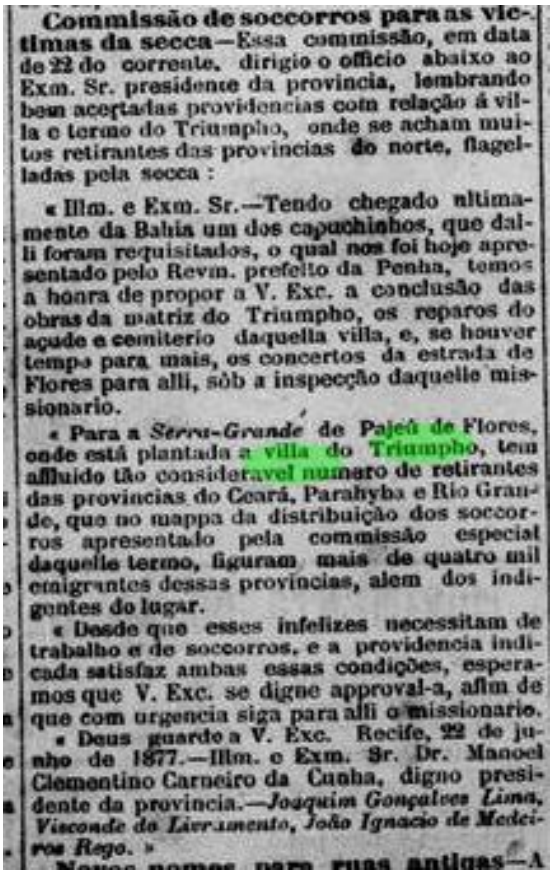
Triumpho

Illms. Srs. — A commissão encarregada de distribuir soccorros aos povos pauperrimos desta localidade, tendo recebido a quantia de 1:500$ para auxiliar e convenientemente fornecer aos miseraveis soffredores dos terriveis effeitos da secca, houve por bem, de commum accordo, destinar essa importancia para ser empregada em legumes, afim de melhor acudir ao reclamo da pobreza. Para esta villa afflue, quasi todos os dias, grande numero de indigentes do Piancó, da provincia da Parahyba, e mesmo de certos pontos desta ; e o estado penoso e triste com que chegam, leva-nos a crer que teremos de vêr em breve crescido numero de victimas ceifadas pela fome.

Temos, portanto, com cuidado feito algumas compras de farinha, milho e feijão : e a distribuição feita aos povos desde o recebimento do dinheiro até esta data, já monta a 374$, e isto por termos em vista auxiliar aos de necessidade em extremo. Familias ha, porém, que chegam ás escondidas, a ponto de não poderem esmolar o pão, tal é o estado da completa nueza em que se acham, por isso que lembramos a essa digna commissão, que bom será vir uma ou duas cargas de algodãozinho ordinario, afim de vestir estes miseraveis nús.

Com relação ao grão de miserabilidade a que os povos teem attingido, podemos calculadamente affirmar que poderá, quando muito, ao cabo de dous mezes, estar concluida a quantia que nos foi confiada em favor dos povos pobres, sobre o que pedimos a attenção benevola da honrosa commissão. Apresentamos nossos protestos de consideração e apreço. Deus guarde. — Illms. Srs. membros da commissão de soccorros da provincia de Pernambuco. Villa do Triumpho, 15 de maio de 1877.—*Olympio Elyseo do Nascimento Wanderley.—Joaquim Duarte Pinto e Silva.—José Fernandes Lopes.*

Figura 2 : Jornal Diário de Pernambuco – edição de 28/06/1877 –



Commissão de soccorros para as victimas da secca—Essa commissão, em data de 22 do corrente, dirigio o officio abaixo ao Exm. Sr. presidente da provincia, lembrando bem acertadas providencias com relação á villa e termo do Triumpho, onde se acham muitos retirantes das provincias do norte, flagelladas pela secca :

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo chegado ultimamente da Bahia um dos capuchinhos, que dalli foram requisitados, o qual nos foi hoje apresentado pelo Revm. prefeito da Penha, temos a honra de propor a V. Exc. a conclusão das obras da matriz do Triumpho, os reparos do açude e cemiterio daquella villa, e, se houver tempo para mais, os concertos da estrada de Flores para alli, sôb a inspecção daquelle missionario.

« Para a *Serra-Grande* de Pajeú de Flores, onde está plantada a villa do Triumpho, tem affluido tão consideravel numero de retirantes das provincias do Ceará, Parahyba e Rio Grande, que no mappa da distribuição dos soccorros apresentado pela commissão especial daquelle termo, figuram mais de quatro mil emigrantes dessas provincias, alem dos indigentes do lugar.

« Desde que esses infelizes necessitam de trabalho e de soccorros, e a providencia indicada satisfaz ambas essas condições, esperamos que V. Exc. se digne approval-a, afim de que com urgencia siga para alli o missionario.

« Deus guarde a V. Exc. Recife, 22 de junho de 1877.—Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, digno presidente da provincia.—*Joaquim Gonçalves Lima, Visconde de Livramento, João Ignacio de Medeiros Rego.* »

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

Ao projetarmos mentalmente um oásis, o concebemos como contraste ao “desertão”, a zona seca, e ao mesmo tempo, como um lugar nela inserida. Não conseguimos imaginar um

oásis em uma mata litorânea ou floresta tropical. Triunfo paga um preço por ser percebido como um local imune as secas, o que não é verdade. Como todo município inserido no semiárido sofre com a estiagem causada por um regime pluviométrico irregular que atinge a produção agrícola e causa o desabastecimento de água. Até o momento ainda carece de ações governamentais definitivas que solucionem a crise hídrica, algo praticamente resolvido em quase todas as antigas cidades da região através da Adutora do Pajeú com captação das águas do rio São Francisco. A sede do município de Triunfo, porém, não foi contemplada.

Ainda no século XIX as secas motivaram ações governamentais para desenvolver medidas que atenuassem suas consequências, a exemplo da Comissão Imperial criada em 1877 por D. Pedro II que tinha a missão de analisar o problema e indicar soluções (DINIZ, 2009). Em 1909, no governo de Nilo Peçanha, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em 1919 na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), e que a partir de 1945 recebeu a denominação de DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

> Em 1920, havia sido criada a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil, com 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal fixou em 4% do orçamento federal para o controle das secas. Em 1945 [...] foi criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco. A nova Constituição Federal, aprovada em 1946, estabeleceu vinculações orçamentárias específicas para o desenvolvimento das regiões Nordeste e amazônica. Por essa razão, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em 1948. Em 1951, seria instituído o Banco do Nordeste do Brasil (DINIZ, 2009, p. 1).

É possível tentar identificar o que seja progresso para o nordestino que vivia na década de 1950 tomando como exemplo a poesia e a música dos pernambucanos e sertanejos de Carnaíba e Exu: Zé Dantas e Luiz Gonzaga. Através do baião, ritmo nordestino então em voga no País, em "Vozes da Seca", gravada em 1953, Dantas e Gonzaga pedem políticas de Estado, e, após dois anos "agradecem" compondo e gravando "Paulo Afonso". Eis as duas letras[5]:

Vozes da Seca (Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nóis escuído para as rédias do pudê

Paulo Afonso (Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

Delmiro deu a ideia /Apolônio Aproveitô
Getúlio fez o decreto / e Dutra realizô
O presidente Café / a usina inauguro
E graças a esse feito /de homens que tem valô
Meu Paulo Afonso foi sonho / Que já se concretizô
Olhando pra Paulo Afonso / Eu louvo nosso

[5] Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/ >. Acesso em: 10/02/2017.

Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nóis da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage
Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nóis pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mão
engenheiro
Louvo o nosso cassaco / Caboclo bom verdadeiro
Oi! Vejo o Nordeste / Erguendo a bandeira
De ordem e progresso / A nação brasileira
Vejo a indústria gerando riqueza / Findando a seca
Salvando a pobreza
Ouço a usina feliz mensageira /Dizendo na força da cachoeira
O Brasil vai, o Brasil vai / O Brasil vai, o Brasil vai
Vai, vai, vai, vai, vai, vai

Nesta mesma década de 1950 é criada a SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. A Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (1959) elaborada pelo GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste) é considerada por Senra (2011, p. 4) como o elemento mais marcante da Fase Nacional-Desenvolvimentista (1945/1964). É também dessa Fase (1952) a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Na época prevaleceu a compreensão de que o papel do Estado era intervir na economia e o investimento público algo necessário para fomentar a demanda nos períodos de desaquecimento econômico de modo a garantir o equilíbrio do sistema capitalista. Contudo, de acordo o autor supracitado, mostrou-se inviável o surgimento de um centro industrial no Nordeste diante da integração do mercado nacional e da subjugação da Região ao poder econômico instalado no Centro-Sul.

A formação histórica do Nordeste e sua evolução, além de nos levar a sentir a região, faz surgir a necessidade de um pensar, refletir a construção desse espaço. Para Perruci (1984, p. 13), "[...] a questão regional, como surge, como é construída, como é sentida, passa necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil". Assim, trata-se de compreender o Nordeste e, sobretudo, o Sertão enquanto solução para uma integração econômica do país objetivando um desenvolvimento que resulte em benefícios sociais amplos. Furtado (1982, p. 152), afirma que "o desenvolvimento do Nordeste terá que ser inventado na própria região a partir de sua realidade ecológica e do patrimônio cultural que cimenta a identidade dos nordestinos", ou seja, não existe fórmula pronta.

Resultante de um empenho apoiado na "iniciativa e inventividade locais" terá que desenvolver-se a partir de suas próprias forças, um desenvolvimento endógeno, sem desprezar sua inserção na economia global, e, dessa forma, conceber um plano que seja "ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente includente", para o qual a prioridade não seria o crescimento do PIB, e sim "promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza" (SACHS, 2008, p. 13).

A partir da concepção destes autores não existe um modelo único a ser aplicado a todas as localidades com território definido e peculiaridades distintas. Tendo o Nordeste uma economia baseada no setor primário, com o passar do tempo perdeu sua força, tornando-se pouco dinâmica. E esta falta de dinamismo unida ao modelo econômico desenvolvido, centrado na industrialização do litoral, sobretudo no caso de Pernambuco na Região Metropolitana do Recife, deixou a margem outras regiões, causando impactos como: desigualdades sociais, processo migratório, concentração de renda, entre outros. Assim, a fórmula vista como viável pelo município de Triunfo (PE), a partir da década de 1990, foi trabalhar o seu patrimônio cultural e natural através da atividade turística como meio de gerar desenvolvimento.

O sertão carece ser percebido pelo poder público como uma terra de oportunidades. Baseado no pensamento de Furtado, que o sertão não seja visto como problema e sim como solução estratégica para o desenvolvimento dos estados nordestinos, ou seja, uma prioridade. Que se abram espaços para a sociedade debater projetos a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/11 que cria a Zona Franca do Semiárido Nordestino, a abranger um raio de 100 quilômetros a partir da cidade de Cajazeiras (PB). Que se viabilizem as potencialidades locais e o respectivo acesso dos pequenos municípios aos mercados.

1.1 TRIUNFO: UM BREJO DO SERTÃO EM SEUS PRIMÓRDIOS

De aldeamento indígena à polo turístico do interior de Pernambuco. No brejo ainda se diz ao descer a serra: “fui ao sertão...”. Brejo e Sertão se fundem neste local. O brejeiro, neste caso, é também um sertanejo. Com mais de duzentos anos de ocupação, o que faz de Triunfo um espaço, um lugar diferenciado? Destaca-se novamente não ser o objetivo realizar uma cronologia. Contudo, através de uma abordagem histórica, buscamos pesquisar documentos, antigos jornais e uma bibliografia que pudesse nos ofertar um cenário e nos indicassem as origens desta herança cultural e patrimonial atualmente utilizada pelo Município como recurso turístico.

1.1.1 As origens: da Serra Grande do Pajeú ao Triunfo

Como visto anteriormente, a ocupação do sertão pernambucano teve início com os desbravadores vindos da Bahia, através do rio São Francisco, subindo seu afluente, o Pajeú. As primeiras informações sobre o município de Triunfo, situado na microrregião do Sertão do

Pajeú[6], em Pernambuco, datam do século XVIII. Segundo Sampaio (2012), a antiga Serra Grande do Pajeú, depois Serra da Baixa Verde ou Serra do Triunfo e seus sítios, pertenceram ao morgado da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila, sediado na Bahia, de acordo com o livro de vínculo dos anos de 1778-79.

Os índios cariris da nação tapuia foram os primeiros habitantes de Triunfo. Por volta de 1802, o missionário capuchinho frei Vital de Frascarolo, italiano, conhecido por frei Vital da Penha, chega à região, acompanhado de alguns índios, seus protegidos, e trazia consigo imagens sacras, entre elas a de Nossa Senhora das Dores, padroeira do Município. Em 1803, retirou-se para Cabrobó (PE), sendo substituído por outro missionário capuchinho italiano chamado frei Ângelo Maurício de Niza. No sítio Baixa Verde, o proprietário Domingos Pereira Pita Deus Dará doou a terra para o aldeamento dos índios. Neste local frei Ângelo construiu uma capela para abrigar a imagem da padroeira, em substituição a uma pequena casa de oração, de taipa, e requereu meia légua quadrada de terra ao governador da Capitania de Pernambuco, obtendo a concessão em sesmaria em outubro de 1812. Em 07 de junho de 1824 faleceu frei Ângelo, o que ocasionou a dispersão dos índios e a ocupação das terras por novos habitantes atraídos pelas condições do clima frio, da água doce e qualidade do solo (SOUZA NETO, 2004). Desta forma, conforme o autor supracitado, frei Ângelo é considerado o fundador da hoje cidade de Triunfo.

A povoação de Baixa Verde (Triunfo) pertencia a então vila de Flores, elevada no ano de 1810, também conhecida por Pajeú das Flores, sede do que foi a extensa Comarca do Sertão. De Flores foram desmembrados entre outros os municípios de Triunfo, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Ingazeira e Floresta, os quais são os mais antigos da bacia hidrográfica do rio Pajeú.

Em nossas pesquisas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife, encontramos notícias sobre Triunfo publicadas em jornais pernambucanos do século XIX, a respeito de nomeações de autoridades, política, presença de missionários católicos, participação em revoltas, crimes e epidemias. Ecos da Revolução Praieira ocorreram no Pajeú, com disputas entre liberais e conservadores, rebeliões e crimes, como o do dia 05 de agosto de 1849. Data marcada para a realização de eleições, seguia do termo da Baixa Verde (Triunfo)

[6]Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Microrregião do Pajeú está inserida na Mesorregião Sertão Pernambucano, abrange uma população de cerca de 330.500 habitantes e é composta por 17 municípios: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Ingazeira, Iguaracy, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Tuparetama e Triunfo. O nome da região tem origem no seu principal acidente geográfico, que era chamado pelos índios de "Payaú", ou "rio do pajé". Nasce na serra do Balanço, município de Brejinho, a uma altitude de 800 metros, nos limites com a Paraíba, e deságua no lago de Itaparica, formado pela barragem do rio São Francisco, após percorrer aproximadamente uma extensão 353 quilômetros.

para Flores o juiz de paz e padre Joaquim José de Veras acompanhado de outros cavaleiros, tendo sido emboscado e assassinado (GOMINHO, 1993).

Em sua obra Anais Pernambucanos (1985), o historiador, folclorista e escritor Pereira da Costa[7] registra que, em 30 de abril de 1849, o então presidente da Câmara de Flores envia um ofício ao presidente da Província de Pernambuco pedindo a incorporação das terras do abandonado aldeamento de Baixa Verde ao seu patrimônio, sob a alegação de que, com a morte de frei Ângelo em 1824, os índios foram se dispersando, tendo como consequência a vinda de muitas pessoas que foram se apossando do território, não somente loteando o terreno, como também levantando casas de vivenda e engenhocas de fabricar rapaduras, de maneira que a povoação contava com mais de cento e cinquenta casas, sendo muitas destas de pedra, cal e bem edificadas. Portanto, conclui o então presidente da Câmara:

> [...] não existindo índios que se entreguem aos trabalhos da agricultura, nestas circunstâncias entende a câmara que se deve ser extinto o aldeamento dos ditos índios, cuja presença, de certo, aniquilaria o progresso, a grandeza e a prosperidade a que tem chegado à povoação já pela vantajosa situação geográfica vindo assim a conquistar, em um futuro não muito remoto, os elementos necessários a lhe ser conferida a categoria de vila (COSTA, 1985, p. 419).

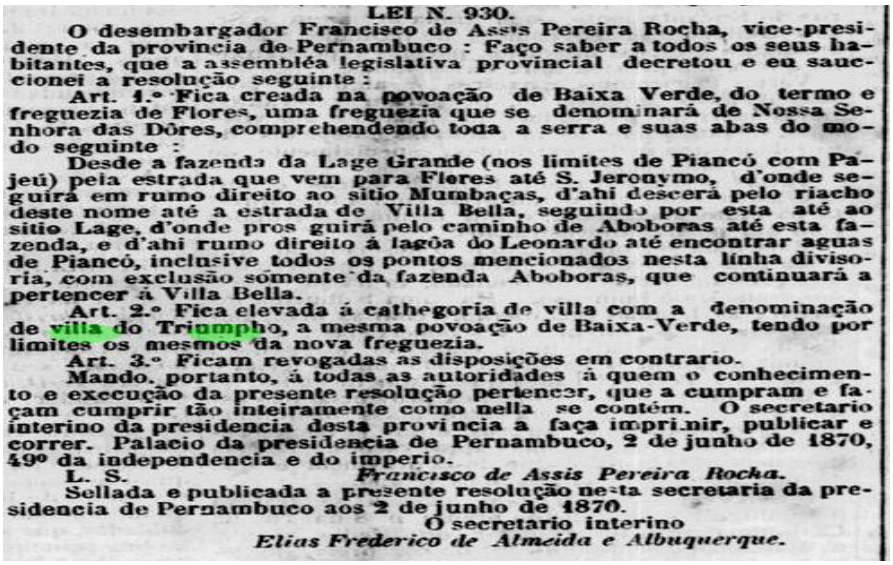
Dupas, em sua obra "O mito do progresso, ou progresso como ideologia", relata que o sociólogo norte-americano Robert Nisbet considera a ideia de progresso como componente crucial do desenvolvimento dos povos, "uma espécie de dogma que sustenta a evolução", o qual remonta a tempos antigos, passando pelo cristianismo e por Santo Agostinho, além de fazer alusão a Voltaire, o qual "[...] gostava de dizer que comércio, liberdade e progresso eram inseparáveis" para afirmar que não é recente a ideia de progresso associada à crescimento econômico (DUPAS, 2006, p. 37).

A fala do então presidente da Câmara de Flores revela o senso comum daquele período temporal. A presença dos índios como algo que inviabilizaria o progresso, oposto ao desenvolvimento. De onde viria tal interpretação? Furtado (1981), afirma que a ideia de desenvolvimento recebeu um aporte de três correntes do pensamento europeu: o iluminismo com um entendimento da história enquanto uma marcha progressiva para o racional; a acumulação de riquezas; e a noção de expansão geográfica de um padrão de civilização europeu considerando os demais povos da terra como inferiores culturalmente.

[7]Francisco Augusto Pereira da Costa deixou uma grande quantidade de obras, sendo a mais importante os *Anais pernambucanos*, pesquisa em 10 volumes, ordenados cronologicamente, onde podem ser encontrados a maioria dos assuntos da história e da vida pernambucana. Faleceu em 1923. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: jan./2018.

Conforme Pereira da Costa (op. cit.), em 21 de abril de 1857, o aldeamento foi considerado extinto por Aviso do Ministério do Império. Por sua vez, outro Aviso do Ministério da Fazenda do mesmo mês e ano determinou a incorporação da parte devoluta das terras restantes aos terrenos nacionais, sendo cobrado o arrendamento das que se achassem ocupadas por habitantes não descendentes dos indígenas. Por fim, através do Aviso do Ministério do Império nº 224 de 21 de julho de 1858, foi declarado que as terras da extinta aldeia dos índios de Baixa Verde, constantes de meia légua, eram consideradas nacionais, em conformidade com a Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras Devolutas), incluindo as do patrimônio da capela de Nossa Senhora das Dores, instituído por frei Ângelo Maurício de Niza quando da fundação.

Figura 3: Jornal Diário de Pernambuco, edição 13 de junho de 1870, noticia a elevação de Triunfo à Vila



LEI N. 930.

O desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, vice-presidente da provincia de Pernambuco : Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica creada na povoação de Baixa Verde, do termo e freguezia de Flores, uma freguezia que se denominará de Nossa Senhora das Dôres, comprehendendo toda a serra e suas abas do modo seguinte :

Desde a fazenda da Lage Grande (nos limites de Piancó com Pajeú) pela estrada que vem para Flores até S. Jeronymo, d'onde seguirá em rumo direito ao sitio Mumbaças, d'ahi descerá pelo riacho deste nome até a estrada de Villa Bella, seguindo por esta até ao sitio Lage, d'onde proseguirá pelo caminho de Aboboras até esta fazenda, e d'ahi rumo direito á lagôa do Leonardo até encontrar aguas de Piancó, inclusive todos os pontos mencionados nesta linha divisoria, com exclusão sómente da fazenda Aboboras, que continuará a pertencer á Villa Bella.

Art. 2.º Fica elevada á cathegoria de villa com a denominação de villa do Triumpho, a mesma povoação de Baixa-Verde, tendo por limites os mesmos da nova freguezia.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, á todas as autoridades á quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario interino da presidencia desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio da presidencia de Pernambuco, 2 de junho de 1870, 49º da independencia e do imperio.

L. S. *Francisco de Assis Pereira Rocha.*

Sellada e publicada a presente resolução nesta secretaria da presidencia de Pernambuco aos 2 de junho de 1870.

O secretario interino

Elias Frederico de Almeida e Albuquerque.

Fonte: acervo do Arquivo Público Estadual

Com o desenvolvimento agrícola, afluência de novos moradores e o estabelecimento de uma feira semanal, veio a autonomia através da promulgação da Lei Provincial nº 930, de 2 de junho de 1870. Baixa Verde é transformada em freguesia (paróquia), elevada à categoria de Vila, tem seu nome mudado para Triunfo e demarcado os seus limites, com instalação aos 8 de janeiro de 1872. Em 1871 é estabelecida a freguesia e fundada a Casa de Caridade do padre Ibiapina, missionário cearense que criou uma extensa obra social em cinco estados do Nordeste. Com a Lei Provincial nº 1.805, de 13 de junho de 1884, Triunfo ganha o status de cidade, recebendo direito à criação da sua comarca instalada a 25 de janeiro de 1890 (SOUZA NETO, 2004).

1.1.2 Raízes da economia triunfense

O Diário de Pernambuco, de 12 de maio de 1874, registra o discurso do deputado provincial Áttico Leite sobre a vila do Triunfo, o qual destaca o quantitativo da população, o comércio, as edificações bem estruturadas e com vários sobrados, a agricultura e seus engenhos de rapadura. O mesmo veículo de comunicação, em 28 de janeiro de 1882, sob o título "Serra da Baixa Verde ou Terra da Promissão", informa que de todos os lugares em que se tentou a cultura do trigo no interior de Pernambuco, devido à fertilidade das terras, os melhores resultados ocorreram em Triunfo. Costa (1985), em obra citada anteriormente, informa também sobre a cultura do café, a qual ainda permanece no Município.

Figura 4: imagem de cafezal no Município de Triunfo no início do século XX

Fonte: livro "O canto da acauã", p. 43 (Marilourdes Ferraz)

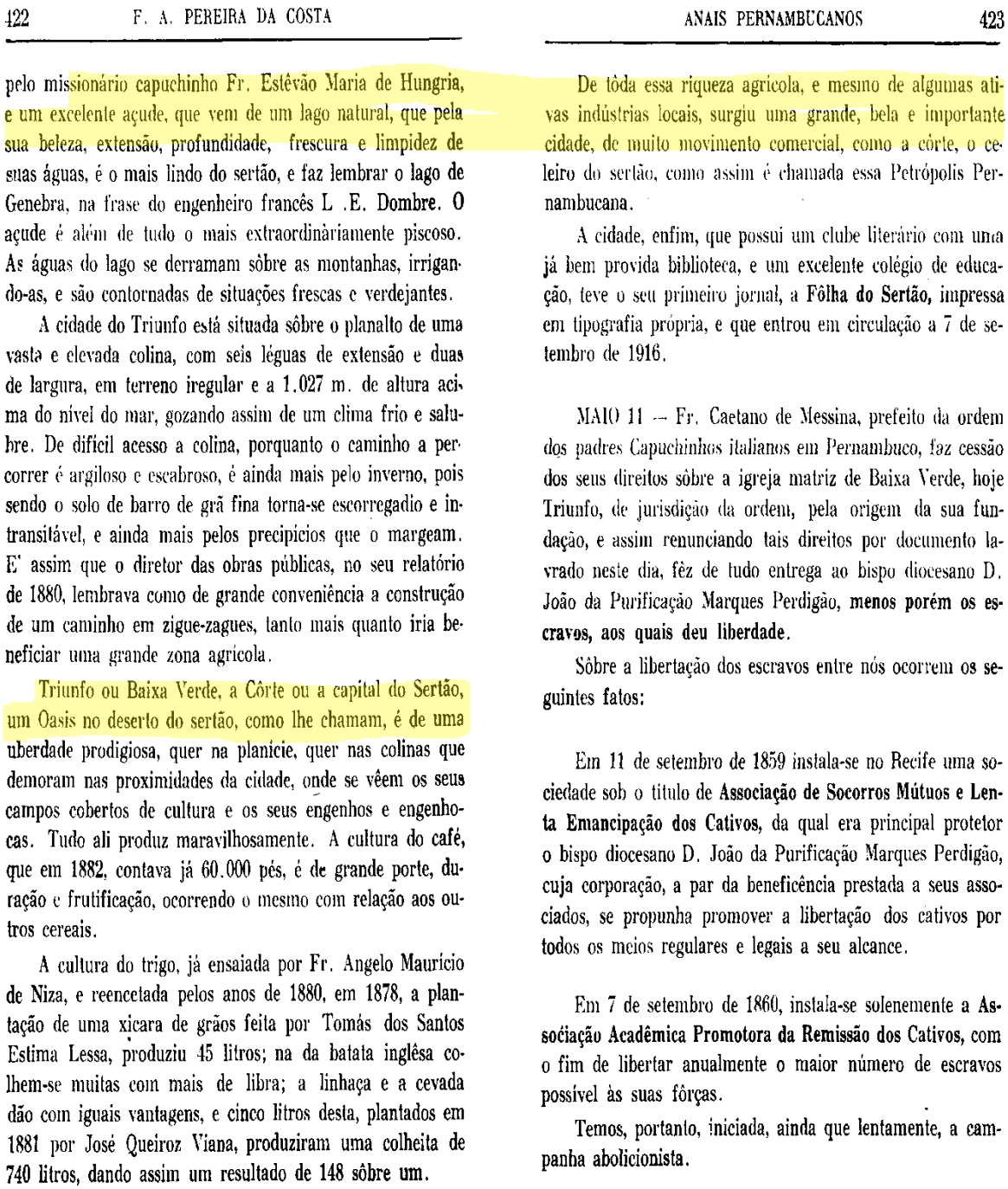
Portanto, situada em um brejo de altitude propícia a produção agrícola, a localidade teve como base econômica a produção dos minifúndios e o comércio. O estudo realizado por Sampaio (2012) sobre as fazendas e sítios do Pajeú constantes no Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila dos anos de 1778/1779, identifica a origem dos minifúndios na região do brejo de Triunfo.

> Mesmo sendo de pequena dimensão, (os sítios) apresentam renda relativamente mais elevada que a das fazendas. Reflete, mesmo nessa época remota, a capacidade de se obter renda mais elevada na agricultura de brejo. No caso particular da Baixa Verde (Triunfo) constata-se que há um número de sítios quase igual ao de fazendas ao longo de todo o curso do Pajeú (SAMPAIO, 2012, p. 61).

Conforme o historiador Pereira da Costa (1985) durante o último quartel do século XIX e início do XX, Triunfo foi o centro comercial do sertão pernambucano, fruto da

movimentação econômica gerada pelo comércio, engenhos de rapadura, pequenas indústrias, e a produção agrícola, sobretudo a do café.

Figura 5: Pereira da Costa sobre Triunfo em sua obra Anais Pernambucanos



422 F. A. PEREIRA DA COSTA

pelo missionário capuchinho Fr. Estêvão Maria de Hungria, e um excelente açude, que vem de um lago natural, que pela sua beleza, extensão, profundidade, frescura e limpidez de suas águas, é o mais lindo do sertão, e faz lembrar o lago de Genebra, na frase do engenheiro francês L .E. Dombre. O açude é além de tudo o mais extraordinàriamente piscoso. As águas do lago se derramam sôbre as montanhas, irrigando-as, e são contornadas de situações frescas e verdejantes.

A cidade do Triunfo está situada sôbre o planalto de uma vasta e elevada colina, com seis léguas de extensão e duas de largura, em terreno iregular e a 1.027 m. de altura acima do nível do mar, gozando assim de um clima frio e salubre. De difícil acesso a colina, porquanto o caminho a percorrer é argiloso e escabroso, é ainda mais pelo inverno, pois sendo o solo de barro de grã fina torna-se escorregadio e intransitável, e ainda mais pelos precipícios que o margeam. E' assim que o diretor das obras públicas, no seu relatório de 1880, lembrava como de grande conveniência a construção de um caminho em zigue-zagues, tanto mais quanto iria beneficiar uma grande zona agrícola.

Triunfo ou Baixa Verde, a Côrte ou a capital do Sertão, um Oasis no deserto do sertão, como lhe chamam, é de uma uberdade prodigiosa, quer na planície, quer nas colinas que demoram nas proximidades da cidade, onde se vêem os seus campos cobertos de cultura e os seus engenhos e engenhocas. Tudo ali produz maravilhosamente. A cultura do café, que em 1882, contava já 60.000 pés, é de grande porte, duração e frutificação, ocorrendo o mesmo com relação aos outros cereais.

A cultura do trigo, já ensaiada por Fr. Angelo Maurício de Niza, e reencetada pelos anos de 1880, em 1878, a plantação de uma xicara de grãos feita por Tomás dos Santos Estima Lessa, produziu 45 litros; na da batata inglêsa colhem-se muitas com mais de libra; a linhaça e a cevada dão com iguais vantagens, e cinco litros desta, plantados em 1881 por José Queiroz Viana, produziram uma colheita de 740 litros, dando assim um resultado de 148 sôbre um.

ANAIS PERNAMBUCANOS 423

De tôda essa riqueza agrícola, e mesmo de algumas ativas indústrias locais, surgiu uma grande, bela e importante cidade, de muito movimento comercial, como a côrte, o celeiro do sertão, como assim é chamada essa Petrópolis Pernambucana.

A cidade, enfim, que possui um clube literário com uma já bem provida biblioteca, e um excelente colégio de educação, teve o seu primeiro jornal, a **Fôlha do Sertão,** impressa em tipografia própria, e que entrou em circulação a 7 de setembro de 1916.

MAIO 11 — Fr. Caetano de Messina, prefeito da ordem dos padres Capuchinhos italianos em Pernambuco, faz cessão dos seus direitos sôbre a igreja matriz de Baixa Verde, hoje Triunfo, de jurisdição da ordem, pela origem da sua fundação, e assim renunciando tais direitos por documento lavrado neste dia, fêz de tudo entrega ao bispo diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão, **menos porém os escravos, aos quais deu liberdade.**

Sôbre a libertação dos escravos entre nós ocorrem os seguintes fatos:

Em 11 de setembro de 1859 instala-se no Recife uma sociedade sob o título de **Associação de Socorros Mútuos e Lenta Emancipação dos Cativos,** da qual era principal protetor o bispo diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão, cuja corporação, a par da beneficência prestada a seus associados, se propunha promover a libertação dos cativos por todos os meios regulares e legais a seu alcance.

Em 7 de setembro de 1860, instala-se solenemente a **Associação Acadêmica Promotora da Remissão dos Cativos,** com o fim de libertar anualmente o maior número de escravos possível às suas fôrças.

Temos, portanto, iniciada, ainda que lentamente, a campanha abolicionista.

Fonte: Anais Pernambucanos (op. cit.)

Um tanto mais urbanizada, com uma zona rural composta por minifúndios, detentora de um comércio desenvolvido e uma elite política e intelectual formada por comerciantes,

médicos e juristas, fazia a brejeira Triunfo se diferir de outras localidades do sertão pernambucano as quais tinham sua economia baseada na pecuária comandada por uma espécie de aristocracia rural (VILLELA, 2004).

Figura 6: Anúncios diversos no jornal Correio do Centro refletem a atividade comercial no Município no ano de 1914

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

Figura 7: Centro Comercial – Praça XV de Novembro – no ano de 1909

Fonte: acervo da Biblioteca Nacional[8]

Com o intuito de corroborar esta relevância do Município no período descrito acima foi elaborado um quadro contendo a população de determinadas localidades situadas na região sertaneja de Pernambuco, no ano de 1900, e a da última estimativa realizada pelo IBGE em 2016.

Quadro 1: Comparativo de População

Municípios do Sertão Pernambucano	**Ano 1900**	**Ano 2016 (estimativa do IBGE)**
Triunfo	14.487	15.250
Petrolina	8.718	337.683
Serra Talhada (Vila Bela)	7.115	84.870
Salgueiro	9.477	60.117
Afogados da Ingazeira	8.490	36.866

Fonte: Elaborado a partir da Sinopse do Recenseamento de 1900 – Diretoria Geral de Estatística do Brasil. Acervo do autor.

De acordo com o recenseamento brasileiro do ano de 1900, apesar de Triunfo territorialmente ser um dos menores municípios de Pernambuco possuía uma população

[8] Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622642/icon622642.jpg>. Acesso em: dez./2017.

numerosa para época. É perceptível a diferença se comparado com Petrolina e Serra Talhada, atualmente os dois municípios mais populosos do sertão do Estado.

O mesmo acontece em relação a arrecadação. Verificando o relatório das Coletorias e Mesas de Renda de Pernambuco durante o exercício de 1896 à 1897 (valores em Réis - moeda em voga no período) e a receita gerada através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do exercício 2017, em valores absolutos, é possível constatar o declínio econômico de Triunfo se confrontado a outros municípios sertanejos.

Quadro 2: Comparativo de arrecadação estadual proveniente dos municípios

Municípios do Sertão Pernambucano	**Exercício 1896 à 1897 Arrecadação via Coletorias (em Réis)**	**Exercício 2017 Arrecadação de ICMS (em Real)**
Triunfo	4:685$986	1.320.470,82
Serra Talhada (Vila Bela)	823$888	58.235.158,87
Salgueiro	2:615$840	24.322.150,72
Afogados da Ingazeira	2:422$644	7.026.407,67

Fonte: Elaborado a partir do relatório do Presidente do Estado ano 1898 (acervo do autor) e da planilha da Secretaria da Fazenda de Pernambuco relativa a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do exercício 2017 disponível no sitio do Governo de Pernambuco na internet[9].

Se relacionarmos com Serra Talhada, atualmente segundo maior município do Sertão Pernambucano em população e economia e distante apenas 32 quilômetros de Triunfo, fica claro o quanto a localidade em questão estagnou. A explicação para este fato se constitui em algo complexo com uma série de variáveis que envolvem fatores políticos, econômicos, localização geográfica, infraestrutura, entre outros. O objetivo foi tão somente comprovar o desempenho do Município de Triunfo entre os períodos distintos de modo a ratificar e situar a importância do mesmo em épocas passadas. Eis, outrora, Triunfo como centro comercial e agrícola do sertão pernambucano.

1.1.3 Revolta, Cangaço e Banditismo em Triunfo

Em 1892, tendo a frente do governo estadual o presidente Alexandre Barbosa Lima, aconteceu o "Movimento Patriótico de Triunfo", conhecido também por "Sedição de Triunfo" ou a "Revolta de Triunfo". O referido levante, embora ocorrido em Triunfo, integra o processo de disputa de poder entre facções políticas do Recife pós-proclamação da República.

[9] Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia>. Acesso em: abr./ 2018.

Os Republicanos Históricos tinha como militantes os republicanos com atuação no final do período monárquico sob o comando de José Isidoro Martins Júnior, e o Partido Autonomista – era constituído por antigos políticos monarquistas seguidores de José Mariano Carneiro da Cunha, um dos líderes do Partido Liberal, e do Barão de Lucena, figura de relevo no Partido Conservador durante o Império. (HOFFNAGEL, 2010).

O presidente Barbosa Lima começou seu governo ao lado dos republicanos, mas após pouco tempo houve o rompimento. Sem contar com o apoio do Congresso Estadual e das Câmaras Municipais, dissolveu seus componentes e nomeou novos intendentes. Os republicanos reagiram a tal ato considerando-o arbitrário e, em Triunfo, foram armados centenas de homens pelo deputado coronel Correia da Cruz, partidário de Martins Júnior, contando com o apoio do padre Laurino Justiniano Ferreira Douettes, o qual fora destituído da chefia municipal pelo governo estadual. No lugar do padre fora nomeado o coronel Olympio Wanderley. Os revoltosos avançaram sobre vários municípios do Pajeú a partir de setembro de 1892. Apenas em janeiro de 1893 o governo do Estado conseguiu abafar a rebelião. (SOUZA NETO, 2004). Entre os revoltosos perseguidos pela polícia de Baixa Verde (Triunfo) o célebre Pajeú que, posteriormente, seria um dos mais atuantes combatentes do Arraial de Canudos, do beato Antônio Conselheiro (MELLO, 2005).

Para Otávio Sitônio Pinto, em sua obra "Dom Sertão, Dona Seca" (2016; p. 227), "Canudos, na Bahia, Juazeiro, no Ceará, Triunfo, em Pernambuco, e Piancó, na Paraíba, não deixam de ser espécies de taifas místicas, animadas pelos beatos Antônio Conselheiro, Cícero Romão, Douettes e Aristides". Porém, nos sertões, várias são as questões. Motivos de honra, política e poder, brigas de família (Pereira x Carvalho, em Serra Talhada - PE; Maias x Suassunas, na região de Catolé do Rocha - PB), guerra de coronéis (local e regional) contra o poder estadual como foi o caso da Sedição do Juazeiro, tendo a frente Floro Bartolomeu, e que culminou com a intervenção federal e a queda do governo Franco Rabelo, no Ceará, ou a guerra do Território Livre de Princesa, comanda pelo coronel José Pereira contra o então presidente paraibano, João Pessoa.

A religiosidade não fica fora desta realidade de contendas e exerce importante influência na formação sociocultural nordestina. O Movimento Sebastianista, na Pedra do Reino, em São José do Belmonte, em Pernambuco (a época pertencente ao município de Flores do Pajeú), a liderança de um padre Cícero, no Juazeiro do Norte; dos beatos Antônio Conselheiro, em Canudos (BA), e José Lourenço (Caldeirão de Santa Cruz do Deserto), em Crato (CE); do padre Douettes e sua participação na Revolta de Triunfo, e do padre Aristides,

então deputado estadual na Paraíba, quando de sua morte combatendo a Coluna Prestes, no Piancó, são fatos da história sertaneja.

Por outro lado, se a religiosidade de um padre Ibiapina simboliza um catolicismo tradicional, retrato de uma época, em tempo, a obra realizada pelo mesmo no interior de cinco estados do Nordeste revela seu espírito social, fundando casas de caridade para acolher órfãs onde se cultivava o ensino das artes agrícolas e artesanais, cemitérios, e açudes, em regime de mutirão. Para Barros (1984; p. 116), Ibiapina teve a capacidade "de detectar os fatores endógenos [...] capazes de promover a melhoria de vida das baixas camadas". Isto tudo muito antes de um Concílio Vaticano II. Eis um Ibiapina enquanto agente de desenvolvimento.

No caso da figura de Antônio Conselheiro, cearense como os padres Cícero e Ibiapina, sua imagem, por vezes, é associada pela imprensa no início da república à de um fanático religioso (CUNHA, 2001). Contudo, expõe a resistência do sertanejo, líder de uma experiência social incompreendida. A história se repete com o beato José Lourenço.

As três primeiras décadas do século XX, considerada a fase áurea sob o ponto de vista econômico, foi um período de muitos crimes políticos e banditismo. Enquanto em outras localidades sertanejas as brigas se davam através dos embates entre famílias e crimes em defesa da honra ou por terra, em Triunfo, o que realmente movia a engrenagem era poder e política (ainda no século XIX, como vimos houve a Revolta de Triunfo). Os crimes políticos acontecidos no Município repercutiam no Recife e em todo Pernambuco. Cada facção política tinha sua banda de música que ao se encontrarem travavam calorosos embates físicos. Em 1910, assassinaram o delegado de polícia, ligado ao tabelião e coronel Deodato Monteiro. Em represália, na mesma noite, é morto o médico Araújo Jorge, ligado à família Wanderley (SOUZA NETO, 2004). Constantes eram as publicações sobre ambos os lados nos jornais do Recife, de acordo com a vinculação política destes veículos de imprensa.

Villela (2004) relata que, em 1919, segundo os depoimentos constantes em processo na Comarca de Triunfo, o coronel Deodato Monteiro é morto em emboscada pelo cangaceiro Luiz Leão a mando do coronel José Pereira Lima, de Princesa Isabel (PB), o mesmo da revolta de 1930. Em 1923, o juiz de direito Ulysses Wanderley, filho do coronel Olympio Wanderley, é assassinado por Marcolino Diniz[10], este, sobrinho do então prefeito de Triunfo,

[10] Após ficar alguns dias presos Marcolino Diniz foi solto devido a ameaça de Lampião invadir Triunfo. Filho do latifundiário coronel Marçal Diniz, Marcolino mantinha forte amizade com Lampião que era sempre acolhido nas suas propriedades situadas em Patos de Irerê, então município de Princesa Isabel, local de combates durante a Revolta de 1930. Seu romance com Xanduzinha virou mote para a canção de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira: "O caboclo Marcolino, tinha oito boi zebú, uma casa com varanda, dando pro Norte e pro Sul, seu paió tava cheinho, de feijão e de andú, sem contar com mais uns cobre, lá no fundo baú, Marcolino dava tudo, por um cheiro de Xandú [...]".

coronel Laurindo Diniz e também do coronel José Pereira Lima, de Princesa Isabel (PB). A influência política poderia se dar através da convocação de jagunços, cangaceiros e a utilização da força, o médico que receita gratuitamente, os operadores do direito que utilizam a lei para proteção dos seguidores, e o comerciante que fornece insumos ou capital.

A jornalista Marilourdes Ferraz, em matéria publicada no Jornal do Commercio, do Recife, em 03 de janeiro de 1993, informa que devido ao assassinato do coronel Deodato Monteiro e sua repercussão em Pernambuco, o governador Manoel Borba deu a ordem para instalação do 3º Batalhão da Polícia Militar, o primeiro a ser instalado no sertão pernambucano, com um efetivo de quase cem homens, tendo como objetivo apaziguar a cidade. O batalhão foi extinto em 1920 e reaberto em meados da mesma década para combater os revoltosos da Coluna Prestes[11] e o cangaço.

O fenômeno do cangaço teve como cenário em seu auge o Sertão do Pajeú, na década de 1920, onde os moradores conviveram com cangaceiros e as forças volantes da polícia militar a persegui-los. Em 1926, o ataque de um grupo liderado pelo cangaceiro Sabino, famoso por sua relação com Lampião, trouxe insegurança a cidade de Triunfo com assassinatos e incêndio. Serra Talhada, à 32 quilômetros de Triunfo, é a terra natal dos irmãos Ferreira – dentre eles o famoso Virgolino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Em Triunfo, por sua vez, nasceram os cangaceiros Félix da Mata Redonda e Luiz Pedro, o qual morreu ao lado de Lampião, em julho de 1938, na grota do Angico, em Sergipe. Em Afogados da Ingazeira, na mesma região do Pajeú, vieram ao mundo o cangaceiro Antônio Silvino e o tenente João Bezerra – comandante da força volante da polícia alagoana que matou Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros (MELLO, 2005).

Tema por vezes polêmico, o cangaço desperta paixões e antipatias. Se por um lado, há os que defendem os cangaceiros, por outro, estudiosos, familiares e simpatizantes das forças volantes das polícias os condenam. Além dos inúmeros livros sobre causos, encontramos também publicações sobre as causas e consequências do cangaço. Rui Facó (1980; p. 30), em seu livro Cangaceiros e Fanáticos, afirma que,

> Euclides da Cunha já compreendera que 'o homem do sertão [...] está em função direta da terra'. Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atanazado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que

[11] Com o título, "Por aqui, os revoltosos chegaram", o mesmo Jornal do Commercio em edição do dia 27 de setembro de 1992, noticia que em 1926, Triunfo foi o local escolhido pela Coluna Prestes para o encontro histórico com o grupo liderado pelo ex-tenente do exército, Cleto Campelo, o qual teve sua trajetória encerrada em Gravatá (PE) em combate contra as tropas legalistas.

> fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu.

Frederico Pernambucano de Mello, na sua obra "Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil", por sua vez, buscou analisar o cangaço se opondo a um olhar ideológico. Discípulo de Gilberto Freyre, o citado autor realizou em seus livros um estudo sociológico, porém deu atenção entre outros pontos às questões culturais, a memória e o imaginário sertanejo, a literatura do cordel, a estética. "Jamais foi possível surpreender orientações de caráter político ou ideológico, refletindo-se tais ausências em flagrante reforço à ideia de que o cangaceiro vivia o presente, preocupando-se tão somente com a sua existência imediata" (MELLO, 2005, p. 119).

Se antes foi motivo de sofrimento, hoje, pode ser uma herança viável enquanto recurso que venha a gerar oportunidades para as regiões atingidas por este fenômeno social. Eis, então, o cangaço como elemento de identidade regional, fonte para o artesanato, a música, as artes cênicas, o cinema, a gastronomia, a literatura e o turismo, como acontece nos municípios de Triunfo e Serra Talhada em Pernambuco; Piranhas, em Alagoas; e Poço Redondo, em Sergipe.

1.1.4 Histórico da vida cultural e social

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, situado na rua do Imperador, no Recife, encontra-se uma coleção na Seção de Periódicos, a qual é composta por jornais publicados nos municípios de Pernambuco nos séculos XIX e XX, com os seguintes títulos editados em Triunfo:

- Correio do Centro (1914): semanário dos interesses sertanejos, independente, literário e noticioso, tendo como redatores Ulisses Wanderley (juiz de direito) e Felinto Wanderley (farmacêutico), filhos do coronel Olímpio Wanderley, e Liberalino de Almeida, o qual terminou sua carreira na área do direito como desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Escritório, redação e oficinas funcionavam na Praça 15 de Novembro, 26;

Figura 8: jornal “Correio do Centro” do ano de 1914

CORREIO DO CENTRO

SEMANARIO DOS INTERESSES SERTANEJOS

N.º PERNAMBUCO | Triumpho-Domingo, 10 de Maio de 1914 | BRAZIL | ANNO I

CORREIO DO CENTRO

Independente, literario e noticioso

Escriptorio e Redacção

Praça 15 de novembro—26

ASSIGNATURAS:

Annual . . . . . 10$000
Semestral . . . . . 6$000
No. do dia $200
No. atrasado $300

Os artigos destinados á columna livre só serão publicados mediante pagamento e os respectivos autographos não serão devolvidos.

Os assignantes terão 10 o|o de abatimento em qualquer publicação que desejarem fazer.

Os trabalhos literarios estão sujeitos ás modificações indispensaveis e á critica do redactor encarregado da respectiva secção.

DIREITO PENAL

DA TENTATIVA DE HOMICIDIO

(Continuação)

II — "Actos exteriores que constituam começo de execução deste crime".

Não basta o elemento 'moral', requisito essencial primario, em se tratando de tentativa, mas faz-se mister que a elle se ajun-

ESCOMBROS

[Vi-lia á fazenda em que nasci]

Carcomidos fragmentos de madeiras,
Gonzos cobertos de ferrugem vejo,
Narrando a historia deste logarejo
—Berço das minhas illuzões primeiras.

Ha por todos os vértices um voejo
De noitibós. A' sombra das pinheiras
Inda se vêm uns restos de lareiras...
E, alem, do açude o interminho porejo.

Louças partidas... Telhas em pedaços,
Tosco epitaphio do arraial de outr'ora
Onde esbocei os meus primeiros passos!

E pela encosta da deveza em fora,
Onde vibraram urros nos espaços,
Ve-se somente o zephiro que chora!

Sertão do Ceará, em viagem, 1907

Liberalino de ALMEIDA

começo de execução', o que caracteriza a tentativa.

Ademais, faz-se necessario que 'esses actos' estejam 'em relação [illegible] intima' com o crime que se propõe o agente praticar que se venha saber qual seja esse crime.

E' por isso que a maior torrente dos criminalistas entende

des da Cunha (Cod. Pen., pg. 17) não é sempre uma prova decisiva da intenção de matar, porque diversos são os modos, porque pode ser disparado sem vontade de ferir em logar mortal. Pedro, diz o dr. Braz Florentino (Lic Dto. Crim., pg. 71) "tencionando matar" a Paulo, lança mão de uma arma

que "pode causar algum alarme, mas sem perigo actual" sendo, conseguintemente, o 'começo de execução', o acto que põe em perigo o direito especial.

Assim p. ex., o tentar puxar uma arma, pode quando muito, produzir um alarme, sem que se possa dizer que correra perigo o direito de vida da victima.

O mesmo não se poderia dizer si o agente não tivesse somente tentado puxar a arma, mas a si tivesse disparado contra outrem.

Neste caso, é claro, a vida correria perigo e teriamos, por conseguinte, o 'começo de execução'.

Nem devemos, pois, em tal materia adoptar a opinião de Rauter que considera 'começo de execução' o simples facto de um homem que, resolvido a matar outro se encaminha, armado de punhal, para o quarto desse outro, sendo, porem preso antes de lá chegar; nem tão pouco, para não cahirmos no extremo opposto, a opinião de Rossi que diz só existir 'começo de execução' 'quando o agente ferir a sua victima, com o primeiro golpe'.

Será mais consentaneo com os salutares principios da "boa

Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pernambuco

- A Pátria (1915): órgão literário e noticioso semanal, tendo como proprietário José Telles de Menezes;
- Folha do Sertão (1916): hebdomadário de orientação católica, tendo como provável redator principal o monsenhor José Landim (diretor do Ginásio Diocesano de Triunfo). Era impresso na tipografia de José Teles de Meneses, tendo em seu conteúdo o noticiário e os atos oficiais da Diocese de Floresta, a qual a paróquia de Triunfo estava agregada à época.
- O Sertão (1919): órgão literário e noticioso, tendo como redator chefe o coronel Deodato Monteiro, funcionando a redação e oficinas na Praça 15 de Novembro, 33.
- Triunpho Jornal (1925): órgão de livre opinião, tendo como diretor o médico José Cordeiro Lima e redatores José Leal Barcelos e João Capistrano de Morais e Silva (juiz de direito e pai do compositor e folclorista Rui de Morais e Silva). A publicação contava com a colaboração Richomer Barros, Ulisses Lins de Albuquerque (natural de Sertânia, foi escritor, pesquisador, deputado federal, pai do governador Etelvino Lins), de Petronius (pseudônimo do juiz Morais e Silva); de Zé da Serra (pseudônimo de Dr. Cordeiro Lima), e do poeta Emygdio de Miranda;
- O Imparcial (1927): semanário independente, imparcial e noticioso, tendo como diretor-proprietário o coronel Carolino Campos e redator-chefe Djalma de Moura que foi substituído em 1928 pelo Dr. Cordeiro Lima. Contava com a colaboração entre outros dos irmãos Domício e Diocleciano Pereira Lima (filhos de Manoel Pereira Lima, o qual foi prefeito de Triunfo na segunda década do século passado). Diocleciano Pereira Lima foi médico, deputado estadual, tendo contribuído com jornais de Pernambuco e da Paraíba e teve dois livros publicados;

- O Momento (1930): órgão de livre opinião, tendo como diretor Napoleão Xavier; propriedade de J. Teles & Cia. e gerente João Lima.
- A Voz do Sertão (1934): órgão dos interesses sertanejos, tendo como diretor o paraibano Sigismundo Pinto e redatores Dr. José Cordeiro Lima e Manuel Castilho Campos, funcionando a redação, oficina e administração na rua Coronel Manuel de Siqueira Campos, 4, no 1º andar. Tinha entre seus colaboradores: Auta Nogueira, Dr. Diocleciano Pereira Lima, o professor Pompílio Wanderley, o médico Dr. Conserva Feitosa (ex-prefeito de Juazeiro do Norte e deputado estadual no Ceará), Marçal Paulino, Padre Renato de Meneses, Dr. Morais e Silva, Dr. Ulisses Lins de Albuquerque, Nachor Barros, Padre Severiano Jatobá, Padre Olímpio Torres, Gercino de Pontes, Pancrácio (pseudônimo de Camucé Granja), Dr. Orlando Parahym, Moacir Souto Maior, o escritor Luiz Cristóvão dos Santos, José Firmo de Araújo, entre outras personagens de relevo na região sertaneja de Pernambuco. Funcionou até 1962 com circulação em todo Pernambuco e no sertão da Paraíba.
- Akelá (1947): órgão da Associação de Escoteiros Mirins "Caio Viana Martins", tendo como diretor José do Patrocínio Vieira.

Conforme este levantamento no Arquivo Público de Pernambuco, Triunfo foi um dos poucos municípios do sertão pernambucano a possuir uma imprensa atuante nas primeiras décadas do século passado. Tais jornais continham notícias de Triunfo e da região, política local e estadual, registros sociais, espaços literários (geralmente sonetos) e anúncios. Dessa forma, a imprensa contribuiu com a vida intelectual e cultural da cidade.

Com relação às escolas, em Triunfo funcionou o Ginásio Diocesano, entre 1916 e 1919, em regime de internato, mantido pela Diocese de Floresta (PE). Em 1920, o prédio é cedido aos franceses Irmãos Maristas. Durante seis anos esta congregação contribuiu com a educação e formação religiosa de Triunfo e da região através do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, o qual também adotou o regime de internato, tendo como diretor o Irmão Sébastien Camille que, tendo sido chamado no início de 1923 à Casa Provincial dos Maristas, foi substituído pelo Irmão Alpinianus (MARY-ALYPIUS, 2003).

Em 1939, vindas de Augsburg, na Alemanha, religiosas franciscanas fundam o Colégio Stella Maris em regime de internato feminino para formar professoras, e a partir de 1947 frades franciscanos alemães iniciam os trabalhos na Escola Apostólica São Boaventura, com o objetivo de descobrir vocações para a Ordem dos Frades Menores (OLIVEIRA, 2007). O Colégio Stella Maris foi referência em educação nos sertões dos estados de Pernambuco e da Paraíba. O Convento São Boaventura da mesma forma recebia internos vindos de vários

estados, conforme livro de crônicas da casa. Após concluírem o primeiro grau menor seguiam para o então Colégio Seráfico de Ipuarana, localizado na cidade de Lagoa Seca (PB).

O jornal Diário de Pernambuco, sediado no Recife, em sua edição de 27 de abril de 1952, caderno Municípios, traz artigo com o título "Triunfo, uma cidade aprazível e encantadora*",* no qual se referindo a instrução e aspecto cultural da localidade destaca:

> [...] dignas de especial relevo a escola mantida e criada pelos padres franciscanos que ali construíram o Convento São Boaventura e a Escola Normal Regional Stella Maris. Em relação ao Convento, pode ser dito que se trata de uma instituição que reflete o estoicismo e capacidade realizadora de homens para os quais a vida consiste num esforço permanente e apostólico pelo bem espiritual do povo. [...] No tocante à Escola Normal Stella Maris, consideramos impossível expressar fielmente a excelente impressão que nos ficou da visita que a ela fizemos. Por mais incrível que pareça, não sabemos da existência, nem capital, nem no interior, de estabelecimento de ensino que disponha de mais amplas instalações, de organização mais ordenada e mais propícias às finalidades educativas a que é destinada.

Os frades franciscanos durante muitos anos atuaram na área cultural mantendo o Theatro Cinema Guarany. A construção desta edificação começou em 1919, por iniciativa dos primos e sócios Manoel de Siqueira Campos e Carolino de Arruda Campos, prósperos comerciantes da cidade, que custearam as obras. Pouco se sabe da construção do edifício. Relatos de moradores antigos da cidade contam que Manoel de Siqueira Campos trouxe o projeto arquitetônico da França, como também alguns operários especializados de outros locais, que participaram da obra. Coube a Carolino de Arruda Campos a conclusão dos trabalhos e abertura deste espaço, símbolo de uma época. Foi inaugurado em 1922 e apesar de representar um marco na vida cultural de Triunfo, o "Guarany" foi atingido pelo declínio político e econômico do Município. Em 1952, o prédio foi adquirido pela Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, sediada no Recife. Na segunda metade da década de 1970, o cine teatro foi desativado sendo ocupado por um bar e utilizado como boate. Iniciado o processo de tombamento em 1985, foi em 1988 comprado pela FUNDARPE e tombado. Em 1994, passou por uma restauração da fachada. Em 2002, passou por uma nova restauração da parte externa e reforma interna, contando com camarins, tratamento acústico e um sistema de iluminação cênica. Em 2008 a FUNDARPE começa a realizar o Festival de Cinema de Triunfo, e a partir de junho de 2009 é reaberto como equipamento cultural (VASCONCELOS, 2013)[12].

[12] Disponível em: < http://triunfooasisdosertao.blogspot.com.br/>. Acesso em: jun./2017.

Figura 9: Theatro Cinema Guarany

Fonte: acervo do autor

Destaca-se, ainda, enquanto equipamento cultural o Museu do Cangaço, fundado em 1975, pela religiosa franciscana Ir. Maria José Alves Blandina. Funcionando durante muitos anos no Lar Santa Elizabeth, ocupou, posteriormente, uma sala na sede do Centro Administrativo de Triunfo. Durante 20 anos ficou abrigado nas dependências da antiga "Escolas Reunidas Barbosa Lima". O acervo conta com mais de 500 peças que foram doadas ou compradas nos anos iniciais da instalação do Museu. A inauguração do prédio do antigo educandário Barbosa Lima aconteceu ainda no século XIX, no ano de 1893. É do mesmo período a construção do prédio do Paço Municipal (prefeitura), atual Fórum Dr. Caetés de Medeiros. Na época, era prefeito da cidade o coronel Olympio Elysio do Nascimento Wanderley e governador do Estado o militar Alexandre José Barbosa Lima. Com o encerramento das atividades escolares instalou-se no prédio o pelotão da Polícia Militar de Pernambuco até março de 1992. Posteriormente a Secretaria Municipal de Ação Social, e em 1997 o Museu do Cangaço. Atualmente, no local está exposto o acervo da cidade de Triunfo com peças sacras, dos engenhos de rapadura, entre outras, e sedia a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.[13] Quanto ao Museu do Cangaço, seu acervo foi, em julho de

[13] Disponível em: < http://triunfooasisdosertao.blogspot.com.br/>. Acesso em: jun./2017

2018, transferido para um imóvel restaurado e pensado para funcionar como equipamento turístico.

Figura 10: Museu do Cangaço

Fonte: acervo do autor

Por sua vez, o Clube Central Isaias Lima se sobressai enquanto instituição cultural centenária. Existiam na cidade duas bandas musicais de nomes Garra e Fumo e eram vinculadas as facções políticas do local. Dirigida a primeira pelo major Isaias Lima (cunhado do coronel Olympio Wanderley) e a segunda pelo coronel Deodato Monteiro. Cada banda procurava superar a concorrente durante suas apresentações, o que dava origem a conflitos onde instrumentos eram quebrados, músicos feridos e muita correria. Com o passar do tempo, a Banda Musical Fumo foi extinta e alguns dos seus membros passaram a fazer parte da Banda Garra. Teve várias denominações: Clube Central Triunfense, Santa Cecília, Clube Central de Triunfo e, finalmente, Clube Central Isaias Lima em homenagem ao fundador e dirigente da banda criada em 31 de maio de 1890. Eram finalidades da instituição manter sua banda de música, um corpo de artes cênicas e a manutenção de uma biblioteca. Possui sede própria que funciona em um prédio doado pelos herdeiros do coronel Manuel de Siqueira Campos, no ano de 1966 e, atualmente, conta com uma filarmônica, a mais antiga do sertão

pernambucano, e uma escola de música, o que permitiu que muitos ex-integrantes seguissem carreira como músicos profissionais graças ao aprendizado ofertado pela instituição durante os seus 128 anos de existência[14].

O Diário de Pernambuco, em sua edição de 11 de janeiro de 1917, cita a participação da filarmônica do Clube Central Isaías Lima quando da recepção da primeira visita de um governador de Pernambuco ao Sertão, para inaugurar a estrada de rodagem entre Rio Branco, atual Arcoverde e Triunfo. A iniciativa da obra partiu do comerciante Manuel de Siqueira Campos, o qual se responsabilizou em custear mais da metade das despesas para construção da rodovia.

A comitiva governamental seguiu no trem da *Great Western* do Recife até Arcoverde, a última estação. O trajeto entre Arcoverde e Triunfo se deu através de três automóveis pertencentes - um destes, ao famoso coronel Delmiro Gouveia; o segundo ao doutor Romeu Pessoa de Queiroz, e o terceiro ao prefeito Manuel de Siqueira Campos, no qual viajou o governador Manuel Borba, chegando no Município na manhã dos 31 de dezembro de 1916.

Era a primeira vez que chegava ao alto sertão de Pernambuco um carro. Conforme o Diário de Pernambuco (mesma edição) foi preciso colocar em cada automóvel um soldado de polícia, não para impedir que o povo os visse, mas para que não desmontassem os veículos como estavam tentando fazer com o intuito de descobrir o segredo do movimento de um carro que não era puxado por bois. Informa também que Manuel de Siqueira Campos trouxera um bote para andar sobre as águas do açude, outra novidade em Triunfo.

Durante a ocasião várias autoridades e líderes políticos dos municípios sertanejos de Pernambuco e da Paraíba visitaram Triunfo para cumprimentar o então governador Manuel Borba. Segundo o Diário de Pernambuco durante a noite foi ofertado um banquete ao governador e convidados, seguido de um concerto vocal e instrumental (piano) dirigido pelo maestro triunfense cônego Pompeu Diniz, composto por obras como "*Ideale*", do compositor italiano Tosti, "*O Santa Medaglia*", do francês Gounod, e o "Guarany", do maestro brasileiro Carlos Gomes.

Pelo lado da cultura popular, segundo o funcionário público aposentado Agamenon Gonçalves Lima Filho, entre 1917 e 1918 surge a figura carnavalesca do Careta, quando dois Mateus, personagem do Reisado[15], após encontrarem-se embriagados antes de uma apresentação foram expulsos do grupo, saindo mascarados pelas ladeiras da cidade.

---

[14] Disponível em: <https://bandaisaiaslima.wordpress.com>. Acesso em: jun./2017.

[15] Luís da Câmara Cascudo, no seu Dicionário do folclore brasileiro, diz que Reisado é a denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera e Dia de Reis. Este folguedo do ciclo natalino é formado por um

Sofrendo modificações nas suas indumentárias ao longo dos anos, o Careta atualmente é a figura mais representativa do folclore triunfense com sua vestimenta, máscara, chapéu, a tabuleta composta de chocalhos e ditados populares, e o relho (chicote), o qual deve ser estalado no ar.

Este personagem tem forte identificação, sobretudo com o bairro triunfense do Alto da Boa Vista, antes conhecido como Matança, por sediar o antigo matadouro de animais. No "Alto" residia uma população de baixa renda formada, em grande parte, por negros. E são estes moradores os responsáveis por várias representações culturais da cidade, a exemplo das Cambindas que, segundo a pesquisadora triunfense Maria Helena Pádua, teve início por volta de 1913.

O folclorista Roberto Benjamim (2001) leciona que o nome Cambinda tem origem na palavra "Cabinda", região da África próxima a foz do rio Congo, em Angola, servindo de denominação gentílica para os negros procedentes ou embarcados para o Brasil a partir daquela localidade. Em sua pesquisa sobre a Cambinda Velha de Triunfo cita a comunidade paraibana remanescente de quilombola, o Livramento, localizada em área de divisa com este Município como fonte desta manifestação da cultura negra. Seus últimos dirigentes assim como os brincantes residiam no Alto da Boa Vista de onde desciam visitando as casas de conhecidos, onde eram oferecidos aos participantes comidas e bebidas em retribuição aos improvisos conhecidos por loas.

Neste início do século XX transformações ocorreram nos grandes centros brasileiros. O Recife, enquanto centro econômico e cultural do Nordeste tornou-se ponto de referência para várias cidades do interior nordestino, principalmente em Pernambuco e na Paraíba, enquanto símbolo do moderno.

Em Triunfo (PE) não foi diferente. Com uma elite intelectual, política e econômica em constantes relações com o Recife, a cidade é tomada por traços de modernidade com o teatro, o cinema, a imprensa, a construção de estradas de rodagem, o automóvel, a arquitetura com impactos na paisagem urbana, mudando hábitos sociais e comportamentos.

A inauguração do Theatro Cinema Guarany, em 1922, mesmo ano da Semana de Arte Moderna, evento que marcou o início do modernismo no Brasil, o repertório erudito apresentado no banquete em homenagem ao primeiro governador a visitar o alto sertão

---

grupo de músicos, cantores e dançarinos que percorrem as ruas das cidades e até propriedades rurais, de Luís da Câmara Cascudo, no seu Dicionário do folclore brasileiro, diz que Reisado é a denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera e Dia de Reis. Este folguedo do ciclo natalino é formado por um grupo de músicos, cantores e dançarinos que percorrem as ruas das cidades e até propriedades rurais, porta em porta, anunciando a chegada do Messias, pedindo prendas e fazendo louvações aos donos das casas por onde passam (GASPAR, 2017).

pernambucano, o Clube Central Isaías Lima com sua filarmônica, biblioteca e corpo dramático introduzindo as artes cênicas no Município desde o final do século XIX, a poesia sempre presente nos jornais triunfenses, o renome dos colaboradores destes veículos de imprensa, os colégios internos, os sobrados com uma estética eclética, revelam uma cidade em plena efervescência cultural, em sintonia com o moderno.

Ao mesmo tempo um moderno contrastante. Tomemos como exemplo a admiração da população local com relação a chegada do primeiro carro, quando a maioria das pessoas utilizavam como meios de transporte os carros-de-bois, cavalos e burros. Eis o progresso para uma seleta parcela da sociedade. E o que seria progresso?

Para Bresser-Pereira (2014), no século XVIII surge a ideia de progresso, quando durante o Iluminismo os filósofos perceberam que o ideal de razão, de racionalidade, estava prevalecendo sobre a tradição e a religião. No século XIX, a noção de progresso foi intensificada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Na primeira metade do século XX, o estado de barbárie durante as duas guerras mundiais causou o desprestígio da ideia de progresso. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) detectou-se que vários países tinham ficado atrasados em relação a algumas nações industrializadas. Desponta, dessa forma, com forte viés econômico, a ideia de desenvolvimento no pós-guerra em substituição ou nova designação a noção de progresso, como um projeto para o século XX e que, segundo o autor supracitado, continua no século XXI.

Após 1945, quando os Estados Unidos saíram vencedores frente a Europa se constituíram um modelo a ser seguido por outras nações que almejavam superar a pobreza, o subdesenvolvimento. Enríquez (2010, p. 16), citando o economista Paul Baran, nos apresenta que:

> [...] o próprio termo ‘subdesenvolvimento’ é datado de 1949, quando o então presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, no seu discurso de posse, perante o Congresso, chamou a atenção para as condições dos países pobres, apelidando-os pela primeira vez de ‘áreas subdesenvolvidas’.

No período anterior a Segunda Guerra Mundial, os países eram identificados mediante critérios geográficos, culturais e religiosos, chamados de orientais ou ocidentais, civilizados ou não-civilizados, católicos ou não-católicos (CORIOLANO, 2001). Constata-se, assim, que se deu nessa época do pós-guerra o princípio da utilização do termo desenvolvimento como

forma de priorizar o crescimento da economia, relegando a um segundo plano as pessoas, com suas culturas, patrimônio, identidade, e tradições distintas.

A herança cultural caracteriza as localidades e seus moradores e pode se constituir em vetor de desenvolvimento. No caso de Triunfo, o patrimônio cultural é utilizado como recurso, fonte geradora de emprego e renda na localidade. Este capítulo situou, em parte, as origens deste capital cultural transmitido por gerações. Nas narrativas dos moradores é notório um orgulho com relação ao passado, visto como um período áureo para o desenvolvimento do Município, de forma que o mesmo gera um saudosismo, um sentimento de que a localidade perdeu sua importância regional.

> A história é de cultura, tem a tradição de cultura. Por conta desse mesoclima de altitude, vieram primeiro italianos, depois franceses. Antepassados estudavam num colégio de franceses. Se falava francês em pleno sertão. Veio alemães, italianos [...] Se ganhava o dinheiro com os engenhos, o café, e enfeitava as casas porque não tinha onde gastar o dinheiro, pra mostrar que 'tava' rico, fazia os desenhos, os arabescos nas portas, nas janelas, nas paredes. A elite é que pagava colégio no Stella Maris. Se não fosse essa elite, de cana, de café, de rapadura, e de outras coisas [...] (CL1) [16].

Durante a pesquisa foram realizadas observações em algumas rodas de conversa entre os moradores da cidade. É bastante comum a expressão: "Triunfo: a cidade do já teve". Ao mesmo tempo se constitui em uma reclamação do presente e um louvor a um passado que consideram emblemático.

Com relação a este tempo atual:

> Hoje, Triunfo gira em cima do turismo. Hoje, se tirar daqui o turismo de Triunfo, acho que Triunfo fechava as portas. Acho que turismo hoje é primordial - é uma das coisas que tem contribuído bastante para o desenvolvimento. Ou seja, o fator principal (PP 3).

Pelo depoimento acima, o turismo é considerado uma atividade capaz de dinamizar a economia do Município, meio para gerar desenvolvimento. A relação entre cultura e turismo se constitui em uma forma de diálogo no presente entre o passado e o futuro. Redenção. Patrimônio cultural representativo de quem? Herança de qual classe? Fica a reflexão.

Contudo, este passado é percebido pelo senso comum triunfense, como um tempo de glória, e o turismo uma ponte para um futuro promissor, o qual tem como fonte e recurso, a cultura local e seu patrimônio, seja o casario, o folclore, os equipamentos culturais como os museus, teatro, ou o cangaço enquanto história.

[16] Falas transcritas conforme ditas pelos entrevistados. Não houve alterações.

Através do turismo se dá uma troca de vivências entre culturas diferentes, entre a comunidade receptora e os turistas. O turismo oferta ao turista a possibilidade de conhecer e admirar elementos do patrimônio histórico e cultural de um determinado destino turístico, em sintonia com as interações que a oportunidade é capaz de proporcionar.

A cultura se destaca com um dos componentes mais apresentados pelos destinos turísticos, pois, o patrimônio é o que caracteriza a identidade local e diferencia os produtos dentro de um determinado mercado. Porém, antes de se constituir em recurso é, essencialmente, um direito do cidadão. A partir desta consideração, o próximo capítulo traz para discussão a percepção dos agentes locais sobre sua cultura e o turismo desenvolvido no Município de Triunfo.

2 TURISMO E CULTURA EM TRIUNFO: RECURSO E DIREITO

Os destinos turísticos situados no Nordeste se destacam, sobretudo, em Pernambuco, pelo litoral sul e o chamado turismo de sol e mar, onde a praia de Porto de Galinhas, localizada na área do Município de Ipojuca, foi eleita diversas vezes por veículos de imprensa especializada como uma das mais bonitas do Brasil.

No entanto, existe uma tendência de procura por localidades que ofereçam um turismo alternativo ao de massa. No sertão de Pernambuco, municípios como Petrolina - com suas vinícolas e as ilhas do rio São Francisco, Arcoverde com seus eventos que tem como atração a cultura do Samba de Coco, podem ser citados como localidades que têm no turismo uma de suas atividades econômicas.

Sertão dos poetas, prosadores, violeiros e repentistas, da gastronomia típica, do xaxado, dos causos, das estórias e histórias sobre o cangaço, da religiosidade, dos benditos, da sanfona de 8 baixos conhecida como pé-de-bode, dos pifeiros e das bandas cabaçais[17], das filarmônicas consideradas os conservatórios de música do interior, das festas populares e dos bacamarteiros[18]. Sertão detentor de um patrimônio que desperta um tipo de demanda específica voltada para um turismo cultural como é o caso do Município de Triunfo.

A construção do fenômeno do turismo em uma determinada localidade tem entre suas premissas a participação da comunidade receptora. Neste sentido, esta dissertação apresenta a percepção do sistema local (comunidade, iniciativa privada e poder público) a respeito da cultura e do turismo em Triunfo. Com uma análise dos relatos amparada em um referencial teórico, abordou-se a cultura enquanto direito e recurso, a identidade cultural em um mundo globalizado, a gestão para o setor cultural, como também se ofertou um panorama sobre o turismo no Município, seus atrativos e esta atividade enquanto alternativa viável para contribuir com o desenvolvimento local.

[17] Conjunto folclórico orquestral constituído por pífanos, bumbo, tarol e caixa surdo, para apresentação em festas populares do interior do Nordeste. Conhecida também por Cutilada, Esquenta Mulher, Banda de Pife, Banda de Negro, Terno de Zabumba, entre outros (GASPAR, 2009).

[18] A forma como os bacamarteiros se agrupam é bastante primitiva. Não há formalidades ou regulamentos. Só é necessário possuir um bacamarte, obedecer ao sargento e saber manejar a arma. De um modo geral, o folguedo se constitui de homens portando bacamarte, que são disparados com cargas de pólvora seca, em homenagem aos santos padroeiros ou em cerimônias cívicas e políticas. (GASPAR, 2009).

2.1 CULTURA: IDENTIDADE, MERCADO E DESENVOLVIMENTO

Cultura não diz respeito apenas a um conjunto de saberes e práticas, mas também a uma dimensão social. Não é descrita e compreendida da mesma forma entre as várias áreas do conhecimento e pelo senso comum, portanto, diversas são as definições e estudos a respeito do que representa este termo complexo. Não existe um consenso, algo exato e fechado.

O quadro abaixo expõe a diversidade de entendimentos distintos do que seria cultura:

Quadro 3: exemplos de definição de cultura

TIPO	DEFINIÇÃO
Antropológico	As redes de significados que o ser homem constrói e na qual também se insere (adaptado de Geertz, 1973).
Arqueológico	Os vestígios materiais de um determinado grupo.
Comportamental	Comportamento humano (modo de vida) compartilhado e aprendido. Uma abstração a partir do comportamento. Comportamento aprendido.
Estrutural	Ideias, símbolos ou comportamentos padronizados e inter-relacionados.
Funcional	O modo como os seres humanos resolvem problemas de adaptação ou da vida em comum. Um conjunto de técnicas para ajustar o ser humano a outros seres humanos e ao ambiente.
Histórico	O acervo social que passa às gerações futuras.
Mental	Complexo de ideias ou hábitos apreendidos, que inibem os impulsos e distinguem as pessoas dos animais. O modo de pensar, sentir e viver. Um conjunto de orientações padronizadas para problemas recorrentes.
Normativo	Ideais, valores ou regras de vida.
Romântico	"As coisas mais nobres (...) luz e doçura (...) para a qual tendem os homens" (Arnold, 1869, *apud* Bodley, 1994).
Simbólico	Consumo de significados arbitrários compartilhados por uma sociedade.
Sociológico	Formas de organização das sociedades. Uma sociedade e o seu modo de vida.
Tecnológico	As técnicas, tecnologias e produtos de um grupo.
Tópico	Tudo que está incluído em uma lista de tópicos, como organizações sociais, religião etc.
Vago genérico	O complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Inclui não só as artes e letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do homem, o sistema de valores, tradições e crenças.

Fonte: Thiry-Cherques (2001)

Werthein (2003) cita que a Conferência Mundial do México realizada pela UNESCO, em 1982, apontou a relação entre os conceitos de cultura e de desenvolvimento, os quais foram adotados como referência para este trabalho.

> Cultura como o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. [...] engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças. [...] Desenvolvimento como um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade, [...] deve estar fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade (WERTHEIN, 2003, p. 13).

A relação entre cultura e desenvolvimento nas últimas três décadas tem lugar de destaque na agenda contemporânea mundial. "Não se trata apenas do desenvolvimento da cultura para o próprio setor cultural, mas que a cultura seja o ponto de partida para atingir objetivos no plano do desenvolvimento econômico, social e cultural" (MONTIEL, 2003, p. 167).

Dessa forma, pensa-se a cultura como dimensão simbólica de cada povo, algo que compõe a identidade, memória e patrimônio, espaço de cidadania, de inclusão social e a ser considerada pelo poder público uma alternativa capaz de gerar desenvolvimento. Apenas pode assegurar-se um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais nas estratégias para atingi-lo. Em consequência, tais estratégias deveriam considerar sempre a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade (UNESCO, 2003).

Ao longo do tempo o Estado desenvolveu sua organização burocrática dando origem a administração pública (visando executar as ações de interesse público definidas por lei), e as transformações históricas levaram a um reordenamento jurídico da sociedade com o reconhecimento dos direitos dos cidadãos (Estado de Direito).

"Do reordenamento da sociedade com base em um sistema de proteção individual que garanta renda mínima, saúde, educação, [...] como direito de todo cidadão, nasce o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*)" (RODRIGUES, 2010, p. 18), e nesse contexto a cultura insere-se nos projetos ou estratégias de desenvolvimento (BURITY, 2007).

Silva (2010, p. 12) nos informa que a Constituição Federal de 1988 ressalta o "desenvolvimento como direito fundamental, elege a diminuição das desigualdades regionais como entre os objetivos fundamentais da República e trata a cultura como parte integrada a esses elementos". Entre os direitos estabelecidos na nossa Constituição, garantidos através dos artigos 215 e 216, estão o acesso à cultura, como também a ampliação desse conceito. Além das artes eruditas, insere-se a cultura popular, o apoio e o fomento a promoção e difusão

destas manifestações, a formação, a valorização à diversidade que caracteriza o nosso país, a defesa do patrimônio tangível e intangível e a instituição do Plano Nacional de Cultura.

Vale destacar essa ampliação do conceito de cultura na Constituição Federal, que abrangendo sua vertente não erudita, articula as manifestações transmitidas pelo povo brasileiro, com origem no cotidiano das comunidades, as quais não carecem de aprendizado formal ou acadêmico, vivenciadas nas festas tradicionais, nas crenças, nos costumes, no folclore.

Eis os artigos 215 e 216:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.
> Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – As formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticos-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico (BRASIL, 1988, p. 141).

Pode-se dizer que a cultura forma a identidade de um povo e seu patrimônio, caracterizando-o enquanto grupo social entre uma diversidade. O processo de globalização e o uso de novas tecnologias possibilitaram uma maior interação entre as diversas culturas. Não sendo um processo estático como conciliar as raízes de cada grupo social diante de toda uma diversidade cultural existente entre os povos e o dinamismo causado pela globalização e seus impactos na formação de novas identidades locais?

Para Martín Barbero (2006), a identidade cultural era constituída pelos costumes, tradições, raízes e hoje se acrescentam aspectos como redes e mobilidade.

> Até pouco tempo, falar de identidade era falar de raízes; isto é, de costumes e território, de tempo longo e de memória simbolicamente densa. Disso e somente disso estava feita a identidade. Mas falar de identidade hoje implica também – se não quisermos condená-la ao limbo de uma tradição desconectada das mutações

> perceptivas e expressivas do presente – falar de migrações e mobilidades, de redes e de fluxos, de instantaneidade e fluidez (MARTÍN BARBERO, 2006, p. 61).

Nos últimos tempos a utilização das novas tecnologias fez com que o fluxo das informações aumentasse entre os povos, transpondo fronteiras, fomentando a comunicação e o acesso a outras culturas com toda sua diversidade. "À medida que as culturas tornam-se mais expostas às influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas [...]" (HALL, 2006, p. 74).

Somos constantemente bombardeados com múltiplas informações, imagens, textos, que têm gerado uma dificuldade de distinção entre o que é manipulação ou verdade, um ambiente de insegurança em que, ao invés de promover intercâmbio cultural, pode ocasionar uma imposição visando fatores econômicos e dominação através da cultura – um processo de homogeneização que leva a uma cultura de massa, genérica, em oposição às identidades locais. Para Hall (2006, p. 78), na relação global/local, "é mais provável que ela [a globalização] vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais".

Apesar desse dinamismo no processo de construção da identidade cultural ainda se destaca o sentimento de pertencimento dos integrantes a um grupo, através de uma vivência de crenças, valores, tradições, da memória coletiva. Isso não implica dizer que se deva pregar o isolamento cultural como projeto de desenvolvimento.

> Esta tendência, reforçada pelos próprios limites de informação das sociedades locais, pode restringir a eficácia das iniciativas e programas de desenvolvimento, pela falta de percepção dos processos globais em que o local está inserido, e interagindo condições concretas do ambiente. O local e o municipal são subsistemas de um sistema mais amplo e global, de tal modo que os problemas e as potencialidades municipais e locais dependem de fatores externos e das condições do contexto (BUARQUE, 1999, p. 25).

Ser receptível ao novo, conhecer e experimentar outras culturas é uma forma de valorizar a diversidade cultural e, consequentemente, enriquecer seu cabedal enquanto indivíduo. É um exercício democrático de cidadania em oposição aos parâmetros globais e a uma consequente padronização. A diversidade como coexistência das diferenças em igualdade de condições, formando e representando o todo. Buarque (1999, p. 31) explica que "[...] desenvolvimento local não pode ser confundido com o isolamento da localidade e seu distanciamento dos processos globais; ao contrário, a abertura para os processos externos é um fator de propagação e estímulo à inovação local".

Contudo, para se entender a mudança pela qual a cultura de um povo tem passado no transcorrer dos tempos, faz-se necessário conhecer sua história. Com esse intuito, o primeiro capítulo desta dissertação procurou descrever esta herança cultural. Vejamos uma fala relacionada a este legado.

> A cultura perdeu um pouco o valor para as gerações atuais. Talvez por conta de ter havido uma interrupção. Eu acho que o fato de até 1930 ter havido aqui um grande desenvolvimento, ter sido um polo econômico, e aí por conta de ser econômico, vem religioso, vem o cultural, alavancou muita coisa. E em 1930 houve uma mudança muito grande, a mudança da política nacional, a quebra do coronelismo, o advento da chamada Nova República. Então, Triunfo perdeu a projeção - essa projeção que tinha no início. E perdeu também muito de uma identidade cultural que tinha sido já construída assim durante anos. E essa perda eu acho que ela se reflete hoje. Eu acho que em termos de educação, houve avanços no aumento do número de escolas, mas niveladas por baixo. E em termos de cultura é que eu acho que se perdeu mesmo (CL 1)[19].

Assim, como o triunfense atualmente enxerga sua trajetória? Existe uma valorização da cultura local pelos moradores do Município? Vejamos a opinião dos três setores do sistema formado pela comunidade local, a iniciativa privada e o poder público[20].

> Infelizmente nós temos que dizer que são poucos. Existem alguns triunfenses que valorizam, mas é em sua minoria. Já tivemos épocas melhores em Triunfo de participação na cultura. Não é só por valorizar o Stella Maris, nem o Ginásio Diocesano antigo, mas naqueles antepassados nós tínhamos mais pessoas que gostavam da cultura, que davam mais incentivo (CL 4)[21].

As duas falas acima de membros da comunidade local manifestam uma consternação, um sentimento saudoso provocado pela queda de importância e projeção do Município no âmbito estadual, perca de poder, um lamento pelas mudanças na identidade com um enfraquecimento das raízes, costumes e hábitos culturais que reafirmem as tradições locais.

Conforme Hall (2006, p. 12):

> O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Isto se reflete nas narrativas, a preocupação com a inserção de novas culturas, vulgarização da educação, onde se constata o aumento do número de escolas, percebido como

[19] Entrevista realizada em 26 de outubro de 2017, com professor(a) aposentado(a)
[20] Falas transcritas conforme ditas pelos entrevistados. Não houve alterações.
[21] Entrevista realizada em 04 de janeiro de 2018, com um militante da área da cultura

algo positivo, e por outro viés uma qualidade de ensino questionável em relação ao ofertado no passado, tendo como consequência um nivelamento inferior.

Completa-se o quadro com a ausência de fomento à outras manifestações culturais presentes na localidade (a música por exemplo), reforçada pela necessidade de uma maior contribuição das escolas em trabalhar a história do Município. A educação como meio de difusão da cultura local.

> Acredito também na falta de um resgate da cultura. De todos os nichos de cultura que a gente tem de Triunfo, por exemplo, a cultura do barro foi esquecida. Eu poderia usar como cultura. Ela foi esquecida. Eu acredito que a música local, ela também não é incentivada como deveria (CL 5)[22].

Foi citada uma predisposição de reconhecimento aos estrangeiros, o que revela uma atitude de acolhimento, receptividade e hospitalidade para com quem é natural de outros países, e, sob outro ponto de vista, um enaltecimento excessivo, com exagerada valorização a quem vem do exterior.

> Há um esforço assim, né, de algumas pessoas, para valorizar a cultura local, mas a gente percebe assim que está bem enraizada hoje a valorização da cultura estrangeira. A gente percebe assim, quando chega alguém de fora, estrangeiro, tem todo um tratamento diferente. Então, é como que a cultura de outro país principalmente da Europa e até da África, quando é de fora tem toda aquela atenção, entendeu? O estrangeiro tem valor. De um lado é bom, mas, por outro lado, há uma supervalorização (CL 2)[23].

Por outra perspectiva, aparece entre as respostas o orgulho que o triunfense tem da sua herança histórica e a valorização do folclore e da cultura popular, caso das Cambindas e da figura do Careta como ícone cultural. Por este olhar, o saudosismo pode ser entendido como um processo de singularidade, forma de preservação e de reação a uma modernidade, da necessidade de se distinguir como um lugar de cultura própria dentro da região onde a localidade está inserida e não como algo retrógrado.

> Quem é daqui de Triunfo, o cidadão triunfense faz a valorização da cultura e sobretudo da figura folclórica do Careta, que é a nossa maior representação folclórica local. Nós temos uma comunidade remanescente quilombola, no Município, em Águas Claras, as Cambindas, que não se falava, vertentes da nossa identidade. Dá pra sentir o triunfense com muito mais orgulho no peito da sua identidade local, de compartilhar nas redes sociais, uma ostentação da nossa cultura local, algo bem positivo na comunidade (CL 3)[24].

[22] Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2018, com um condutor de turismo
[23] Entrevista realizada em 27 de outubro de 2017, com professor(a) aposentado(a)
[24] Entrevista realizada em 29 de outubro de 2017, com funcionário público

Esta visão ocasiona no tempo presente um encontro cultural diferenciado o qual resulta em uma reconstrução a partir de um entrelaçamento entre duas correntes, uma de origem elitista e outra popular como frutos de uma memória local. Ao analisarmos é perceptível uma interação entre a herança de uma elite refletida principalmente nos bens arquitetônicos, e um patrimônio originário da cultura popular, haja vista o reconhecimento ao folclórico Careta, através da participação deste personagem nos eventos, no material promocional voltado ao turismo, e nas logomarcas de ações locais.

O próprio Festival de Cinema de Triunfo, evento realizado por iniciativa do governo do Estado de Pernambuco com apoio da prefeitura municipal, tem como prêmio principal o "Troféu Caretas". Comumente as programações de festividades realizadas no Município contam com apresentações de grupos de danças populares e suas coreografias baseadas no xaxado originário do cangaço e nas Cambindas de tradição afro.

O fenômeno da globalização sendo considerado uma ameaça a existência e continuidade de diferentes culturas dos mais diversos povos do mundo devido ao processo de massificação provocado pode, ao mesmo tempo, oportunizar um meio de resistência. Dessa forma, a figura do Careta se constitui em uma espécie de embaixador local, presente inclusive de forma híbrida na estética de artistas triunfenses como o Radiola Serra Alta. Este grupo de música eletrônica utiliza ritmos e temáticas regionais e seus integrantes se apresentam ao público caracterizados de Careta e "Veinha", outra personagem do carnaval local, frequentando diversos festivais nacionais e internacionais.

As percepções da iniciativa privada reforçam, em parte, as impressões da comunidade local, levando em consideração que no Município, com exceção do SESC, a atividade econômica é desenvolvida por pequenos empresários, e que, portanto, em certa medida, são os mesmos também membros da comunidade local.

> O triunfense até que valoriza a cultura, só que eu acredito que tem outras formas de a gente com certeza valorizar mais, de a gente procurar expandir, vender mais essa nossa imagem. Eu acredito que o pessoal de Triunfo, nós temos uma grande riqueza, nós temos uma boneca, que é Triunfo, que só falta ser enfeitada, levar mais aos triunfenses o valor que tem a nossa arquitetura, os nossos prédios, quando se fala da nossa parte arquitetônica, né? Uma preservação tanto da gestão junto com o governo do estado. Eu acredito que incentivos, reuniões, palestras, e mostrar o que realmente é a beleza que Triunfo carrega e que a gente não pode ficar sem isso, né? Então, quer dizer, não custa nada, quer dizer, um pouquinho mais de movimentação da gestão, do setor turístico, os cidadãos, os comerciantes, as pessoas que hoje são infiltradas dentro do nosso comércio, do nosso turismo. Então vamos todos nos reunir. Até mesmo porque hoje a gente tem uma associação que, na verdade, serve pra tudo.

> Então vamos através disso aí juntar força, vamos cada vez melhorar mais o que temos de belo e maravilhoso em Triunfo (IP 1)[25].

Foram ressaltadas a necessidade do triunfense valorizar a sua cultura triunfense, o patrimônio arquitetônico, associada a possibilidade de embelezamento da cidade para o turismo, assim como de desenvolver ações no sentido de melhorar a articulação municipal, investir na promoção e divulgação do Careta, e ver a educação como instrumento de sensibilização para combater a desvalorização da cultura local pelos jovens triunfenses.

> Uma das maiores culturas nossas é o "Careta" né? A gente analisando há tempos atrás, eu acho que existia um valor maior, dado até pela própria população. Falta um esforço maior de mídia em cima do Careta. Então eu acho que está no tempo agora da gente ter uma visão maior, justamente para essa questão cultural, o que é que a gente tem de mais forte na cultura e fortalecer (IP 2)[26].

Identifica-se um anseio voltado para o mercado, possibilidade de venda, negócio, trabalhar a imagem da cidade para o turismo, somada a uma "cobrança" devido à "omissão da população" que faz a "crítica pela crítica".

> É uma coisa muito falha dentro da sociedade. O pessoal não dá valor como deveriam dar tanto a parte cultural quanto a parte pública. Quer dizer que tudo pra a população triunfense é reclamar, tudo há falha. Quer dizer o povo, eles chegam, pedem pra fazer, quando a iniciativa privada ou a iniciativa pública faz, eles não dão valor. Então isso é uma falha muito grande (IP 3)[27].

Com um olhar a partir da cultura como um direito, e sem nenhum preconceito ideológico, chama-se a atenção com o intuito de não apenas transformar bens culturais em simples produtos de consumo.

> No meu ponto de vista o triunfense tem melhorado muito. Mas ainda falta principalmente no setor de cultura. O turismo já quebrou uma barreira maior. Mas a cultura ainda precisa ser muito mais trabalhada e acredito muito na escola, né? Que é de base. Porque pra o pessoal mais adulto é mais desafiante. Mas ainda não tá na forma ideal como eu gostaria que estivesse (IP 4)[28].

Por essa compreensão, evidencia-se o papel das escolas e das políticas públicas como meio de fortalecer a preservação da cultura local, de modo a fomentar uma participação cidadã que possibilite o exercício de direitos e deveres.

---

[25] Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2018, com representante da Associação Comercial do Município de Triunfo.
[26] Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2018, com empresário do ramo de bares.
[27] Entrevista realizada em 01 de março de 2018, com empresário do ramo de restaurantes.
[28] Entrevista realizada em 02 de março de 2018, com empresário do ramo de hospedagem.

Quanto ao poder público municipal, este interpreta a cultura, o folclore e o patrimônio material como algo importante para o triunfense, uma valorização que ainda está passando por um despertar.

> A importância é muito grande, né? O município tá acordando agora praticamente. Ainda pode-se dizer que tá em exceção, mas já tá vendo com outros olhos o setor da cultura, né? A gente tem aqui o quilombo. Nós temos vários grupos culturais como as Cambindas, e também a preservação do casario, que faz parte da cultura antiga, né? Então, a importância para o município é grande (PP 3)[29].

Aparece nas falas a cultura como patrimônio e meio de expressão artística, e ao mesmo tempo um ativo econômico para o turismo e, portanto, uma prioridade para o Município. Relatam enxergar a cultura como gerador de autoestima no triunfense, e o sentimento de pertencimento como instrumento de sustentabilidade e manutenção desta cultura. Consideram haver por parte do triunfense uma valorização dos grupos culturais da localidade, e identificam um aquecimento do movimento cultural através da articulação dos artistas e presença de investimento público.

> Eu acho que a importância é isso, porque mexe com a autoestima do triunfense. Ou seja, há 20 anos a gente era diferente. Quando as Cambindas tocava na praça, o pessoal dizia: 'é macumba, é a zoada'. Hoje não. Hoje as pessoas têm orgulho de sair de casa pra ver um grupo triunfense se apresentando. E também os grupos culturais, também mudaram a sua forma de ver. Os grupos já têm suas iniciativas. De montar apresentações, de criarem os eventos. A gente tem hoje o Centro Criativo Padre Ibiapina, que agrega vários artistas. Então a cidade hoje ela tem uma movimentação. O movimento cultural já existia, mas hoje nós temos uma movimentação. Isso a gente pode provar com a Paixão de Cristo, que voltou a se apresentar, com um molde diferente do que se vinha fazendo, mas foi investido na Paixão de Cristo. Porque a gente entende que é interessante isso. E isso vai mexendo com a autoestima do triunfense enquanto artista e enquanto telespectador. É a noção de pertencimento. E quando a gente tem essa noção de pertencimento, a gente cuida, e quer melhorar, e quer divulgar. Eu entendo que é por aí (PP 2)[30].

Por outro lado, a cultura apresenta-se como um paradoxo na fala de um dos representantes do poder público, pois na medida em que gera autoestima e orgulho na população local não se traduz em participação do triunfense durante as manifestações artísticas originárias da localidade, ou seja, "santo da casa não obra milagre".

> Bom, na minha visão, a cultura além de traduzir a arte do povo, de demonstrar de uma maneira bonita o que o nosso povo é, ela também tem um significado econômico, não é? Porque ela quando se mostra, ela atrai visitantes, né? Então ela também complementa a atividade turística. Então ela tem hoje, no caso de Triunfo, dois vieses: o de atrair a juventude, que pratica a arte, que demonstra, se expressa

[29] Entrevista realizada em 30 de novembro de 2017, com representante do poder legislativo municipal.

[30] Entrevista realizada em 29 de novembro de 2017, com representante do poder executivo municipal.

> através da arte, ela está tendo uma atividade salutar; e ao mesmo tempo contribui pra questão econômica, tanto na geração de emprego, como no incremento da atividade turística. Então merece ser incentivada no município de Triunfo e por isso é uma prioridade. Acho que a sua maneira o triunfense valoriza sua cultura. O povo tem orgulho da arte e quando ela é do próprio local, em determinado momento você tem um olhar de orgulho por aquele artista ser próximo a você. Do ponto de vista da valorização, seja ela econômica ou de quantidade de público, isso é questionável, né? Pode não ser comprovado. Mas eu acho que o povo tem orgulho, sim, quando vê seus artistas (PP 1)[31].

Tal situação acarreta um baixo valor de mercado dos grupos culturais, um complicador na hora de negociarem os seus cachês para as apresentações, gerando conflitos e uma relação de dependência considerando-se as limitações do mercado local.

Praticamente o Município têm dois contratantes que chamam os grupos culturais com maior intensidade: a prefeitura municipal e o SESC. Nas observações realizadas durante a pesquisa foi constatada uma polêmica no aniversário de emancipação política do Município neste ano de 2018. Conforme averiguado, é tradição a participação do centenário Clube Central Isaías Lima através da sua banda de música com o intuito de executar números musicais diversos durante as solenidades de comemoração, assim como o hino da cidade durante o hasteamento da bandeira municipal. Porém, por uma divergência em torno do valor de contrato o referido grupo cultural não se apresentou, motivando protestos e notas públicas nas mídias sociais provenientes da prefeitura, do grupo cultural e de pessoas da comunidade.

A Lei Orgânica do Município (TRIUNFO, 1990), em seu artigo 231, legisla que a Banda Musical Isaías Lima é considerada patrimônio cultural e, portanto, deve ser subvencionada pelo poder público. Sucedem-se administrações ao longo destes anos e, segundo os músicos, a lei não é cumprida. Esta instituição cultural vem sobrevivendo devido ao esforço dos seus integrantes, quase como um trabalho voluntário. Os recursos dos exíguos contratos, parte fica para os músicos e o restante para arcar com as despesas de manutenção dos instrumentos musicais como também da sua sede (energia, água, limpeza, entre outros gastos).

Assim, reafirma-se a cultura como um direito ainda carente da sensibilidade do administrador público, e por sua vez a iniciativa dos grupos culturais em buscarem sua autonomia e sustentabilidade não somente cultural, mas econômica, através do acesso e ampliação a outros mercados, da inovação e profissionalização sem, contudo, comprometer a estética dos seus trabalhos artísticos. Destaca-se, nesse sentido, a economia da cultura como

[31] Entrevista realizada em 28 de novembro de 2017, com representante do poder executivo municipal.

possibilidade de unir estas duas vertentes na produção cultural: o valor simbólico e o econômico.

Nos anos 1980, surge na Austrália o termo "indústrias criativas", contudo, foi no Reino Unido que o conceito se consolidou, com a chegada em 1997 do Partido Trabalhista, de Tony Blair, ao poder.

> Preocupado com as desoladoras perspectivas econômicas do país, diante de um quadro de decadência manufatureira, o Primeiro-Ministro identificou treze setores que poderiam reerguer a economia nacional e lhes deu o nome de indústrias criativas, já que em termos econômicos uma indústria nada mais é do que um setor. O que esses setores têm em comum e, portanto, o que delimita o campo de estudos da indústria criativa é a possibilidade de gerar direitos de propriedade intelectual, em especial direitos autorais (REIS, 2007, p. 283).

Nesse campo das indústrias culturais estão o design, os games, a moda, a arquitetura, o cinema, a música, e outros. Quando a cultura, os fazeres e manifestações culturais são considerados recursos com a possibilidade de serem transformados em produtos a exemplo de shows, artesanatos, teatro, e tantos outros, inicia-se a relação de seu valor simbólico interagindo com seu valor econômico. Segundo Reis (2007, p. 1), "a economia da cultura se dedica aos produtos e serviços que têm, ao mesmo tempo, potencial econômico e valor simbólico (mensagem, identidade, valores)."

Lala Deheinzelin (2010), em seu artigo Políticas Culturais, Economia Criativa e Desenvolvimento, defende que no Brasil, de acordo com uma perspectiva voltada para se atingir um desenvolvimento, a indústria criativa e a economia criativa têm conceitos distintos. A indústria criativa gera patentes, propriedade intelectual, sendo replicada em massa, não sendo esse um caminho para o desenvolvimento considerando a realidade brasileira. Na economia criativa tem-se o equilíbrio da dimensão econômica e a simbólica, tendo como base a criatividade, enquanto na indústria criativa o econômico é o preponderante.

Esta especialista supracitada considera como fundamental para o desenvolvimento o local, os valores das comunidades, a diversidade cultural, o foco no pequeno e não a produção em larga escala, com ênfase na inclusão social e na horizontalidade das comunidades frente à verticalidade do território globalizado das empresas e ao processo de neutralização das identidades e difusão de valores hegemônicos e homogêneos.

> Cada região do país misturou, à sua maneira, os ingredientes étnico-culturais formadores da população brasileira atual, em especial os indígenas, os brancos europeus, os negros de origem africana e os asiáticos. Tal miscigenação, com predominâncias distintas nas várias regiões brasileiras, resultou numa maravilhosa

> diversidade cultural, que é um dos maiores patrimônios do país (ARAÚJO, 2013, p. 158).

Tais afirmações estão em sintonia com as estratégias de desenvolvimento local citadas por Buarque (1999, p.10), "[...] como sendo um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população".

Afirma-se, por esse entendimento, o potencial da cultura como recurso e vetor para o desenvolvimento das localidades através de uma "modernidade situada" (Zaoual, 2006), do empreendedor situado, especialista em sua realidade, considerando o ser humano, o seu território e a sua riqueza cultural, e a necessidade das pessoas de ter uma identidade e cada vez mais se inserirem em um local de pertencimento, dando destaque à cooperação em detrimento da concorrência em prol de uma economia social e solidária.

Martinell (2003, p. 98), enfatiza que, diante das relações no mundo globalizado "[...] as políticas culturais locais fomentam a recuperação das identidades culturais locais e territoriais. É preciso desenvolver em cada população a autoestima, a valorização daquilo de que dispõem em termos de cultura" e afirma ser a cidade o espaço onde a cultura acontece ao vivo, não sendo substituída pela cultura virtual.

Nesse sentido, Braga (2003) destaca a criação de territórios competitivos mediante produtos baseados na identidade, sendo necessário identificar e mapear os recursos, as referências da cultura local, patrimônio natural e símbolos reconhecidos e apropriados pelos autóctones de modo a conceber negócios que retratem o seu espaço.

Para Yúdice (2006), atualmente a cultura é um recurso que gera e atrai investimentos, seja através do turismo ou das indústrias criativas, e a operacionalização de tais processos vem a requerer um gerenciamento. Durand (2001) levanta vários pontos a respeito da gestão cultural e traz a afirmação de que o setor cultural também precisa ser economicamente sustentável.

> [...] não pode ser admitida aquela tão comum postura individual de rejeição ético-ideológica do dinheiro e da economia, bem como a dificuldade daí derivada em entender que arte e cultura dependem de sustentação econômica e institucional como qualquer outra atividade humana" (DURAND, 2001, p. 66).

Esses e outros preconceitos derivados de questões estéticas, ideológicas e de mercado são tratados por este sociólogo de maneira a alertar contra conceituações que podem gerar desvios nas concepções de políticas públicas abrangentes para o setor, como, por exemplo, a

questão do “lado faltante” (expressão dita por um economista da assessoria de Celso Furtado, quando ministro da Cultura, no governo Sarney).

Durand (2001) relata que, de acordo com as observações do assessor de Celso Furtado, quando se tratava de avaliar a alocação de recursos para uma política pública, o trabalho tinha, entre os objetivos, caracterizar os grupos e interesses dos dois lados da produção de serviços: a oferta e a demanda.

Ao utilizar o mesmo raciocínio para o setor cultural causou surpresa a constatação de que havia aparentemente apenas um polo, o da oferta, ou seja, as únicas manifestações de interesse partiam dos artistas e produtores em busca de recursos para viabilizarem seus projetos. Pelo lado da demanda, do consumo, havia o silêncio, algo que acontece ainda hoje, o que vem a realçar a necessidade de democratizar a produção e o acesso da população a produtos considerados como privilégio das classes abastadas.

Como pensar, por exemplo, a figura do Careta, a Banda Isaías Lima, as Cambindas, os grupos culturais diversos, mediante essa “baixa valorização” de mercado? “Trata-se de ampliar a demanda e a oferta cultural, a cultura como um serviço público e social, mas, também, como uma experiência de vida” (MONTIEL, 2003, p. 168). Faz-se necessário assegurar tais direitos à população através de políticas inclusivas que fomentem a preservação e difusão da cultura local e que considere a diversidade existente, a identidade e o patrimônio, assim como viabilize condições para uma sustentabilidade econômica do setor, de acesso aos mercados, de maneira a estes grupos culturais não dependerem apenas do mecenato e recursos públicos.

O turismo pode vir a contribuir, também, para uma sustentabilidade cultural na medida em que utiliza a cultura como matéria-prima, gerando um novo mercado, fomentando a preservação e difusão dos bens culturais, e concebendo produtos baseados na diversidade cultural do Município, promovendo assim um intercâmbio entre o turista e o triunfense que venha a gerar valor simbólico e econômico.

2.2 TURISMO: ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA

Com foco nos municípios, na década de 1990, o Governo Federal estruturou e implantou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o qual foi substituído por volta de 2004 pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT – Roteiros do Brasil. Dentre as localidades brasileiras que trabalharam o PNMT, e atualmente o PRT, está o Município de Triunfo (PE), situado no Sertão do Pajeú e a 400 quilômetros do Recife.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, os atrativos naturais possuem uma destacada importância para o turismo desenvolvido no Município. Entre os atrativos de interesse turístico é possível citar o Pico do Papagaio com 1185 metros de altitude e potencial para criação de uma área de conservação ambiental, a Cachoeira dos Pingas, a Furna da Lage, os riachos, e o clima de altitude com temperaturas amenas que alcançam os 08 graus centígrados nas madrugadas de inverno.

Tem no mascarado carnavalesco chamado Careta seu principal personagem folclórico - uma folia com mais de 90 anos, o qual traz na sua indumentária a fantasia colorida, máscara (confeccionada em papel marché), tabuleta (composta de chocalhos e dizeres populares), relho (chicote estalado no ar) e chapéu (colorido com plumas e fitas). O coletivo de caretas é denominado de “trecas”, as quais desfilam pelas ruas da cidade principalmente no período carnavalesco.

Estradas, muros e construções erguidas com pedras, a Cacimba de João Neco, trilhas, inscrições rupestres, engenhos de rapadura e aguardente, e a gastronomia típica a exemplo do feijão guandu, licor de rosas, arroz vermelho, mungunzá salgado e o doce de laranja da terra complementam os atrativos.

Com relação aos eventos destacam-se o Carnaval (um dos principais polos da festividade em Pernambuco ao lado de Olinda, Recife e Bezerros), a Semana Santa, o São João, a Festa dos Estudantes realizada desde 1942 no mês de julho, período da temporada de inverno na cidade, o Festival de Cinema, o Encontro de Carros Antigos, o Triunfo Moto Fest, e a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores.

Seu núcleo urbano é detentor de um patrimônio histórico, no qual podemos citar o Theatro Cinema Guarany, o prédio do Fórum Caeté de Medeiros (antigo Paço Municipal), o Museu do Cangaço, o Museu da Cidade de Triunfo, o Museu Elezier Xavier, o Centro Criativo de Cultura, as edificações religiosas a exemplo da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Capela de São Luiz Gonzaga, o Convento São Boaventura, o Colégio Stella Maris (atual Centro Pastoral Diocesano), a estátua do Cristo

Redentor, o Cruzeiro do Século, a Casa Grande das Almas, as ladeiras, o casario antigo com seus sobrados, o lago João Barbosa e o avião xavante doado pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Figura 11: Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores

Fonte: acervo do autor

Figura 12: Casario da Praça XV de Novembro

Fonte: Acervo do autor

Figura 13: edificações localizadas na rua João Capité com a praça Monsenhor Eliseu

Fonte: Acervo do autor

Figura 14: rua Padre Ibiapina

Fonte: Acervo do autor

O Município conta com artistas cênicos, músicos, artesãos, poetas, escritores e brincantes. Entre os coletivos culturais é possível citar o Clube Central Isaias Lima, filarmônica mais antiga do sertão pernambucano, fundada em 1890; a Associação Beneficente dos Artistas e Profissionais de Triunfo, criada em 1935; Batalhão de Bacamarteiros; o Grupo Ambrosino Martins; grupos de dança e de teatro; e a Cutilada (herança dos remanescentes de quilombolas) - um tipo de banda cabaçal, conhecida como “Isquentá Muié” – em vias de extinção.

Figura 15: vista da estação do teleférico e Convento São Boaventura

Fonte: acervo do autor

A cidade possui equipamentos turísticos privados como o teleférico, pedalinhos, parque aquático e centro de convenções. Sua infraestrutura conta com sinalização turística, pátio de eventos, balcão de informações turísticas, meios de hospedagem, bares e restaurantes e agência de receptivo.

Figura 16: Localização de Triunfo no Estado de Pernambuco

Fonte: http://www.turismotriunfo.com.br

De acordo com o IBGE (2017), o Município de Triunfo está localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano, Microrregião Sertão do Pajeú, área territorial de 191,518 km^2, ocupando apenas a Serra da Baixa Verde, na divisa com a Paraíba, com população estimada em 15.221 habitantes e densidade demográfica de 78,35 habitantes por km^2. A sede do Município se encontra a 1010 metros de altitude e a 402 quilômetros da capital pernambucana. Devido sua localização em um brejo de altitude possui um índice pluviométrico maior que a média do restante da região do semiárido pernambucano, favorecendo a produção agrícola na zona rural ocupada por minifúndios.

Possui um IDHM[32] igual a 0,670, considerado médio, ocupando a segunda colocação entre os municípios do sertão pernambucano e a 12ª posição entre os 185 do estado. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,817, seguida de Renda, com índice de 0,624, e de Educação, com índice de 0,591. A desigualdade de renda pode ser descrita através do Índice de Gini[33], que passou de 0,60, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,56, em 2010.

Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Triunfo – PE

IDHM e componentes	**1991**	**2000**	**2010**
IDHM Educação	0,210	0,412	0,591
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	17,12	26,53	42,95
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	44,17	88,53	92,98
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	30,06	62,14	90,70
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	13,50	34,76	53,90
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	4,91	20,14	39,06
IDHM Longevidade	0,675	0,760	0,817
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,51	70,62	74,00
IDHM Renda	0,466	0,536	0,624
Renda per capita (em R$)	145,00	225,18	389,44

Fonte: PNUD[34]

[32] Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
[33] É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. O Índice de Gini ponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1, sendo que, 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.
[34]PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/triunfo_pe>. Acesso em: jun./2017.

Com relação ao sistema de educação municipal, no ano de 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.3. Na comparação com outras cidades de Pernambuco, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Triunfo na nona posição entre os 185 municípios pernambucanos. Considerando a nota dos alunos dos anos finais ocupava a primeira posição. A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos atinge o percentual de 98,4% (IBGE, 2017).

Possui 11 estabelecimentos de saúde, entre estes a Unidade Mista Felinto Wanderley, a qual possui 18 leitos para internação. A cidade sedia a 39ª Ciretran e a 3ª Companhia do 14º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco. Conta com 01 agência bancária do Banco do Brasil, um posto do Bradesco e efetua alguns serviços da Caixa Econômica Federal através da lotérica. O serviço de telefonia fixa é realizado pela empresa OI. A telefonia móvel conta com cobertura das operadoras Tim, Oi, e Vivo. O acesso a cidade é feito através de rodovias asfaltadas e a empresa Auto Viação Progresso mantém uma linha diária de ônibus com destino ao Recife. Aguarda-se para 2019 a inauguração do Aeroporto Regional Santa Magalhães localizado no município de Serra Talhada, situado a 40 quilômetros de Triunfo. Dispõe de 01 agência de turismo receptivo e condutores de turismo credenciados pela Secretaria Municipal de Turismo.

O trajeto entre Triunfo e cidades próximas se dá através de carros de lotação. Estes mesmos veículos atendem as demandas dos turistas para o deslocamento entre a cidade e os pontos turísticos da zona rural mediante um fretamento. O antigo terminal rodoviário funciona como estação do teleférico e um novo foi inaugurado em dezembro de 2017.

Entre os meios de hospedagem a cidade oferta mais de 700 leitos:

- Pousada Baixa Verde: 23 unidades habitacionais e 60 leitos;
- Pousada Café do Brejo: 13 unidades habitacionais e 35 leitos;
- Pousada Calugi: 16 unidades habitacionais e 40 leitos;
- Otellin Triumph: 28 unidades habitacionais e 97 leitos;
- Pousada Alpes de Triunfo: 22 apartamentos e 60 leitos;
- Pousada Panorâmica: 07 unidades habitacionais e 21 leitos;
- Pousada Santa Elisabeth: 16 unidades habitacionais e 41 leitos;
- Pousada Stella Maris: 17 unidades habitacionais e 51 leitos;
- Portal Triunfo: 28 unidades habitacionais e 70 leitos;
- Centro de Turismo e Lazer Sesc Triunfo: 58 unidades habitacionais e 136 leitos;
- Pousada Bom Jesus: 06 unidades habitacionais e 22 leitos;

- Pousada Encontro das Águas: 08 unidades habitacionais e 28 leitos;
- Pousada O Rei do Caldo: 06 unidades habitacionais e 21 leitos;
- Pousada O Palhoção: 11 unidades habitacionais e 40 leitos;
- Pousada Opção: 09 unidades habitacionais e 23 leitos;
- Pousada São Luiz: 07 unidades habitacionais e 21 leitos;
- Pousada São Paulo: 06 unidades habitacionais e 19 leitos.

Conta com as seguintes opções de alimentação: Restaurante Baixa Verde (60 acentos), Café do Brejo (40 acentos), Restaurante Caretas (120 acentos), Papo Pizza (150 acentos), Beto´s Bar e Restaurante (150 acentos), Cachaçaria Fogão de Lenha (50 acentos), Mok's Bar (50 acentos), Casarão Cafeteria & Bar (50 acentos), Lanchonete Caretas (20 acentos), Buona Pizza (35 acentos), O Palhoção (100 acentos), O Rei do Caldo (100 acentos), Sabor da Roça (100 acentos), Arco-íris (75 acentos), Sorveteria e Lanchonete Triunfo (40 acentos), Portal Triunfo (100 acentos) e Restaurante 20V (38 acentos).

Das empresas sediadas em Triunfo e com atuação na atividade turística, apenas cinco contam com o certificado CADASTUR[35]: três meios de hospedagem, uma agência de turismo receptivo e um parque aquático. O empregador privado com o maior número de colaboradores formais é o Centro de Turismo e Lazer Sesc Triunfo com aproximadamente 125 trabalhadores com carteira assinada. A instituição contribui com a economia do Município visto boa parte dos insumos consumidos pela empresa serem adquiridos no comércio local.

Durante a pesquisa, através da observação direta, foi possível detectar infraestrutura deficiente tanto à população residente, como para o apoio ao turista, no que tange ao saneamento básico, coleta seletiva e destinação do lixo, inexistência de ações contra poluição de cursos de água, carência no abastecimento de água e em atendimento médico especializado, necessidade de qualificação de estradas e acessos ao Município (pavimentação e sinalização vertical e horizontal), subutilização de recursos culturais e naturais, especulação imobiliária, e uma insuficiente sinergia entre poder público, iniciativa privada e comunidade local.

[35] CADASTUR é o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, que permite o acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados. O CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. A partir da Lei do Turismo 11.771/08, o cadastro no Ministério do Turismo foi instituído para as empresas e os profissionais de turismo. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>. Acesso em: abr./2018.

Verificou-se a ausência de uma estratégia visando uma articulação com os órgãos de turismo da esfera estadual e federal, o não registro de dados que permita um diagnóstico sobre o turismo ao longo do tempo, e a inexistência de corpo técnico com formação na área de turismo nos quadros da secretaria municipal responsável por este setor.

Um agravante é a falta de governança regional entre Triunfo e os municípios de Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e São José do Belmonte, integrantes da Rota do Cangaço e Lampião (Programa de Regionalização do Turismo – PRT – Roteiros do Brasil), os quais trabalham de forma desarticulada, o que vem a comprometer o êxito desta política pública concebida pelo Ministério do Turismo e focada no desenvolvimento regional.

2.3 TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO

A partir de 2016, várias foram as mudanças ocorridas na vida pública brasileira, algo ainda recente, o que não permite uma descrição precisa a respeito das políticas voltadas para o desenvolvimento. Contudo, é possível observar a persistência do problema das desigualdades regionais a demandar políticas públicas que promovam o desenvolvimento do país como um todo.

Senra (2011), conclui que as políticas públicas federais voltadas para promover desenvolvimento regional no país atravessaram quatro fases distintas: Nacional-Desenvolvimentista (1945/1964), Desenvolvimentista-Militar (de 1964 até meados da década de 1980), Neoliberal (1988/2000) e Neodesenvolvimentista (a partir dos anos 2000). Todavia, salienta que as quatro fases não têm limites e paradigmas rígidos, posto que alguns aspectos de uma fase podem constar pontualmente em outra.

A Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (1959) elaborada pelo GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste) é considerada por Senra (2011) como o elemento mais marcante da Fase Nacional-Desenvolvimentista (1945/1964). É também dessa Fase (1952) a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, e a construção de Brasília, prevalecendo no período a compreensão de que o papel do Estado era intervir na economia.

A Fase Desenvolvimentista-Militar, de 1964 até meados da década de 1980, foi influenciada pelo pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG). Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) foram o principal instrumento de planejamento estatal do período que teve entre suas marcas significativas a criação de uma estrutura institucional dedicada ao desenvolvimento regional, fortemente centralizada no Governo Federal; pesados

investimentos em infraestrutura econômica para ocupação do território nacional; criação de polos industriais e agrícolas, baseados nos investimentos de empresas estatais no Complexo Petroquímico de Camaçari (Bahia), Cloroquímico de Alagoas, Industrial e Portuário de Suape (PE), Siderúrgico do Maranhão, Industrial de Base de Sergipe, Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro); e a utilização em larga escala de políticas de incentivos fiscais, tributários e de crédito, a exemplo da instalação da Zona Franca de Manaus. Entretanto, como pontos controversos ressaltam-se os projetos de integração nacional (Transamazônica e outros), de aproveitamento florestal e agropecuários e as políticas para a economia rural do Nordeste, os quais vieram a causar degradação ambiental, concentração fundiária e desigualdade socioeconômica (SENRA, 2011).

Seguindo diretrizes do Consenso de Washington, a política brasileira na Fase Neoliberal pôs em prática uma série de medidas macroeconômicas adotadas após a Constituição Federal de 1988 e que seguiu até o início dos anos 2000. Esta Fase foi marcada pelo processo de globalização, o qual através de avanços tecnológicos e de comunicação propiciou uma conexão imediata do global com o local. Consequentemente, possibilitou uma valorização dos territórios e de projetos visando desenvolvimento local. Foram marcas significativas do período: a extinção ou desvalorização das instituições do desenvolvimento regional (SUDENE; SUDAM); a redução dos incentivos fiscais e tributários como instrumento do desenvolvimento regional (o que veio a atingir a Zona Franca de Manaus); o programa dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento; a "guerra fiscal" promovida pelos governos estaduais visando atrair investimentos; o apoio às iniciativas de desenvolvimento local, de caráter endógeno e solidário; a estabilização da moeda; e a criação do Ministério da Integração Nacional (SENRA, 2011).

Nos anos 2000 tem início a Fase Neodesenvolvimentista que adotou medidas neoliberais e desenvolvimentistas, ainda que prevalecendo no período uma maior participação do Estado nas ações voltadas para o desenvolvimento regional. No que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional objetivando a diminuição das desigualdades regionais, foram pontos significativos: a variedade de instituições públicas que se dedicam ao desenvolvimento regional, territorial ou local e a elaboração de planos de desenvolvimento para diferentes escalas territoriais; e a política dos Territórios da Cidadania. Foram também abraçadas políticas sociais que tiveram resultados expressivos do ponto de vista territorial, a exemplo dos programas de transferência de renda (Bolsa Família), e de infraestrutura social (Luz Para Todos). A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, lançada em 2003 pelo Ministério da Integração Nacional, procurou valorizar a participação da sociedade e a

diversidade regional nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural, como também defender maior participação do Estado no processo, considerando as diversas escalas territoriais do espaço brasileiro, de modo a romper com o enfoque que delimitou o problema regional ao Nordeste e ao Norte do País (SENRA, 2011).

Como visto, após as políticas iniciais inspiradas em teorias macroeconômicas, surgiu uma nova forma de considerar o desenvolvimento. Um pensar sobre as localidades e o aproveitamento dos seus potenciais de modo a atender as necessidades do presente, garantir a utilização dos recursos às gerações futuras, proporcionar qualidade de vida nos territórios, e cooperar com a conservação do seu patrimônio natural e cultural visando o desenvolvimento local.

Transformações ocorridas nas décadas de 1980/1990, entre elas a redemocratização e o reconhecimento dos municípios como entes federativos, oportunizaram uma revalorização do território e do local como espaço privilegiado em detrimento das demais "escalas de espaço", vindo a fortalecer a polarização local/global (BRANDÃO, 2012).

Assim, o desenvolvimento local se apresenta relacionando melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, benefícios sociais e econômicos através da articulação e atuação dos agentes de um determinado espaço, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, a iniciativa privada, as instituições políticas e o governo, cada um dos atores cumprindo seu papel e dando sua contribuição. De acordo com Buarque (1999, p. 9), o desenvolvimento local,

> [...] representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

A política neoliberal dos anos 1990 ocasionou o desaparecimento de políticas de desenvolvimento nacional e regional. Foi dado destaque ao local como espaço de intervenção pública, o que é considerado insuficiente, segundo Carleial (2014). "A primazia do local é uma impossibilidade, isto porque, na economia mundializada, com forte presença da firma-rede multinacional, as atividades fazem-se e articulam-se em diferentes escalas espaciais" (CARLEIAL, 2014, p. 11).

Contudo, Brandão (2012) defende a adoção de uma política nacional unida às políticas nas demais escalas, de modo articulado e integrado a um projeto macro de desenvolvimento

que considere a diversidade e peculiaridades de cada parte do território brasileiro, trabalhando conjuntamente as escalas (microrregional, mesorregional, macrorregional e nacional) sem perder de vista a integração do país a escala global.

> O local não é tomado como contraposto ao nacional, ou mesmo ao global, visto que uma focalização no espaço municipal ou regional não dispensa o papel das políticas nacionais concebidas e operadas no espaço da União. As políticas nacionais devem ser desenvolvidas conjunta e democraticamente com aquelas que visam estimular o desenvolvimento local (HOLANDA; VIEIRA, 2003, p. 265).

Se a comunidade dispõe de recursos culturais analisados e examinados como viáveis, os mesmos podem integrar uma estratégia de desenvolvimento local através do turismo que, sendo planejado e gerido mediante um modelo participativo e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida poderá trazer benefícios substanciais à localidade e aos seus moradores.

Ao mesmo tempo, o turismo enquanto caminho para o desenvolvimento local necessita encontrar-se situado dentro de um contexto e conectado a outras escalas, sejam elas regional, nacional e até internacional. Planos e programas de desenvolvimento, políticas públicas, leis e regulamentações, marketing e vendas, capacitações, crescimento ou queda da movimentação macroeconômica, influenciam o desenvolvimento da atividade turística. Portanto, como já afirmado anteriormente, desenvolvimento local não condiz com isolamento da localidade.

No caso da atividade turística, apesar da sua importância "mundializada" (expressão utilizada por Carleial), é nas escalas regional e local que se desenvolve o turismo enquanto sistema. Através de políticas públicas nacionais, a exemplo do PNMT e PRT, os atores locais se envolvem, organizam seus espaços utilizando seus recursos, e o turismo acontece nestas escalas, atraindo demanda turística, polarizando fluxos de pessoas, de modo a aquecer a economia e gerar desenvolvimento local. Esta foi a escolha do Município de Triunfo quando começou a trabalhar o turismo durante a Fase Neoliberal explicitada acima.

Poucas atividades econômicas têm propensão para se adequar as capacidades locais. Talvez, nesse ponto resida a explicação para a defesa do turismo enquanto alternativa viável e estratégica para o desenvolvimento local. Para Martins (2015), a considerar o processo de globalização pode parecer contraditório, mas o que interessa "[...] ao fenômeno do turismo são os aspectos mais peculiares de cada lugar, é o caráter mais autêntico de sua gente e seu cotidiano mais original [...]" (p. 189).

Atualmente, existe uma propensão dos visitantes por localidades turísticas detentoras de uma cultura representada através dos saberes e fazeres, pelo folclore, os causos, as festas

populares, a história, a gastronomia, o artesanato, o modo de vida das comunidades, e pela hospitalidade – a arte do saber receber. O impulso do turista por experiências no tocante a localidades diferentes do seu mundo cotidiano se transforma em oportunidade para as pequenas comunidades locais e uma alternativa para tornar viável a busca por um desenvolvimento local através do seu patrimônio enquanto legado recebido ao longo dos tempos.

Medina e Paniza (2015; p. 87) salientam que, "ao mesmo tempo, um novo tipo de turista busca entrar em contato com as diferenças culturais, com as práticas culturais locais, a partir de experiências dos residentes e não por mediação das grandes empresas do turismo". Nessa mesma linha de pensamento, Zaoual (2008; p. 3) afirma que a demanda turística se tornou mais exigente, com tendência a concentrar sua atenção na qualidade e nas suas necessidades por cultura e meio ambiente, focando sua procura pelo original por meio de "sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar", ou seja, um turismo alternativo ao turismo de massa.

Como opção ao turismo de massa enquanto modelo de desenvolvimento predominante praticado por diversas empresas turísticas, um turismo alternativo, segundo Benevides (2002), deve objetivar cinco pontos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida. O turismo alternativo como algo para se refletir e, se viável, ter entre as estratégias de desenvolvimento para municípios sertanejos.

Para Seabra (2007, p. 284), o turismo sertanejo é "[...] uma atividade de lazer interativa com a paisagem interiorana, onde estão presentes o quadro natural, a cultura local e a participação integrada da comunidade residente". Alguns municípios interioranos são considerados destinos turísticos que atraem uma demanda regional e possuem um potencial para um segmento de turismo alternativo, seja pelos seus atrativos culturais ou devido aos naturais, em oposição ao turismo de massa.

As cidades de Areia, na Paraíba, e Piranhas em Alagoas são detentoras de um patrimônio cultural arquitetônico tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cabaceiras, na Paraíba, conhecida pelo Lajedo de Pai Mateus e a Festa do Bode Rei atrai visitantes. A região do Cariri Cearense é movimentada pelo turismo religioso ao Juazeiro do Norte, motivado pela devoção ao Padre Cícero Romão Batista.

É possível citar a região do Vale do São Francisco, em Pernambuco e na Bahia, com suas vinícolas; a Chapada Diamantina, na Bahia; as serras de Martins, no Rio Grande do

Norte, Garanhuns e Taquaritinga do Norte, em Pernambuco; o município de Poço Redondo, em Sergipe, integrando a Rota do Cangaço; as unidades de conservação Vale dos Dinossauros, em Sousa, na Paraíba; o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí; e o Vale do Catimbau, em Buíque, Pernambuco.

O Município de Triunfo, objeto desta pesquisa, conhecido pelo seu patrimônio histórico, cultural, e clima ameno, é outro exemplo de destino turístico procurado. Como a comunidade local, a iniciativa privada e o poder público percebem o turismo e sua relação com o desenvolvimento?

Conforme foi possível observar no levantamento histórico registrado na primeira parte desta dissertação e nos relatos dos participantes do sistema local, a sociedade triunfense anterior ao turismo tinha basicamente o comércio (nas três primeiras décadas do século passado) e a agricultura como atividades econômicas.

Após o declínio comercial e da agricultura, sobretudo da cultura de cana-de-açúcar e do café, o Município de Triunfo vislumbrou na década de 1990 o turismo como meio de aquecer sua economia o que, segundo os entrevistados, se traduziu em oportunidades para a população local.

> O turismo é tudo para a economia de Triunfo. Não era até o último censo do ano 2010. 50% da economia vinha da agricultura em Triunfo, mas aí a gente tem o fenômeno da seca que é indiscutível, a nossa economia da cana de açúcar foi destruída por conta da seca. O canavial morre e o que sustentou uma boa parte foi a indústria turística com mais de 20 hotéis, entre hotéis e pousadas em Triunfo (CL 5).

A geração de empregos nos meios de hospedagens e restaurantes que contratam recepcionistas, garçons, camareiras, serviços gerais, cozinheiros, condutores de turismo, prestadores de serviços diversos como motoristas, artistas, grupos culturais, justificam os relatos.

> O turismo contribui economicamente. Eu acho que Triunfo tá crescendo nesse sentido, financeiramente, porque as pousadas de qualquer maneira dá um vínculo empregatício, têm pessoas que conseguem trabalho a partir disso aí, o próprio dono de pousada também, e o comércio cresce. (CL 2).

Ao permear as falas com uma memória coletiva histórica, a lembrança de um passado que evoca certo protagonismo regional e, posteriormente, uma decadência econômica, cria um contexto para o turismo se configurar como caminho para uma mudança de realidade no presente e futuro.

> Você sabe que todo o comércio era centralizado, passava por Triunfo. Triunfo tinha indústria de doce, de sapato, tinha tudo. Agamenon Magalhães (ex-governador de Pernambuco, nascido em Serra Talhada) junto com os deputados, desviaram a estrada central pra Serra Talhada. No que desviaram a central pra lá, descentralizou todo esse comércio pra Serra Talhada. Levou tudo. Acabou com o comércio de Triunfo, acabou com tudo. Porém, de tudo isso que ele destruiu, o movimento econômico do município, mas ele trouxe uma melhor coisa que ele podia trazer. Porque se Triunfo continuasse crescendo do jeito que estava, Triunfo hoje seria uma Serra Talhada da vida, uma cidade de cheia de criminosos, cheia de coisas, de tudo, não tem mais nada antigo lá. Então, não tinha mais esse casario bonito em Triunfo pra o turista vim ver, não tinha turismo (CL 4).

Nos relatos, a referência aos impactos negativos causados pelo turismo foi escasso, residual, diante do total, mas expressivos sob o ponto de vista de conteúdo no que diz respeito à relação cultura/turismo e a turistificação do lugar. A influência da sazonalidade foi lembrada em falas da comunidade local e da iniciativa privada como um "gargalo" que necessita de mais atenção no sentido de se criar estratégias para combater tal problema de modo a manter os empregos e a qualidade no atendimento ao turista.

> Eu acho que o turismo contribui. Agora, o turismo daqui ainda precisa se consolidar, acho eu. Na minha perspectiva, ele contribui, mas ainda não dá esse lucro que se espera por conta da sazonalidade. Aí entra uma coisa séria. Escuto que você não pode contratar muitas pessoas e qualificar essas pessoas pra manter durante o ano inteiro, porque os períodos de hospedagem eles não se mantém. Então, se contrata e qualifica, presta um bom serviço. Mas se você não contrata e não qualifica, o serviço deixa a desejar. E as pessoas cobram. Porque quem chega, paga e quer um serviço comparado com outras hospedagens que a pessoa usufrui por aí. Então sempre há uma queixa. E as queixas os turistas deixam pra fazer lá fora (CL 1).

Surgiram críticas com relação ao turismo de eventos praticado pelo Município com investimentos em atrações caras que se analisadas não compensam a relação custo/benefício.

> Analisando de uma forma mais racional, anda se fazendo, se construindo, algo meio, que precisa melhorar. Um turismo, por exemplo, de eventos em que haja um retorno econômico muito maior do que o próprio investimento do poder público. E aí a gente vai ter uma rentabilidade de fato, que venha a beneficiar os cofres públicos do Município (CL 3).

No cotidiano da cidade as relações são mantidas e as festas tradicionais refletem estas características locais. No entanto, se faz presente em falas da comunidade local impactos causados pelo modelo de turismo de eventos adotado, o qual vem a descaracterizar as festividades.

> Bom, financeiramente o turismo contribui porque cada pessoa que vem gasta, ou pouco ou muito, mas gasta, deixa a sua parcela monetária dentro do município. O que eu acho que não contribui muito para o nosso turismo são essas festas que nós vemos que acabaram com a tradição, as festas que eram antigamente uma confraternização hoje é um amontoado de pessoas que quando saem deixam o nosso açude podre e as nossas ruas desgastadas (CL 4).

O representante do Sesc, por sua vez, reconhece as limitações de orçamento de um pequeno município, a falta de apoio das estruturas governamentais em outras escalas (estaduais e federais), e ressalta a ausência de políticas educacionais voltadas para o morador que fomentem uma consciência turística e não somente cursos técnicos.

> A meu ver há ausência de investimento da esfera federal no campo do turismo, em Triunfo. Se houve investimento foram pequenos que a gente não sentiu muito. E há ausência de investimento como um trabalho continuado no âmbito do governo do estado também. A gente não percebe uma ação madura do estado, do órgão que cuida do turismo do estado com o município. Deixa o município muito só. E o município não é um município que tenha uma receita própria grande. Então termina que o orçamento do turismo, ele é muito curto, pequeno. Entendemos isso. Porém, deveria ter processos de formação pra própria comunidade, de educação patrimonial, de educação para o turismo, sabe? Que não fosse só de turismo emissivo, receptivo, agente, recepcionista de hotel - e sim formação pro morador. Ele é que recebe, ele é que lida com o turista. Tem uma outra questão que é também predominante no município que é a banalização das manifestações culturais, porque as festas de tradição numa cidade como Triunfo que tá no Nordeste do Brasil elas são muito importantes no calendário de turismo. E elas estão muito à disposição dos embates políticos, dos interesses de perpetuação do poder. Na verdade, se pensa numa perspectiva de aglomerar uma maior quantidade de pessoas porque você tá pensando no voto. Então você pega a programação do Carnaval, do São João, do Natal, nem sempre ele é qualidade de natureza cultural. Ela é cheia de depredação (SS)[36].

Chama atenção a queixa sobre a "banalização das manifestações culturais" na programação dos eventos devido a outros interesses, um questionamento a lógica de que sinônimo de sucesso é quantidade de público ao optar por atrações musicais provenientes da cultura de massa em detrimento de uma produção cultural local. O poder público, porém, alega a existência de um incentivo para participação dos chamados "artistas da terra" nos eventos realizados no Município.

> Nós hoje, nós vemos a produção artística e cultural local não como um complemento aos eventos. A gente sabe que é muito comum em algumas localidades ver a produção local como um complemento, que a gente até usava antigamente o termo 'tapa buraco'. Mas não é. Hoje, nosso artista, ele é o ponto de partida. Então quando a gente pensa uma programação, a primeira coisa que a gente já pensa é qual o perfil do evento e que artistas poderiam participar. Então a gente hoje faz uma convocatória pública nos moldes do governo de Pernambuco, onde o artista vai descrever o seu trabalho, o seu show, vai descrever a parte técnica toda, quem são as pessoas, quanto, qual o custo do cachê, e a gente tenta, se for uma festa de cinco dias, tenta que sempre haja artistas da terra nos eventos (PP 2).

Percebe-se um choque de pontos de vista no tocante a presença de uma cultura de massa predominante nos eventos. É de conhecimento público no Município os conceitos distintos que possuem a FUNDARPE, enquanto fundação de cultura de Pernambuco, e a

[36] Entrevista realizada em 16 de março de 2018, com representante do Serviço Social do Comércio.

EMPETUR, responsável por fomentar o turismo no Estado. Quando dos eventos promovidos em Triunfo, a FUNDARPE procura envidar esforços com relação a promover a diversidade cultural de Pernambuco, uma preocupação com conteúdo. Por outro lado, a EMPETUR objetiva massificar, intensificar o fluxo de turistas utilizando, por vezes, shows de artistas famosos e presentes nos grandes meios de comunicação.

Pelo que foi observado durante a pesquisa, este é um dilema atual e que gera inúmeros questionamentos na cidade quando da divulgação da grade de programação dos eventos. Qual tipo de turismo e perfil de demanda contribui para a sustentabilidade e o desenvolvimento turístico do Município? E a preferência de boa parte da população pela cultura de massa? O sistema local precisa ser ouvido e se posicionar, e cabe ao poder público fomentar o debate, ampliar os espaços para participação da comunidade local e da iniciativa privada neste processo de construção do fenômeno do turismo.

Outro ponto levantado em uma das falas da comunidade local foi o custo de vida elevado para quem reside na cidade, desde a feira do supermercado à compra de terreno para construção. Tal fato foi debitado ao turismo.

> Outra coisa são os preços. Tudo em Triunfo é mais caro que no restante da região [...] feira do mercado, e terreno nem se fala. Valorizou demais com essa conversa de cidade turística. Compare os preços daqui. Por que todo mundo vai fazer feira em Serra Talhada? (CL 2)

Atualmente, parte da zona rural do Município possui imóveis de segunda residência, casas para passar o final de semana. Em comunidades como, por exemplo, o sítio Mata Redonda, diversas chácaras pertencem a médicos e empresários oriundos do Município de Serra Talhada. Tal demanda acarreta em alta de preço destes terrenos e casas, algo além do poder aquisitivo para a maioria da comunidade local. A própria turistificação da cidade transformou áreas predominantemente residenciais em espaços de uso misto. Dois equipamentos turísticos em especial chamam a atenção: o pátio de eventos, do qual trataremos mais a frente, e o polo gastronômico.

Durante a pesquisa, em conversa com moradores vizinhos ao polo gastronômico, tomamos conhecimento a respeito de uma iniciativa que causou polêmica. Um projeto do poder público do Município em transformar a rua que sedia o equipamento em um corredor turístico. Tal ideia teria vindo de uma visita de triunfenses a cidade de Gramado (RS) onde viram uma rua coberta, ornamentada e ofertando diversos serviços, se constituindo em um atrativo turístico.

O problema é que após as obras esta via ficaria fechada para o trânsito de veículos e vários moradores idosos residem neste espaço. O fluxo intenso de pessoas, a montagem de eventos e a própria estrutura fixa para se ter uma rua coberta como polo de lazer impossibilitaria inclusive o acesso de ambulância às residências, visto o único espaço livre visualizado no projeto ser a calçada a frente das casas dos moradores.

É comum moradores vizinhos ao Polo Gastronômico e ao Pátio de Eventos se deslocarem de suas residências durante a realização de festividades. Diante da intervenção do Ministério Público Estadual provocado pelos moradores, o projeto da rua coberta como forma de embelezamento da cidade e voltado para uma demanda de mercado em se criar novos atrativos turísticos não prosseguiu. Porém, a tônica mercantilista se impõe.

> Com certeza, hoje o turismo em Triunfo é o que rege, é o que manda. Na verdade, Triunfo tem hoje o que muitos queriam ter, que é essa beleza natural que Triunfo tem. Então, quer dizer, ter uma beleza e não explorar, ter uma beleza e não procurar divulgar, incentivar, fica difícil, né? Então quer dizer que hoje o turismo em Triunfo é o principal fator e é o que mais cresce e o que mais ajuda o Município (IP 1).

Outro empresário entrevistado se posiciona da seguinte forma:

> Eu acho que hoje o turismo é 80% da situação econômica de Triunfo. Tudo gira hoje em torno do turismo. Tudo. Todo comércio gira em torno do turismo. O turismo é de tudo positivo. É a única forma de renda de muitos aqui dentro da cidade. Então eu vejo dessa maneira. A gente tem que trazer o turista e fazer com que 365 dias do ano tenha turista dentro de Triunfo pra que a gente possa manter essa qualidade e o emprego (IP 3).

A visão do poder público segue a mesma ótica.

> Eu acho que hoje o turismo é o principal fator de desenvolvimento econômico de Triunfo, seja na geração de emprego ou no surgimento de novos equipamentos. A maioria dos empreendimentos realizados em Triunfo nos últimos 20 anos é voltado especificamente para o turismo, ou para o comércio que também se desenvolveu graças a essa questão do turismo (PP 1).

Sentimos nas falas da comunidade local, da iniciativa privada e do poder público municipal a importância atribuída à geração de divisas, quando considera o turismo como o setor estratégico, principal vetor de desenvolvimento econômico, direcionando investimentos, como por exemplo, a oferta de novos cursos profissionalizantes “pra ensinar o nosso povo a ganhar dinheiro com turismo, porque nem com estacionamento nas festas a gente sabe explorar direito” (PP 1).

Conforme transpareceu nos relatos da maioria dos entrevistados esse olhar mais voltado para o lado econômico é preponderante, inclusive nas falas do poder público, o qual é

o responsável por mediar e equilibrar as relações da atividade turística com a vida e interesse dos munícipes.

> Turismo é o carro chefe. Hoje, Triunfo gira em cima do turismo. Hoje, se tirar daqui o turismo de Triunfo, acho que Triunfo fechava as portas. Acho que turismo hoje é primordial, é uma das coisas que tem contribuído bastante para o desenvolvimento. É quem gera renda, ou seja, o fator principal. Há tempos atrás, seja 20, 30 anos, nosso carro chefe aqui era girado em cima da cana-de-açúcar e o café. Essa cultura praticamente tá erradicada, né? Então o nosso carro chefe hoje é o turismo, sem sombra de dúvidas (PP 3).

Entretanto, esta dimensão material é limitada para se chegar a um desenvolvimento se não abrange outros aspectos capazes de transformar a realidade local, de provocar mudanças amplas visando uma melhoria da qualidade de vida da população. Quando se valoriza demasiadamente a perspectiva econômica por parte do turismo é como se criasse uma névoa que impedisse a maioria de perceber os impactos negativos causados pela atividade e passasse achar normal o barulho, fluxo intenso de pessoas alterando o cotidiano da cidade, a transformação de espaços residenciais em comerciais ocasionando saída dos moradores e uma possível quebra de identidade, congestionamentos no trânsito, aumento do lixo, especulação imobiliária, impactos ambientais, descaracterização da cultura local, entre outras questões, a ponto de não enxergar nada de inconveniente, desfavorável ou predatório, como foi observado em diversas falas.

Defende-se que o desenvolvimento têm como premissas as dimensões social, cultural, ambiental e econômica, o acesso à educação, saúde, segurança, infraestrutura, mercado de trabalho, renda, às condições para uma participação cidadã, de reconhecimento aos direitos, a escuta aos anseios da população para que esta construção do turismo seja coletiva e exitosa.

Contudo, destaca-se na fala dos entrevistados a contribuição do turismo para o desenvolvimento do Município pelo viés do capital, e nesse contexto, corre-se o risco dos interesses coletivos não prevalecerem diante das demandas de mercado, estas justificadas pelos supostos benefícios econômicos gerados, desconsiderando possíveis impactos negativos para o espaço e a cultura local que em longo prazo são determinantes para a viabilidade da atividade turística e da cidade.

2.4 TURISMO, EQUIPAMENTOS CULTURAIS E MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS EM TRIUNFO

Para ampliar o entendimento sobre a relação turismo e cultura apresentamos os conceitos de turismo cultural e patrimônio histórico e cultural na perspectiva do Ministério do Turismo (2010):

> O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. [...] Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações (MTUR online, 2010, pp. 15, 16).

Outros autores, a exemplo de Beni (2002, p. 430), entendem que o turismo cultural pode ser definido como a "fluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrados nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte".

Barbosa (2001, p. 67) ensina sobre a origem etimológica da palavra patrimônio, a qual "vem do latim *patrimonium*, encontrando-se associado à ideia de uma herança paterna ou bens de família". Informa que durante a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1972, tratou-se de patrimônio histórico e cultural classificando não apenas os bens materiais como também os imateriais (Barbosa, 2001, p. 70).

A respeito dos bens culturais materiais e imateriais, Fonseca (2009, p. 68) explica que, "quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bens materiais", e exemplifica citando a arte dos repentistas nordestinos:

> Embora a presença física dos cantadores e dos seus instrumentos seja imprescindível para a realização do repente, é a capacidade de os atores usarem, de improviso, as técnicas de composição dos versos, assim como sua agilidade, como interlocutores, em responder à fala anterior, que produz, a cada 'performance', um repente diferente (FONSECA, 2009, p.68)

Pode-se afirmar que a cultura forma a identidade de um povo e seu patrimônio, caracterizando-o enquanto grupo social entre toda uma diversidade existente, de modo a entender que "o patrimônio refere-se às pessoas, às origens e à história de uma comunidade" (PORTUGUEZ, 2004, p. 8).

Martins (2015), afirma que apenas o espaço físico e as condições geográficas não são suficientes para condição de consideramos um lugar especial. O Patrimônio Cultural é um retrato da sociedade, fruto da produção humana e esta, por sua vez, interfere na construção do espaço turístico e consequentemente influi na percepção que o turista vai ter com relação ao local. Contudo, o autor destaca que:

> [...] o patrimônio nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos ou culturais que, por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes, mas apenas representam Patrimônio Cultural quando tais construções são assumidas pela coletividade de forma autônoma (MARTINS; 2015, p. 187).

Sem a conscientização e apropriação do patrimônio pela comunidade existe a possibilidade de alienação dos moradores e a inviabilização do protagonismo local. Sem o pertencimento, sem a valorização pela coletividade o espaço torna-se um "não lugar" (Martins, 2015). Qualquer iniciativa carece de sensibilização a respeito da importância do patrimônio com o intuito de provocar um entendimento, valorização, apropriação e preservação dos bens culturais pelos moradores enquanto identidade, de modo a fomentar um sentimento de pertencimento, orgulho, elevar a autoestima, para com base neste reconhecimento gerar uma interação consciente entre comunidade e o turista.

Baseado no exposto é admissível afirmar que o turismo cultural se diferencia de outros segmentos pelas peculiaridades e variedade dos seus atrativos combinada a capacidade de envolvimento da comunidade local na cadeia produtiva e como a atividade se desenvolve. Vivenciar um destino turístico como algo original passa pelo protagonismo da comunidade receptora, uma partilha dos bens, do patrimônio e seus significados com o turista, promovendo uma relação de respeito e intercâmbio cultural.

Nesta relação cultura/turismo, diversas localidades utilizam seus equipamentos culturais como teatros, galerias e museus enquanto atrativos turísticos. Entre alguns equipamentos culturais que se constituem em atrativos turísticos no interior do Nordeste estão: Museu Casa de Pedro Américo e o Teatro Minerva, em Areia (PB); Museu de Arte Popular da Paraíba – Campina Grande (PB); Memorial Jackson do Pandeiro – Alagoa Grande (PB); Museu Vivo do Padre Cícero, na Colina do Horto, Juazeiro do Norte (CE); Fundação

Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato (PI); Museu de Arqueologia de Xingó, em Canindé de São Francisco (SE); Museu do Sertão – Petrolina (PE); Museu do Barro e o Museu do Forró, em Caruaru (PE), entre outros patrimônios culturais.

Como os equipamentos culturais, os festejos populares e as manifestações folclóricas são do mesmo modo considerados patrimônio, expressões da cultura de um povo, que têm o potencial de despertar a curiosidade dos turistas e se tornar um atrativo turístico. O carnaval com seus personagens folclóricos e suas danças, as festas juninas, as comemorações de padroeiros e manifestações diversas de culturas locais se constituem em exemplos de celebrações da cultura que em muitos casos tornaram-se eventos turísticos.

O Município de Triunfo conta com alguns equipamentos culturais como o Theatro Cinema Guarany, o Museu do Cangaço, o Museu da Cidade de Triunfo, e o Museu Elezier Xavier. Encontra-se em obras o Museu Casa do Careta. Do mesmo modo compõem o seu patrimônio cultural os festejos da padroeira Nossa Senhora das Dores, a tradicional Festa dos Estudantes, espécie de festival de inverno local, e o Carnaval com a figura do Careta, para citarmos como exemplos. E estes patrimônios enquanto expressões de cultura são passíveis de sofrerem impactos positivos e negativos causados pelo turismo.

Como explanado anteriormente no tópico sobre cultura, mudanças ocorrem ao longo do tempo. As identidades sofrem influências e se reconstroem (HALL, 2006). Durante seu processo de formação,

> "[...] o lugar e suas peculiaridades dialogam e assim também é original, a adaptação da cultura forasteira que influenciou a história local, as lendas os mitos, as guerras do povo em defesa de seu espaço, a arte nativa, a arquitetura, as relações sociais, os laços afetivos, etc". (MARTINS; 2015, p. 183).

Entre o turista e a localidade receptiva, ocorrem trocas entre culturas distintas. Vejamos como o triunfense percebe essa interação entre o turismo e cultura local.

> Eu acho que o turismo agrega, porque o turista é uma pessoa que geralmente viaja, ele dá sugestões, ele traz novas informações. Eu acho que a gente, por exemplo, tem recebido aqui, é sempre um turista muito educado. Então eu acho que ele contribui realmente. A rede hoteleira é pequena, então acomoda bem as pessoas e acho que elas contribuem mesmo para divulgar a cidade, além de deixar o retorno em diversos setores (CL 1).

Pela fala, o turista é percebido pelo triunfense como uma pessoa educada, que não prejudica em nada o local e seus costumes, além de contribuir gerando divisas para vários setores, entre estes a área da cultura através da contratação de manifestações culturais como os Caretas, o grupo de Cambindas, o Maracatu, e músicos para a programação recreativa de

bares, restaurantes e meios de hospedagem. Confirma-se a visão de que o turista não interfere negativamente no cotidiano dos triunfenses, gera renda, deixa dinheiro, e faz a promoção de Triunfo como destino turístico.

> Eu enxergo o turismo como uma forma do artista local ganhar também o seu dinheirinho. Isso a gente tem visto - é constante. Não é raro a gente encontrar quando a gente chega no SESC, por exemplo, na Pousada Baixa Verde, a gente encontra trecas de Caretas, né, se apresentando em qualquer época do ano - as Cambindas também se apresentando. Isso aí é muito comum e especial. Se apresenta, tem a paixão pela arte e aí aproveita para ganhar também dinheiro. Isso aí ajuda na sobrevivência, na renda desses artistas locais; é bastante positivo (CL 3).

Na fala acima se compreende o turismo também como um gerador de ofício. O brincante utiliza o legado cultural recebido e o que antes era somente uma manifestação da cultura popular transforma-se em uma atividade laboral que, se não é suficiente para manter o sustento, complementa a renda familiar.

Outro relato da comunidade local questiona a postura do triunfense e elogia a do turista.

> Eu sempre afirmo que as apresentações culturais hoje em Triunfo ela são gratuitas. A população de Triunfo não tem custo com isso e acredito piamente que a minha geração falta valorizar mais essa manifestação cultural. Já o turista não, ele fica encantando. Eles fazem questão de vir. Eles vêm. Isso soma muito pra atividade turística de Triunfo. Porque esse despertamento cultural, talvez a população não abrace, mas quando o turista chega é uma ferramenta. Pra mim, é uma das principais ferramentas da atividade turística, essa manifestação cultural local. Tanto o Careta como o Teatro Guarany. Mas a população ainda não acordou ainda não (CL 5).

Corrobora-se assim a percepção de que o turista valoriza a cultura triunfense, assim como credita à atividade turística a importância de que atualmente é detentora a figura do folclórico Careta, assim como outras manifestações culturais.

> Hoje temos aí as Cambindas, temos o Careta. O Careta hoje é a figura principal de Triunfo, é o que representa, é a figura maior hoje, que é o Triunfo dos Caretas, e o turismo contribuiu muito para isso. Com certeza temos que expandir mais essa imagem da nossa cultura local através do turismo e com certeza trabalhar mais o que temos de melhor. Triunfo sempre foi aquela cidade que também já teve antigamente seresteiros, serenatas. Triunfo sempre foi muito rico nisso (IP 1).

Há na comunidade local quem cite impactos positivos e negativos neste contato do autóctone com o turista.

> Talvez quem vem de fora traz outro jeito de ver, outro jeito de falar, outro jeito de se comportar, exige outros tipos de comida. Eu sei que tinha aqui um bar, um restaurante de uma dona que veio do Sul. Então era uma valorização daquela comida

> lá porque ela era do Sul, era uma coisa diferente. Eu também questiono muito com relação a essa quadrilha estilizada que apresentam aí. Tudo é estilizado, então aquela quadrilha tradicional a gente não vê mais; até o xaxado está estilizado. Então, eu acho assim, que não sei se pra agradar o turista que quer alguma coisa diferente se faz essas coisas, eu acho. Porque a gente tem aquela quadrilha matuta, né, caipira, aquela coisa assim que era bem bonita que a gente não vê mais, e assim tudo vira espetáculo. É mais vê um espetáculo do que apresentar realmente a cultura. Agora por outro lado, tem um ponto positivo porque os triunfenses querem algumas pessoas assim mais conscientizadas, elas fazem questão de mostrar a cultura de Triunfo. Então para mostrar tem que ensinar os jovens nas danças culturais, então isso também pode ajudar nesse sentido. Porque há um esforço para mostrar a cultura para os turistas. Então eu acho que tem os dois lados (CL 2).

A interação entre triunfenses e turistas em algum momento causa influências nos modos de vida local.

> Antigamente a gente andava na rua e era costume conhecer todo mundo. 'Oi', 'bom dia'[...]. Hoje é normal você passar na rua e não conhecer muitas pessoas. E você não sabe quem é quem. Mas, assim, no geral, não noto nenhuma mudança nos costumes do povo de Triunfo não (PP 3).

Contudo, quando o foco das ações prioriza o turista e não o morador local insatisfações vão surgindo. O relato de um empresário do ramo de hospedagem contém um desagrado sobre o modo de gestão e operacionalização dos equipamentos culturais que se não for combatido poderá se agravar: um sentimento de que as ações têm como prioridade o turista e não o triunfense.

> Eu acho negativo assim, principalmente o teatro. Ele não funciona tão bem pra nós como a gente queria. Tipo um cinema ou o teatro semanal. O único órgão que é o Sesc que é quem mais promove e valoriza a questão do uso do Guarany. Também eu gosto de perguntar sempre ao cliente o que ele acha. Então tenho esse "*feedback"*e é bem positivo. O turista gosta. Mas a gente pode melhorar muito, pensar no triunfense e isso é algo que eu vejo um pouco mais esquecido. Só visam shows, shows, shows pensando em turismo, mas precisa tá todo mundo alinhado em relação a isso (IP 4).

É notório que o segmento do turismo cultural precisa dos equipamentos culturais enquanto recurso, um atrativo interessante para atender a uma determinada demanda. Em Triunfo esta é uma realidade.

> O que o turista precisa é de atividades e aí entra essa questão desse acervo, desse patrimônio que a gente tem. E eu acho que Triunfo precisa de outros. Nós precisamos, por exemplo, dividir para somar, como fizemos com o Museu da Cidade e o Museu do Cangaço. Precisaria ter mais equipamentos. Um museu de engenho, né? Eu acho que o Guarany tem um papel importantíssimo porque é difícil cinema, não é, numa cidade do interior que consiga ter cinema, consiga ter um equipamento daquele porte que também serve pra teatro é de importância. Como eu acho que a gente deve lutar pra ter outros equipamentos - o museu de engenho, a casa de Brennand, que é um nome muito forte [...] (PP 1).

Ou seja, a percepção dos museus apenas enquanto atrativo turístico em detrimento da concepção destes espaços como equipamento cultural destinado a preservação da memória e difusão da cultura local, ferramenta para promover educação que também pode vir a ser utilizado como recurso pelo turismo.

> O Museu do Cangaço é muito importante para Triunfo, e agora tem o Museu Elezier Xavier. Eu acho que com a Casa do Careta, esse vai ser importantíssimo, um museu para o próprio turismo. Os museus é uma forma de atrair, quando uma cidade como Triunfo tem dois museus, o terceiro vai acontecer agora, isso é muito importante para o turismo (IP 2).

Apesar das ressalvas ao apelo mercadológico como preponderante, os museus, teatros podem ter no turismo uma alternativa para contribuir com sua sustentabilidade econômica. Isto, porém, ainda não acontece em Triunfo. Apenas o Museu do Cangaço cobra uma taxa simbólica de R$ 2,00. Nos outros equipamentos culturais como o Theatro Cinema Guarany e o Museu Elezier Xavier a visita é gratuita.

O saber receber, a arte da hospitalidade faz a diferença quando o assunto é turismo, tendo importância o componente humano, a qualidade do atendimento, que se torna condição essencial para que um museu, um teatro, consiga suprir o imaginário do seu visitante, a realização das expectativas dos turistas, de modo a transformar a visita a estes equipamentos culturais em uma vivência, uma experiência de diálogo mais íntimo com os públicos que frequentam estes espaços. O museu se apresenta como um lugar de convivência que abre suas portas para que toda e qualquer categoria de público possa usufruir de um espaço não só de lazer, mas fundamentalmente de reflexão a respeito da memória histórica e de um simbolismo transcendente (VASCONCELLOS, 2006, p. 37).

Este é o papel da mediação, do profissional monitor, que através das visitas guiadas favorecem com sua ação a interação entre os equipamentos culturais e os visitantes como um espaço de troca, de convivência, e ao mesmo tempo de protetores deste patrimônio. Tais espaços têm como finalidade principal preservar, difundir e oportunizar o acesso à cultura e ao patrimônio. Os museus têm como missão conservar, manter e expor os seus acervos, e a depender do impacto sobre as peças, se necessário, limitar as visitas de acordo com a situação.

É crucial neste processo um planejamento no sentido de prevenir possíveis impactos negativos causados pela atividade turística a estes espaços, de modo a preservar o patrimônio cultural, assim como não o inviabilizar enquanto recurso útil para uma estratégia de desenvolvimento local. Contudo, o turismo tem condições de maximizar o número de visitas, contribuir com a sustentabilidade econômica dos equipamentos e fomentar a valorização e o

acesso aos bens culturais. Para Gomes (2009; p. 27), ocorreram mudanças no espaço museológico com o objetivo de atrair os turistas. O autor ressalta que:

> Na cruzada para atrair o turista, os museus mais importantes contam com exposições temporárias, constantemente renováveis; pessoal treinado para atender diferentes segmentos do público (crianças, idosos, grupos, deficientes, etc.); ingressos promocionais; publicações impressas em vários idiomas; e divulgação das atividades por meio das campanhas publicitárias. Nesse contexto, os museus, além de espaço de exposição, curadoria, pesquisa e ação educativa, transformam-se, eminentemente, numa atividade rentável, geradora de recursos, aplicados na sua própria manutenção. Mas muito mais, os museus passam a constituir, por si só, um polo de atração, cujos dividendos são repartidos com diversos setores da indústria turística (2009; p. 27).

Quando o turismo utiliza os equipamentos culturais como recurso demanda infraestrutura e serviços, o que vem a concorrer para uma preparação adequada destes ambientes para receber não somente os turistas, como também os moradores da localidade, e dessa forma contribui para o acesso da população a este patrimônio.

Triunfo começa a dar os primeiros passos neste sentido. O Museu do Cangaço, o Museu da Cidade e o Museu Elezier Xavier trabalham com visitas guiadas, o que não ocorre no Theatro Cinema Guarany. Nas falas do poder público ressalta-se a visão hegemônica de se criar equipamentos culturais para gerar novos produtos para consumo de um mercado turístico. Porém, um representante do poder público, respondendo a uma indagação sobre a prevalência do viés econômico, manifestou a intenção de profissionalizar a gestão destes equipamentos culturais voltando sua atenção ao atendimento turístico e à oferta de ações formativas para a comunidade local através de práticas pedagógicas como oficinas e cursos, o que revela um caminho a ser trilhado para que tais espaços se tornem atrativos também para a população.

> É uma demanda que nós tenhamos o Museu do Cangaço, o Museu da Cidade, e o Museu Sacro, com ações formativas. Aí deixa de ser apenas um espaço de visitação para turista. O triunfense frequenta pouco porque ele vai uma vez, não há mais novidade pra ele. O equipamento não contribui o tanto quanto deveria. Então a gente tá buscando aí um projeto museológico. Mas já o Museu Elezier Xavier ele foi pensado pra ser um espaço de visitação e formação. Ainda não começou essa parte de formação com oficinas não. Está aberto apenas pra conhecer a história de Elezier. E aí quando a gente vê esses 4 museus mantidos pelo governo municipal, a gente cria em relação ao turismo, um circuito de museus, que aí economicamente falando, a gente sabe como funciona. Turista circula, ele vai circulando e vai contribuindo pra cidade, e conhecendo também. Mas onde é que a cultura vai entrar? Com ação formativa. Porque vai ficar não apenas para o turista, mas para a população também. Os ganhos em questões de autoestima, os ganhos em questões pedagógicas, educativas, sendo redundante, são enormes e evidentes. Mas os ganhos econômicos, a questão da economia é preponderante. Triunfo realmente é movido ao turismo. Não tem como negar. Agora a gente tá tentando qualificar isso (PP 2).

Figura 17: Museu da Cidade de Triunfo

Fonte: Acervo do autor

Com relação à mercantilização das manifestações e festas populares é primordial que não se perca suas características essenciais. Mudanças das datas de comemorações, modificações de indumentárias e na forma de apresentação, número excessivo de turistas que resultem em impactos indesejáveis nas áreas de patrimônio histórico e descaracterização permanente de espaços urbanos para receber eventos turísticos são ações que podem acarretar consequências negativas.

Batista (2005; p. 31), ressalta que "o turismo como fenômeno tem que ser implementado com muito cuidado, pois deve procurar revalorizar o cotidiano da localidade e não inventar uma manifestação cultural para mostrar ao turista". Para este autor, os operadores de turismo quando da venda do produto cultura devem ter a preocupação de ser fiel aos costumes e tradições das comunidades, pois do contrário estariam apenas a fabricar mercadorias e produzir falsas manifestações culturais para se mostrar a turista.

> Então o município de Triunfo como qualquer município brasileiro é totalmente trabalhado a partir do que a hegemonia da comunicação diz. E a hegemonia quer lucro. Quer vender produto. Então é melhor vender Luan Santana do que vender os Caretas. É melhor lotar Triunfo com Victor e Leo do que lotar Triunfo com uma orquestra, sob o falso argumento de que o povo não gosta. Dê estrutura pra ver se o povo não gosta. Pegue o mesmo palco, o mesmo som, a mesma mídia, grave a orquestra, bote para o povo ouvir o ano todo, nas rádios, na televisão, pra ver se o povo não gosta. Você não gosta daquilo que você não conhece. E pra mim, o turismo no âmbito dos municípios pauta-se muito por isso, pelo que é mais vendável. Não pauta-se pela diferença. E isso reflete nas manifestações culturais. Isso também acontece em Triunfo. Não é diferente. É um vício da política - o problema da política brasileira. Então você pega a programação do Carnaval, do São João, do Natal, nem sempre ele é qualidade de natureza cultural (SS).

A fala da representação do Sesc traz a tona novamente a discussão sobre conteúdo e conceito dos eventos. Em anos anteriores esta instituição foi a principal realizadora e investidora em apresentações voltadas para o ciclo natalino e o debate com o poder público local se dava justamente na composição da grade de programação. Atualmente, a parceria se mantém, porém, o investimento feito pelo Sesc foi reduzido. Com propostas distintas a busca na resolução deste problema e de outros vai residir em uma comunidade local consciente dos seus direitos e esforços no sentido de encontrar um equilíbrio entre os diversos interesses.

"Tiraram a festa da Padroeira do lugar dela. Por quê? Por causa do turismo, com essa conversa que as festas têm que ser no pátio de eventos, porque fica bonito o cenário para o turista ver. Eu não concordo (CL 4). A festa da padroeira - Nossa Senhora das Dores – sua comemoração popular antes realizada em frente à Igreja Matriz, foi transferida para o pátio de eventos devido ao argumento da beleza do cenário composto pelo lago João Barbosa Sitônio e o Theatro Cinema Guarany, principal cartão postal da cidade, o que caracteriza o sacrifício de uma tradição centenária ante um suposto apelo turístico.

Por sua vez, o reconhecimento à figura do Careta enquanto símbolo da cidade é quase que unânime nos relatos. Porém, foi possível perceber em falas da comunidade local que houve uma descaracterização deste personagem com o intuito de "embelezar" o traje e dessa forma causar um impacto visual no turista, o mesmo acontecendo com as quadrilhas juninas.

> A tradição mesmo do Careta tá se acabando. Que venha a evolução, mas não acabe a tradição. Essa euforia de se apresentar para o turista, eles cada dia querem se embelezar mais. E cada vez que eles se 'embelezam', que ficam bonitos, eles perdem a tradição. E isso descaracteriza. Quando você evolui demais, você perde o corpo tradicional, perde aquela vida tradicional que tinha. Fica caro sair de Careta (CL 4).

Figura 18: Caretas no início da década de 1990

Fonte: Acervo de Robério Vasconcelos

Figura 19: Caretas durante o Carnaval de 2018

Fonte: Acervo do blog "Opinião Triunfo"

Para um dos representantes do poder público, questionado sobre a relação do Careta com o turismo, respondeu:

> A partir do momento que surge uma demanda, alguém tem uma necessidade de ver o Careta, por exemplo, surge uma necessidade de alguém mostrar a cultura. Então só aumenta a demanda por esses personagens nossos que também contribui pra que visitantes venham a Triunfo. Então eu não acho que haja nada negativo do turismo na nossa cultura ou sobre o Careta, por exemplo, muito pelo contrário (PP 1).

Contudo, as modificações são percebidas principalmente no chapéu e nos trajes (CL 4). Tal fato causa um aumento de custo para se produzir a indumentária do Careta e, consequentemente, cria dificuldades para o brincante que não participa dos grupos montados para apresentação aos turistas durante os eventos e nas programações recreativas e culturais dos meios de hospedagem. Perde-se em espontaneidade e originalidade.

Bauman (2005) leciona que a identidade cultural sofre mudanças e passa por um processo de construção constante. Não é algo estático, definitivo. Neste construir, baseado na mesma fala da comunidade local, há de se reconhecer a contribuição do turismo para que o Careta, antes perseguido, temido, seja atualmente um símbolo da cultura local.

"Cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado e dos resultados dos processos sociais que conservam maior relação com as forças do presente em prol do desenvolvimento da comunidade" (MARTINS; 2015, p. 193). A figura do Careta sofreu influências. O turista quando chega ao local vem conhecer, apropriar-se de outros saberes, acontecem trocas.

Por sua vez, neste processo híbrido o turista pode se reconhecer ou não, se identificar ou não, mas defende-se que este contato através da atividade turística crie condições para o visitante fazer uma leitura estética da cidade, do seu patrimônio cultural, das suas manifestações autênticas, da sua gastronomia, e que esta oportunidade propicie uma experimentação dessas vivências locais, um turismo de experiência, que gere reflexões, posições críticas, atreladas ao entretenimento e lazer. Participar de ensaios de grupos de danças local, aprender a preparar o mungunzá salgado, estalar o relho do Careta, confeccionar as máscaras, são exemplos de vivências que podem potencializar trocas entre o morador e o turista.

Assim, ratifica-se a preservação da cultura local como condição inseparável para a sustentabilidade não somente do turismo, mas do próprio espaço e das suas relações. Para tal, as políticas públicas são estratégicas e a participação dos vários segmentos da sociedade na construção destas é de vital importância para o êxito de um projeto de desenvolvimento.

3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Entende-se o desenvolvimento local relacionado com a capacidade de associação da comunidade no sentido de envidar esforços, visando atingir objetivos e contemplar interesses comuns que venham a atender as necessidades da localidade, tendo como recursos suas possibilidades existentes.

> [...] quase sempre a preeminência era sobre os fatores exógenos, ou seja, sobre os fatores externos aos lugares. Mas nas últimas décadas isso cresceu ao contrário, e cresceu a valorização dos fatores endógenos, não na perspectiva tradicional, do aproveitamento puro e simples, dos recursos diferenciados, naturais ou humanos, mas no aproveitamento do potencial organizacional das comunidades locais e regionais, em promover, em dirigir todos os processos de transformação (SILVA, 2003, p. 49).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento local baseia-se na valorização do que existe na comunidade e na mobilização dos vários agentes locais. Buarque (1999) afirma que, sem mobilização, as mudanças geradas não irão resultar em qualidade de vida e desenvolvimento para a localidade, e ressalta que:

> Mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica tenham um papel decisivo na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo (1999, p. 10).

Tomando como exemplo a Itália, Farah Jr. (2001) afirma que o esforço coletivo visando trabalhar a capacidade cultural, social e política da comunidade é capaz de fomentar o desenvolvimento da qualidade de vida e de atividades produtivas, não decorrendo exclusivamente de um interesse ou decisão da esfera econômica.

> O processo de desenvolvimento local na Itália, que surgiu nos anos 50 e nos períodos 60 e 70 do século passado, tem ultrapassado os aspectos meramente econômicos e passa a ter uma abrangência sociotécnica. Isso passa a requerer uma nova interpretação e entendimento da constituição e expansão desta sociedade, que traz uma nova performance dos diversos agentes, organizações, instituições e esferas de poder que nela interagem (FARAH JR., 2001, p. 15).

Portanto, o processo de desenvolvimento guarda relação com uma situação de mudanças e consequentemente gera uma nova interpretação e entendimento que surge a partir de tensões entre os diversos agentes locais. Uma relação, por vezes, conflituosa quanto à exploração e gestão dos recursos locais em face de um projeto de desenvolvimento articulado

com os anseios e necessidades comuns aos diversos âmbitos de poder que interagem neste sistema composto pela comunidade local, iniciativa privada e poder público.

Durante o processo de se criar uma estratégia de desenvolvimento tem sua importância as políticas públicas. As pressões a que as políticas públicas estão submetidas, por vezes, podem causar desvios, de modo a privilegiar interesses do mercado ao invés de priorizar um plano de ações que vise o proveito coletivo e gere benefícios socioeconômicos mais igualitários, incentivando dessa forma acumulação de capital e a não inserção da população no processo de desenvolvimento.

Para Rodrigues (2010, p. 43), "as políticas públicas podem ser estudadas tanto da perspectiva da ação do Governo (o que o Governo faz) quanto da inação (o que o Governo não faz) diante de algum problema". O não agir se constitui em uma decisão política, se constituindo em renúncia a uma política de desenvolvimento.

Porém, como alcançar o desenvolvimento sem garantir o acesso aos direitos de cada indivíduo? O cidadão contribui pagando impostos para que estes sejam revertidos na elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas da sociedade garantindo melhorias sociais, econômicas, culturais e que promovam o bem-estar e o desenvolvimento. Destinado a representar o interesse coletivo, o poder público tem, entre suas missões, contemplar a população com políticas adequadas no sentido de atender aos anseios gerais.

O marco inicial da transformação que institui as políticas públicas como forma de atuação do Estado em prol da sociedade é a Constituição de 1988 como garantia dos direitos fundamentais. De acordo com Leal (2006, p. 34):

> Este Estado tem colocado sérias questões a serem respondidas pela teoria política contemporânea, sendo que a principal delas, ao menos no âmbito dos países ditos em desenvolvimento, como o Brasil, é a de saber sobre as condições de se atribuir aos poderes públicos a responsabilidade de proporcionar espaços de interlocução, deliberação e execução, a toda sociedade e cidadãos, das prestações necessárias e os serviços públicos adequados para o pleno desenvolvimento de suas vidas, contempladas não só a partir das liberdades burguesas tradicionais, mas sim, a partir das prerrogativas e direitos fundamentais e humanos garantidos pela nova Ordem Constitucional.

Com isso, mostra-se importante a prática da cidadania. Para Teixeira (2002), a formulação de uma política pública é caracterizada fortemente pela definição de quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem, e se faz importante distinguir políticas públicas de políticas governamentais. Não necessariamente políticas governamentais são públicas, embora possam ser consideradas como estatais. Para serem públicas é preciso

considerar quem são os beneficiados, ser universalizada, ter um processo de elaboração participativa e submetido ao debate público.

> A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna a publicização fundamental. As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Referenciado no sociólogo francês Alain Touraine, Mota (2013, p. 60) afirma que, "a mera existência de eleições livres não garante a melhoria das condições de vida e trabalho das populações, uma vez que a democracia pode facilmente transformar-se em uma farsa midiática de forte apelo, [...] sem tocar o âmago dos problemas". A necessidade e importância da transparência, da construção das políticas em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais, agrega maior legitimidade aos projetos e ações que visam atender as demandas de setores marginalizados da sociedade civil, sendo possível sua continuidade, algo que quase sempre é deixado de lado quando se adota uma política de governo.

Oliveira (2009, p. 127), afirma que: "há, ao mesmo tempo, a conquista legal de direitos e a luta por efetivá-los, tanto em nível de sociedade, quanto no interior do próprio Estado". O exercício de cidadania por parte de cada indivíduo é que pode resultar em benefícios coletivos possibilitando dessa forma o acesso aos direitos fundamentais assegurados pela Carta Constitucional de 1988, a qual legislou sobre a descentralização das políticas públicas de maneira a proteger, ao menos em tese, grupos sociais carentes de poder econômico ou político.

No Brasil, o Estado é dotado de órgãos específicos visando conceber, formular, executar e fiscalizar as políticas públicas para o turismo e a cultura. Tais órgãos estão presentes nas três esferas de poder. Os principais órgãos da administração pública no âmbito federal são o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura.

Os governos estaduais possuem estruturas variadas para atenderem a demanda destes setores. Alguns estados possuem secretarias específicas para o turismo e a cultura. Em outros são secretarias compartilhadas com as áreas de educação, esportes, desenvolvimento econômico e/ou fundações de turismo e cultura. Nos municípios as configurações das estruturas voltadas para o turismo e a cultura também variam de acordo com as demandas da localidade.

Com relação ao Ministério da Cultura[37], suas ações buscam contemplar as três dimensões contidas no Plano Nacional de Cultura: simbólica (identidade, patrimônio, modos de vida, valores), cidadã (inclusiva, acessiva, participativa, cultura enquanto um direito) e econômica (cultura como vetor econômico socialmente justo e sustentável).

Por sua vez, a Lei nº 11.771[38], de 17 de setembro de 2008 (Lei do Turismo), principal marco legal do turismo no país, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

> Hoje se concorda que o turismo sustentado deve voltar-se para harmonizar as necessidades de seus quatro componentes: a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade turística. Se bem planejado dentro dos princípios de sustentabilidade, o turismo pode ter um impacto positivo e ser um catalisador da restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de empregos e renda das comunidades (MURTA; GOODEY, 2002, p. 16).

O Plano Nacional de Turismo 2018/2022 aponta o chamado Turismo de Base Local como uma alternativa de organização para localidades e regiões com potencial turístico, onde os produtos e serviços ofertados têm como protagonistas a própria comunidade receptora. Dessa forma, o desenvolvimento seria promovido pelo viés do turismo, resultando na promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais.

De acordo com Coriolano (1998, p. 9), "a importância e o significado do turismo no mundo tem crescido de forma tão expressiva que vem dando a esta atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização espacial", ou seja, um setor estratégico, que não deve ser desprezado pelo poder público.

Assim, o poder público exerce uma atuação no sentido de organizar, coordenar a vida em sociedade e o faz através do poder e da força, como também, através de uma dimensão política contando com a participação do cidadão. "A articulação e o desenvolvimento das políticas e das lutas sociais são condicionadas pelas formas de organização, [...] e podemos distinguir a forma democrática do Estado de direito da forma arbitrária do Estado autoritário" (FALEIROS, 2006, p. 67).

---

[37]Disponível em: Plano Nacional de Cultura < http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>. Acesso em: mai. 2017.

[38]Disponível em: Plano Nacional de Turismo 2018-2022 <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

E neste processo de formulação de uma política pública para o turismo e a cultura é relevante a escuta dos vários agentes que atuam nestes setores, como: artistas, empresários, acadêmicos, entidades de classe, dirigentes culturais, burocratas, população, de modo a legitimar as ações, sendo determinante o papel dos integrantes do governo que ocupam a cúpula da gestão no sentido de atuarem como mediadores.

> Os indivíduos que fazem parte do governo participam do processo decisório do qual resulta o desenho das políticas públicas que se pretende implementar. Eles têm o poder de escolher entre as diversas alternativas de políticas para atingir objetivos (ou metas) específicos, adequando os meios disponíveis aos fins almejados (RANDALL *apud* RODRIGUES, 2010, p. 20).

Vários são os interesses e conflitos nessa relação. Mais uma vez destaca-se o tripé poder público, iniciativa privada e comunidade local através de uma articulação que possibilite um engajamento com o objetivo de gerar condições favoráveis ao desenvolvimento local. "[...] Essa articulação, construída sobre a ação de diferentes atores individuais e coletivos, constitui a noção de poder local, pressupondo uma capacidade de agir em bases plurais" (HOLANDA; VIEIRA, 2003, p. 266).

Cada grupo possui necessidades distintas, beneficiam-se em aspectos diferentes e exercem níveis de influência discrepantes ou não nos processos decisórios. Qualquer comunidade contém suas peculiaridades e enredamentos locais. Assim sendo, Zaoual (2006) questiona o ideário de um desenvolvimento globalizante enquanto receita única que sirva a todo e qualquer espaço, uma fórmula de "desenvolvimento transposto", o qual desconsidera as características e complexidades de cada território.

A opção por uma fórmula pronta e acabada seria inviável enquanto um modelo a ser seguido por todas as localidades. Várias são as possibilidades para que os atores conduzam seus próprios destinos a partir da sua diversidade cultural e de suas "verdades locais". Portanto, cada local precisa descobrir suas estratégias de mobilização de acordo com suas peculiaridades, ao seu modo, com os recursos disponíveis e através de debates para que sejam elaborados leis e projetos que atendam aos interesses da comunidade local, uma política pública que deve ser cumprida em benefício do cidadão.

Segundo Holanda e Vieira (2003), na literatura especializada, parece haver certo consenso na defesa da existência de uma relação entre turismo e desenvolvimento local, associada à geração de renda, empregos diretos e indiretos, benefícios sociais e uma consequente melhoria da qualidade de vida das localidades.

Para estes autores, não sendo garantido um espaço de influência e intervenção para todos os interessados, pode-se concluir que a relação entre turismo e desenvolvimento se torna uma falácia, vindo a comprometer a sustentabilidade social, cultural e ambiental, inviabilizando a própria atividade como consequência do esgotamento dos recursos que possibilitam o turismo.

E afirmam que:

> O desenvolvimento local não é tratado como objetivo maior, pois, se assim o fosse, haveria articulação entre as diversas esferas sociais englobando a pluralidade de característica do turismo e criar-se-iam interorganizações visando à promoção do desenvolvimento local através do turismo. O empresariado interage diretamente com o Estado pela própria necessidade da atividade, que requer uma coordenação do poder público, ou seja, em benefício próprio. [...] A iniciativa privada está preocupada com o sucesso da 'indústria' turística e não especificamente preocupada com os benefícios (ou malefícios) que está aportando para a comunidade receptora em termos de desenvolvimento (HOLANDA ; VIEIRA; 2003, p. 274).

Diante do exposto, a relação turismo e cultura carece ter como premissas a valorização, promoção e difusão das culturas locais e regionais, conservação do patrimônio histórico e cultural, geração de benefícios sociais e econômicos, respeito aos significados dos bens tangíveis e intangíveis da cultura da comunidade receptora, intercâmbio saudável com os turistas, e durante o seu planejamento e execução assegurar meios de participação coletiva nas decisões referentes ao setor.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO EM TRIUNFO

De acordo com o artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257), o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento, elaborado e construído de forma participativa, com a obrigação de ser garantido pelo poder público a promoção de audiências e debates de modo a possibilitar a atuação protagonista da população (BRASIL, 2001)

O Estatuto da Cidade, em seu artigo 41, torna obrigatório o Plano Diretor para cidades integrantes de área de especial interesse turístico, como é o caso do Município de Triunfo. Dessa forma, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Triunfo (PDDU) começou a ser elaborado no ano de 2005 e foi instituído através da Lei Municipal nº 1082/2007, em maio de 2007.

Com o objetivo de propiciar um conhecimento a respeito desta legislação, este trabalho destaca os seguintes pontos do Plano Diretor de Triunfo que contemplam a atividade turística:

> Capítulo I – Das Atividades Econômicas. [...] Art. 9º. O desenvolvimento sustentável é entendido como desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado, economicamente viável, culturalmente diversificado e política e institucionalmente democrático, visando a garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, apoiando-se na: [...] potencialização da criatividade e do empreendedorismo, para o desenvolvimento da Economia, da Cultura, do Turismo, do Lazer e dos Esportes. Art. 13º. O Poder Executivo deverá fortalecer e priorizar o desenvolvimento de atividades turísticas, principal vocação do Município, de acordo com as seguintes diretrizes específicas: I. Promoção, planejamento e expansão do setor turístico, em conjunto com todos os atores da sociedade; II. Investimento, promoção e qualificação profissional de todos que fazem o setor turístico do Município; III. Apoio e incentivo às atividades culturais, sobretudo as de base local; IV. Investimento na infraestrutura, principalmente no Cine Teatro Guarany, museus e melhoria dos acessos aos pontos turísticos existentes; V. criação e implantação do projeto de paisagismo para toda a Cidade valorizando os atrativos naturais e patrimoniais locais em sintonia com os atrativos regionais; VI. Promoção de eventos turísticos que aproveitem melhor as potencialidades ambientais e ecológicas, incentivando o Turismo Rural e os eventos existentes ao longo do ano; VII. Promoção e implantação de programação de eventos culturais voltados para a população local, aproveitando melhor o Cine Teatro Guarany; VIII. Implantação da sinalização turística; IX. Investimento em receptivo e na estrutura dos pontos turísticos; estímulo ao crescimento da infraestrutura hoteleira local (TRIUNFO; 2007, s.p.).

Com relação à gestão do Plano Diretor:

> Art. 7º. A gestão democrática é entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar a cidade, através do controle social e com a participação da sociedade civil. Art. 8º. A gestão democrática da Política Urbana e Ambiental de Triunfo deverá: I. A identificação das forças sociais existentes no cenário do Município e seus respectivos interesses quanto ao desenvolvimento local; II. A construção de um pacto social, em torno dos direitos e garantias individuais e coletivas (TRIUNFO, 2007, s.p.).

Por sua vez, a Lei Municipal nº 1.201/2011 dispõe sobre a instituição do Certificado e do Selo de Qualidade Turística concedidos pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Turismo, de acordo com parecer do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), e de forma gratuita aos que se enquadrarem nas exigências. O artigo sétimo determina que somente os empreendimentos que recebam o Certificado e o Selo de Qualidade Turística estarão aptos a receber incentivos municipais e tomar parte na divulgação das atividades turísticas municipais, tais como: sinalização, miniguia, folhetos, feiras, eventos, *sites*, divulgação em geral, entre outros materiais de divulgação e promoção institucional do turismo municipal (TRIUNFO, 2011).

O Código Tributário do Município de Triunfo, Lei nº 1.005/2003, a sua seção XI cria a Taxa de Fomento ao Turismo que, em seu artigo 121, estabelece que a mesma é devida pelo proprietário ou titular de estabelecimento que explore a atividade de comércio, indústria ou de prestação de serviços e que dele se beneficie, ou seja, praticamente toda e qualquer atividade

econômica, exceto a agricultura e empresas que promovam o turismo sem fins lucrativos (TRIUNFO, 2003).

Buscou-se mapear os dados sobre a arrecadação do ISS (Imposto sobre Serviços) relativo às empresas do setor turístico na Secretaria de Finanças e no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, contudo, devido a maioria dos pequenos negócios (pousadas, bares e restaurantes) terem aderido ao regime tributário simples, estes recolhem seus impostos a Receita Federal, que por sua vez repassa o montante ao Município, inviabilizando o conhecimento do percentual exato da receita proveniente dos serviços de turismo. Porém, foi possível coletar os valores referentes à Taxa de Turismo e do Alvará estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.005/2003, a qual normatiza o Código Tributário do Município de Triunfo.

Quadro 5: Tipos de estabelecimentos contribuintes para Taxa de Turismo

Classe	**Quantidade de UFT** (valor da UFT: R$ 37,99)	**Tipos de Estabelecimento**
Classe I	3,0	Agência de passagens, viagens, turismo e similares; Agência de prestação de serviços em geral; Aluguel de veículos, agentes de aluguel de móveis e imóveis; Boates e casas de diversão e congêneres; Camping; Corretagem de imóveis em geral; Hotéis, motéis, pensões, pousadas e similares; Indústria da construção civil; Jogos eletrônicos; Lanchonetes, bares e similares; Restaurantes em geral; Supermercados e mercadinho em geral.
Classe II	2,5	Comércio de combustíveis e lubrificantes em geral; Comércio de álcool e derivados; Estacionamento de veículos; Passeios e excursões; Serviços bancários e afins; Transporte intermunicipal e interestadual; Transporte em geral.
Classe III	2,0	Comércio em geral.
Classe IV	1,5	Estabelecimentos fabris em geral, entendidos a manufatura e a indústria de transformação.
Classe V	1,0	Outras atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços não descritos

Fonte: Seção XI da Lei Municipal nº 1.005/2003

A taxa é cobrada anualmente quando do fornecimento do alvará de funcionamento das empresas estabelecidas no Município. Os estabelecimentos são distribuídos por classes e a taxa é calculada com base na UFT (Unidade Financeira de Triunfo). Cada classe com sua respectiva quantidade de UFT. O valor atual da UFT é de R$ 37,99 - sendo corrigido anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A base econômica do Município é formada por empresas de pequeno porte. Um funcionário lotado no setor de arrecadação da Prefeitura Municipal nos informou que uma parcela dos comerciantes se posicionou contra a Taxa de Turismo. A queixa se deve ao fato da cobrança da taxa englobar a praticamente todos os tipos de empresas. Para estes, o valor somente deveria incidir sobre as pessoas jurídicas que atuassem no setor de turismo, hospedagem, bares e restaurantes.

Seguem abaixo os dados recolhidos sobre a Taxa de Turismo.

Quadro 6: Valores referentes ao ISS, Alvará e Taxa de Turismo[39]

Exercício	**ISS** (montante)	**Alvará** (montante)	**Taxa de Turismo** (montante)
2013	R$ 87.050,97	R$ 34.409,07	R$ 13.546,40
2014	R$ 90.805,73	R$ 34.220,65	R$ 16.574,25
2015	R$ 68.772,81	R$ 38.104,53	R$ 18.739,05
2016	R$ 76.163,18	R$ 37.440,19	R$ 18.921,25

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Oficialmente, a gestão da atividade turística no Município é realizada através da Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento e Lazer - em parceria com o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), com a incumbência de formular e implementar a política local de turismo. Os valores referentes à Taxa de Turismo são repassados ao FUMTUR (Fundo Municipal de Turismo) e aplicados mediante decisões do COMTUR. O FUMTUR tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Turismo e como ordenador de despesas o chefe do Poder Executivo. Não se encontraram informações sobre como foi utilizado este recurso.

Tal fato revela uma variável para compreensão sobre o processo de participação local na concepção de políticas públicas e na sua efetivação. É preciso considerar que,

> [...] a participação das comunidades anfitriãs requer a compreensão do processo de desenvolvimento do turismo, que somente é possível se houver a necessária incorporação de conhecimentos básicos sobre turismo e um maior esclarecimento dos fenômenos associados à atividade turística. [...] Comunidades anfitriãs, esclarecidas e conscientes de sua responsabilidade para o sucesso do

[39] Elaborado a partir dos dados secundários fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças

> desenvolvimento turístico, podem participar e se envolver, de maneira ativa e efetiva, nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local pelo turismo, fortalecendo os princípios sustentáveis do desenvolvimento (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011, p. 6).

Assim sendo, colhemos a percepção dos três segmentos sobre o processo de participação na elaboração de políticas públicas em Triunfo e na tomada de decisões voltadas para o setor do turismo.

> Acho que falta uma discussão nesse sentido. Faz tempo que eu percebo isso. Falta uma organização, uma articulação, no sentido de discutir as demandas e tentar encontrar caminhos, soluções. Todo mundo trabalha isoladamente. Se houvesse um fórum de discussão, onde se discutisse Triunfo, as pessoas que são dessa área, de turismo, cultura, história, áreas afins, então, acredito que isso iria melhorar. Ia ser mais viável. Isso falta, certo? Eu não sei nem quem é o secretário de turismo e cultura hoje. Então, eu acho que falta isso. Uma integração do setor. E quem tinha que gerir era alguém com formação técnica e intelectual nessa área, pois não se pode interferir numa área que não se conhece, que não se estudou (CL 1).

A viabilidade social do turismo vai depender do poder público fomentar um engajamento coletivo que resulte em uma construção participativa compromissada com o desenvolvimento local. O morador é a essência do lugar. Por esse motivo a importância em o mesmo ser ouvido. A interpretação da realidade se dá mediante os modos de vida de cada indivíduo e a soma destas percepções forma um cenário local.

> Não me sinto contemplada no processo participativo. Eu tinha muita vontade de dizer isso e eu só digo aqui pra você devido ao sigilo, entendeu? Não sei se porque também eu não estou muito indo às reuniões, eu também não posso assim dizer com toda convicção porque eu não estou tão envolvida assim mais nas reuniões como eu já fui, né? Mas eu não sinto assim que há uma preocupação de perguntar o que é que o povo tá achando não (CL 2).

As falas dos representantes da população local relatam sobre a desarticulação, a falta de integração entre os que participam da atividade turística, ausência de uma cultura cidadã, e a ineficiência dos conselhos enquanto instância participativa, resultando na percepção de não sentirem-se contemplados neste processo de tomada decisões.

> Infelizmente, a nossa comunidade, o nosso povo não tá educado pra isso, pra acompanhar. Faz muito tempo que o povo não acompanha. Eu tenho uma tristeza de dizer quem é o representante do povo. É a Câmara de Vereadores. Eles não fiscalizam. E é a função deles. E o povo em si, que poderia e deveria e deve procurar, não se inteiram das coisas. Eles deixam correr a revelia. Se fizer, bem. Se não fizer [...] (CL 4).

Os representantes do poder público do Município de Triunfo, por sua vez, afirmam ser o Plano Diretor uma diretriz para a gestão e admitem, ao mesmo tempo, a necessidade de se realmente efetivar o cumprimento desta política de forma mais ampla. Cita a existência de espaços como a ouvidoria para atender as demandas da população e da iniciativa privada, os conselhos enquanto instâncias de deliberação, e a realização periódica de audiências públicas.

> Pra fazer a Festa do Estudante, por exemplo, nós convocamos a comunidade. Realizamos audiência pública. Nós temos os conselhos municipais, ou seja, nós temos instâncias de participação. E todo cidadão que se dispõe a apresentar uma ideia com relação ao desenvolvimento de Triunfo, ele tem receptividade na prefeitura, inclusive através da nossa ouvidoria, que nós estamos implantando também. Temos um Plano Diretor e eu acho que o Plano Diretor de Triunfo ele precisa é ser cumprido, porque ele é um instrumento bom de planejamento. As alterações que eram necessárias, eu acho que já foram feitas ao longo desses 10 anos por meio de leis ordinárias, e também passando pelo Conselho do Plano Diretor, e até pela interferência também da Fundarpe. O que precisa é ser cumprido e nós estamos preparando a nossa equipe pra passar a exigir o cumprimento do Plano Diretor. Seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista de patrimônio histórico, como também do ponto de vista de desenvolvimento econômico. Saber como a cidade deve crescer, que investimentos realizar e incentivar (PP 1).

Existe por parte da comunidade um reconhecimento sobre a impossibilidade do poder público ouvir e contemplar a população em sua totalidade. Contudo, ao mesmo tempo, afirmou-se a não efetivação das decisões coletivas após as escutas públicas sob a justificativa das limitações financeiras, o que causa uma sensação de haver tal ação tão somente para alegar a existência de uma gestão democrática, o que seria algo fictício. Segundo estas falas, Triunfo ainda carece de ampliar e aprimorar os espaços de participação.

> A gente sabe que quem está gerenciando um processo possui limitações. Ouvir uma população de 16000 habitantes e mais aqueles que estão próximos, o triunfense que mora fora daqui ou que estão conectados pelas redes sociais, constituem um verdadeiro tribunal social. São muitas estórias, muitas sugestões e aí fica aquele bate-bate né? O processo está lá no gabinete e é muito difícil, eu reconheço que é muito difícil esse trabalho de gabinete, para você filtrar e chegar ao ponto de agradar a todo mundo. Isso é a vida democrática. Só que o que se ouve dentro de um conselho, e eu já participei, muitas vezes a gente sente falta da prática. Eu acho que é muito mais virtual do que prático. Em outros momentos se ouviu uma comissão para Festa dos Estudantes 2017. Se ouviu, mas o resultado prático acabou sendo um resultado mais virtual (CL 3).

O resultado final é a falta de transparência nas decisões, ao que parece, sendo tomadas de acordo com as conveniências de quem gerencia o processo. O representante do Sesc defende uma relação de diálogo e respeito e, apesar de ter acento nos conselhos, destaca a importância de uma participação autônoma, crítica e construtiva.

> O Sesc só integra algum conselho aqui em Triunfo. Eu sei que já houve momentos que o Sesc foi escutado. Eu particularmente não sinto necessidade do Sesc ter assento nos conselhos. Primeiro eu acho que a participação do Sesc deve ser com autonomia. O Sesc é uma empresa privada. Segundo, de algum modo, com os órgãos públicos de fiscalização monitorando o próprio Sesc, já que o Sesc desenvolve o trabalho do turismo. Também o Sesc monitorando as políticas públicas, os órgãos públicos, e inclusive criando espaços de diálogo. Eu acho que pensar instrumentos de diálogo entre o Sesc e os órgãos públicos - isso é fundamental e a gente tem procurado construir isso. Precisa construir essa relação, que é uma relação de autonomia das duas partes, de complementaridade (SS).

Quanto a iniciativa privada, afirmam existir alguma integração entre os empresários através da ACMT (Associação Comercial do Município de Triunfo), e não obstante as ressalvas, consideram como positivos o diálogo e os espaços de interlocução entre a instituição e o poder público municipal.

> Acredito que muita coisa seja feita, até mesmo com a participação da ACMT (Associação Comercial do Município de Triunfo). Hoje ela tá por dentro de muita coisa que é combinada, do que é posto em um papel. A associação hoje, ela participa da maioria das reuniões, de decisões que são tomadas pelo poder público, pelas secretarias (IP 1).

Assim como nas falas da comunidade local, a iniciativa privada ressalta a questão de se encontrar uma forma de sensibilizar, de mobilizar os moradores a participarem das reuniões, de exercerem sua cidadania.

> O poder público, pelo que eu acompanho sempre faz questão de convocar a sociedade em carro de som, e através hoje desse mundo aí da internet que rapidamente todo mundo está sabendo de tudo, para convidar e realmente discutir, se pode ser gasto aquele valor dentro daquele evento. Isso eu acho que existe, agora falta mais participação das pessoas. Eu acho que as pessoas são quem deve estar preocupadas com essa questão, porque o poder público é aberto para isso, então as pessoas que têm que procurar. As pessoas têm que saber que tem que participar (IP 2).

Acredita-se que não existe uma fórmula acabada para este problema. Cada local, com suas peculiaridades, carece criar uma estratégia para motivar os cidadãos e instituições a participarem da construção de políticas públicas.

> O incremento da eficiência administrativa e responsabilização política (accountability) dependem, em grande medida, do comprometimento do gestor público com a democracia e com um projeto de desenvolvimento (nacional, regional e local) socialmente orientado, do seu engajamento num compromisso com os excluídos e da sua ousadia de propor novas formas de participação democrática (RODRIGUES, 2010, p. 78).

Cabe ao poder público fomentar nos seus munícipes o exercício da cidadania, caso contrário, pode ocorrer uma participação não crítica no processo de concepção e efetivação das políticas por diversos motivos: nível de consciência cidadã, carência de mobilização, ausência de espaço democrático e a própria cultura política do local.

> Com a implementação de conselhos começou-se a ouvir o comerciante, os empresários, né? Claro que muitas das decisões a gente vota e acaba que é vetado pelo prefeito. Infelizmente o público tem muito disso. Mas eu vejo que é uma ferramenta pra nós do setor privado. Muita gente assim tem vergonha de aparecer, fica muito naquela 'não votei nele', e termina que os conselhos são pessoas selecionadas, né? E assim, o poder público interfere diretamente nas decisões. Vejo também que falta muito da gente, da iniciativa privada, de ter mais união. Hoje a gente conta com mais de 20 estabelecimentos de hospedagem, onde dois, três, se juntam pra fazer alguma coisa. Eu acho isso bem negativo ainda porque as pessoas só vislumbram o seu próprio. Não entendem que o conjunto pode ser mais forte. Eu sinto muito essa ausência do privado se unir. Hoje a gente tem uma participação da ACMT também em algumas ações, mas é sempre aquela coisa pedindo, implorando. Não entrou na cabeça ainda dos gestores privados que ele tá se beneficiando, tá ganhando com aquilo, né? É importante a gente trabalhar juntos pra o crescimento da cidade. Cresce todo mundo (IP 4).

Convêm indagar sobre quais são os critérios para a escolha dos integrantes dos conselhos. A desarticulação entre os variados setores da sociedade pode ocasionar uma situação de manipulação.

> A participação deveria ser de representação, mas ela é burlada pela gestão. A gestão não aceita as opiniões da comunidade não. Tudo hoje é tratado como uma questão financeira. O conselho hoje não tem representação. Existem as reuniões, mas ele não funciona. Existe uma lei que rege o Conselho de Turismo. Lei essa que foi pré-determinada não se sabe quando, certo? E simplesmente o gestor, ele faz as convocatórias via ofício e escolhe as classes mais representativas do trade turístico. Eles mandam ofícios para os chegados e os que aparecem na assembleia são escolhidos. São os mesmos sempre. A gente hoje tem apenas cinco pessoas no conselho atuando. Hoje totalmente as decisões são do poder público, não mais das pessoas. Não tem como um grupo pequeno decidir por uma grande maioria. Falta o diálogo e a população ela não tem ainda essa educação sobre a importância de participar (CL 5).

Nas pequenas cidades, a prefeitura concentra um quantitativo numeroso de pessoas empregadas, o que pode vir a inibir uma participação de forma autônoma devido ao medo de retaliações. Quem não é funcionário público municipal têm familiares próximos trabalhando nestas prefeituras.

Apesar de um conselho ter uma formação paritária entre poder público e sociedade, os laços afetivos, amizades, afinidades políticas e de interesses entre seus membros contribuem para o risco desta instância tornar-se um mero espaço para homologar decisões verticais

tomadas pelo poder executivo, o que vem a fortalecer o comportamento da população em não tomar parte na criação, na efetivação e no controle destas políticas.

Por vezes, existe um direcionamento intencional ou não que resulta na participação de agentes mais atuantes no segmento turístico, vindo a acarretar no desinteresse em parte da população que não está inserida diretamente na atividade, mas que igualmente a todo morador do local sofre os impactos.

Conciliando com as falas anteriores da comunidade local expostas nos capítulos anteriores, destacamos a importância da escola neste processo de sensibilização e conscientização dos mais jovens, da sua responsabilidade na tomada de decisões, sobre exercer direitos e deveres inerentes a sua cidadania e participando da vida da cidade, assim como no sentido de uma educação patrimonial e voltada ao fenômeno do turismo, de modo a considerar as potencialidades do lugar.

> A própria gestão tá fazendo esforço pra gente capacitar na área de gastronomia. Agora mesmo em outubro o Senac vai vir pra Triunfo, estamos pra implantar uma parceria com o Instituto Federal - já estamos com a implantação do EAD da Secretaria de Educação do Estado, tudo mais voltado pra curso técnico, e aquilo que é possível direcionar pra área de turismo a gestão tem direcionado (PP 1).

Conforme se constatou na fala de um dos representantes do poder público municipal existe uma ênfase sobre o turismo como negócio, ofertando cursos voltados para um ensino profissionalizante em detrimento de uma formação intelectual e crítica da população com relação à atividade. Não estamos com isso a negar a importância dos cursos de capacitação técnica. Sem profissionalismo não se desenvolve nenhuma atividade. Porém, uma educação que considerando a parte técnica também reflita sobre a atividade turística é necessária. E tal ação depende da gestão.

O discurso é de que o turismo e a participação se constituem em uma prioridade para a gestão municipal, fato inclusive corroborado pelo representante do poder legislativo.

> A Câmara aqui já fez várias audiências públicas, sempre procurando escutar a sociedade. A gente tem visitado também os órgãos competentes que lida com a cultura e com o turismo no estado de Pernambuco. E assim, como eu disse a você antes, eu acho que a parte principal da Prefeitura hoje, a gente sabe que tem outras pastas, mas a pasta do turismo se destaca (PP 3).

Assim, considerando os vários relatos, a busca pelo aperfeiçoamento do processo participativo é essencial para viabilidade do turismo em longo prazo. Torna-se imprescindível refletir sobre o turismo e seus possíveis impactos (positivos e negativos), envolvendo diversos agentes, ocasionando compreensões diversas e distintos significados. Uma construção coletiva

que considere e priorize os interesses do local, sem, contudo, desprezar as exigências do mercado, de modo a contemplar moradores, turistas, iniciativa privada e poder público.

3.2 TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE TRIUNFO

Constituindo-se em um dos principais recursos para o turismo em Triunfo, o casario que compõe o patrimônio histórico e cultural da cidade gerou vários debates no que tange a uma política de conservação do mesmo através do tombamento.

Figura 20: Imóveis modificados após o tombamento

Fonte: acervo do autor

Para Scocuglia (2004, p. 36): [...] a legitimização da proteção de bens culturais pelo Estado, via nacionalismo, vem declinando diante de suposta homogeneização em termos do consumo internacional e ampliação da importância da cultura nas políticas econômicas federais, estaduais e municipais voltadas para o turismo.

O poder público de cidades como o Recife e Salvador utilizaram os seus centros históricos para atrair investimentos sob o manto da preservação do patrimônio local (LEITE, 2007). Tal patrimônio histórico serve como elemento de diferenciação entre as cidades, característico, peculiar de cada localidade, gera uma notoriedade baseada na sua singularidade, de modo que o resultado é a promoção das edificações enquanto atrativos turísticos visando benesses econômicas.

Na Prefeitura Municipal de Triunfo foi possível encontrar legislação pertinente à preservação do núcleo urbano da cidade, tendo como ponto de partida a Lei Municipal nº

740/87, de outubro de 1987, a qual lista mais de 100 imóveis cujas fachadas foram consideradas “Patrimônio Histórico do Município”.

Figura 21: Imóveis tombados situados na Praça Monsenhor Eliseu Diniz

Fonte: acervo do autor

Figura 22: Imóveis tombados situados na Rua Manoel Pereira Lima

Fonte: acervo do autor

A Lei Municipal nº 836/1993, de dezembro de 1993, instituiu normas gerais de proteção a conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural do Município de Triunfo e autoriza o Poder Executivo Municipal a declarar Zonas Especiais de Interesse de Preservação Cultural, as quais foram estabelecidas apenas em 2007 através do Plano Diretor.

O planejamento urbano não deve ser pensado por uma visão estritamente física que priorize a ordenação do território, sua configuração arquitetônica, seus equipamentos coletivos, mas também, proporcionar um ambiente que possa possibilitar construir a cidadania

com os seus habitantes (BRASIL, 2001). Deriva dessa premissa a necessidade dos municípios conceberem um Plano Diretor.

Com relação ao patrimônio histórico, damos enfoque ao seguinte no Plano Diretor do Município de Triunfo:

a) o artigo 72 especifica que a Zona Especial de Preservação do Núcleo Histórico (ZEPNH) compreende o núcleo original de formação do Município.

b) no artigo 73 consta entre as diretrizes: conservação do sítio histórico visando a preservação da identidade e memória local; recuperação e proteção de imóveis e elementos urbanos de relevante expressão artística, histórica e paisagística, com destaque para edificações públicas, religiosas, culturais, praças, largos e monumentos; regulação dos usos de modo a evitar descaracterizações e ou degradação do patrimônio; regulamentação de instrumentos compensatórios com o objetivo de estimular a conservação; ordenamento do sistema de circulação de veículos e pedestres, de forma a priorizar o transporte coletivo sobre o individual e do pedestre sobre o automóvel; implantação do pátio de eventos do Município preferencialmente em área contínua a Praça Carolino Campos, assegurada a preservação das fachadas dos imóveis de interesse patrimonial e histórico;

c) o artigo 74 - parágrafo 1º - entre outros pontos menciona que deverão ser observadas as diretrizes e recomendações constates no Anexo IV do Plano Diretor e que cabe a FUNDARPE ofertar um parecer sobre obras e intervenções diretas a serem realizadas nos imóveis de que trata os artigos 82 e 83 da presente Lei e seus entornos;

d) em seu parágrafo 2º, o artigo 74 estabelece que em qualquer caso o parecer de que trata o parágrafo anterior deixará de prevalecer mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho gestor do Plano Diretor;

d) o artigo 82 explica que os Imóveis Especiais de Preservação (IEP) compreendem exemplares isolados; e o artigo 83 registra quais são as edificações instituídas como Imóveis Especiais de Preservação (IEP). Entre estes se encontra a unidade conhecida na cidade como Castelinho;

e) o parágrafo único do artigo 83 autoriza intervenções no prédio do Castelinho que visem melhorar e ampliar a área de eventos da Praça Carolino Campos, asseguradas a preservação de sua parte frontal relativa ao prédio principal;

f) o Castelinho, a unidade, como um todo e não parte dele foi considerado imóvel de destaque no inventário realizado pela FUNDARPE, o que ratifica sua indivisibilidade. Este documento (inventário) denominado Diretrizes à Preservação do Patrimônio Histórico de Triunfo integra o Plano Diretor, compondo o seu anexo IV (TRIUNFO, 2007).

Portanto, antes do início da elaboração do Plano Diretor de Triunfo em 2005, na segunda metade da década de 1980, a Lei Municipal nº 740/87 contemplava a questão do tombamento. Um patrimônio para assim ser considerado, necessita ter sua importância reconhecida pela população, um sentido de apropriação, pertencimento, tendo um vínculo com a identidade e memória, merecedor de ser lembrado, preservado e respeitado. Um reconhecimento possibilitando ao indivíduo perceber a importância de manter sua cultura protegida e valorizada, sendo uma forma de preservação das raízes, da identidade, de suas referências, dos seus bens culturais como recurso útil para o presente e o futuro, sendo o tombamento o instrumento legal mais utilizado visando a sua conservação.

> O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo da população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (BOGÉA, 2007, p. 32).

Para Rodrigues (2001, p. 21), o tombamento "continua a ser a forma mais predominante, embora muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas". Considerando a afirmação do autor pode-se refletir sobre a escolha destes bens para tombamento, sob quais critérios, e quem são os atores que selecionam e determinam o que é patrimônio. "A ideia de democratização do patrimônio subentende, em qualquer perspectiva, que o Estado não deve ser o único agente a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade" (SCOCUGLIA, 2004, p. 37). Destaca-se a noção de direitos culturais como uma nova forma de legitimar políticas que sejam concebidas de modo amplo e participativo.

A partir de uma consciência coletiva sobre a importância do patrimônio cultural é debatida a questão da preservação e dos usos dos bens pelas cidades, no caso de Triunfo, o conjunto arquitetônico como recurso demandado pelo turismo enquanto atividade econômica visando um desenvolvimento local.

Aloísio Magalhães, em sua obra "E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil", nos propõe uma reflexão em direção ao futuro:

> Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. Não tem sentido que esses documentos e bens fiquem apenas porque foram belos e foram úteis no passado. É preciso que voltem a ser úteis, é preciso que estejam à disposição do pessoal moço que precisa entender esses componentes para poder entender o que deve fazer deste país. E é nesse sentido que a tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro [...]. De forma que a mensagem de nós que nos ocupamos da preservação do bem cultural é uma mensagem projetiva, é uma

> mensagem para o futuro. Nada tem a ver com o saudosismo, com uma memória apagada e morta, guardada por uma questão puramente de saudosismo. Tem, portanto, um caráter pragmático, fundamental, dentro do processo do povo brasileiro vir a ser uma nação forte, independente, autônoma, autêntica, o conhecimento e a devolução daquilo que constitui nosso patrimônio (1997, p. 197; 198).

Faz-se necessário discutir os usos e significados deste patrimônio e o que merece receber o tombamento. "Nos debates sobre patrimônio histórico costuma-se ver como inimigos dos atuais processos de mudança o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo" (CANCLINI 1994, p. 94), e que esse contexto constitui a realidade dos bens históricos, oportunizando um repensar crítico sobre o que devemos entender por patrimônio. E em Triunfo isto não é diferente. O que deve ser tombado?

> Eu vejo o seguinte, que na situação de centro histórico, eu apoio o tombamento. Nos bairros não. Eu acredito que tem que se crescer mesmo a cidade com relação aos bairros. Centro histórico acho que tem que se manter. A cidade de Triunfo já é restrita, não tem mais pra onde crescer muito. Então quer dizer que a gente tem que expandir os bairros (IP 3).

Canclini (1994) identifica quatro paradigmas como forma de interpretar as percepções sobre a preservação de um determinado patrimônio, de modo a distinguir as motivações dos variados agentes: o tradicionalismo substancialista, o mercantilista, o conservacionista e monumentalista, e o participacionista.

Os tradicionalistas tenderiam a valorizar um bem como retrato do passado esquecido, a comprovação simbólica da representatividade de determinado grupo. Para tanto, a relevância da conservação deste patrimônio se daria pelo simbolismo e não pelo o seu uso na atualidade.

Os mercantilistas, por um viés, consideram o patrimônio histórico como um ativo a ser comercializado, um recurso capaz de gerar dividendos, sendo assim, justificado o investimento na sua preservação. Ao mesmo tempo, pode existir um movimento contrário que, a depender dos interesses, julga a conservação destes bens como um "obstáculo ao progresso" e ao crescimento econômico. "Por esse motivo, atribui-se às empresas privadas um papel central na seleção dos bens culturais" (CANCLINI, 1994, p. 100), ou seja, exercem influência na determinação do que deve ser preservado ou não conforme seus interesses.

Quanto ao modelo conservacionista monumentalista prevalece o ufanismo promovido pelo Estado na escolha de bens pomposos e capazes de enaltecer a nacionalidade, a grandeza do país, com o objetivo de aliar a magnitude deste patrimônio a sua imagem, independente das "contradições sociais que expressam", e assim, reinauguram "os monumentos, depois de

restaurá-los, usando-os, na forma mais plena de apropriação, como sede física de um organismo oficial" (CANCLINI, 1994, p. 100).

No que concerne aos participacionistas, a escolha do que deve ser preservado acontece através de um processo democrático, participativo e amplo, que contemple aos interesses da coletividade, podendo constar os bens monumentais, como também os bens intangíveis da cultura popular. "As funções anteriores, o valor intrínseco dos bens, seu interesse mercantil e sua capacidade simbólica de legitimação, são subordinadas às demandas presentes dos usuários" (CANCLINI, 1994, p. 101).

No centro da cidade de Triunfo se encontram a maioria dos prédios tombados através da legislação exposta anteriormente. Em relação aos usos são os mais diversos. Neste mesmo espaço convivem residências, comércio, templos religiosos, equipamentos culturais a exemplo do teatro e museus, e turísticos como o pátio de eventos, meios de hospedagem e alimentação. Portanto, um espaço coletivo e múltiplo e esta variedade de usos refletem as múltiplas percepções a respeito da política pública de tombamento.

> A possibilidade principalmente de construções acima de dois andares é um dos grandes dilemas daqui de Triunfo. Os grandes comerciantes querem construir prédios no centro. E nesse aspecto eu sou contra. Prefiro manter Triunfo do jeitinho que é. E se for nos bairros mais ao redor da cidade, aí sim. Sem problemas. Mas a questão de discussão ainda é controversa (IP 4).

Transformações acontecem neste espaço, encontro entre o passado e o presente, mudanças com base nas demandas atuais, a exemplo do pátio de eventos. O Theatro Cinema Guarany, inaugurado em 1922, o principal cartão postal e símbolo da história triunfense, enquanto o pátio de eventos um equipamento turístico do século XXI. O tradicional e o moderno em um mesmo espaço, ambos utilizados pelo turismo. Porém, a intervenção em um centro histórico ou a política de tombamento repercute e motiva opiniões distintas na localidade.

> Eu acho que o tombamento ele auxilia. Segundo se sabe, a preservação ela se refere apenas às fachadas. Agora o dono não recebe um tostão pra fazer, nem pode reformar. Mas, isso é assim mesmo em todo lugar. O tombamento seria muito prejudicial se ele impedisse reformas internas, porque o conforto, às vezes a segurança exigem uma nova feição na parte interna. Mas a fachada? Mas eu sei que têm controvérsias. Tem gente que acha que deveria demolir tudo e fazer Brasília. A preservação contraria certos interesses. Vamos recuperar, vamos reformar, mas sem tirar as características essenciais. Até porque isso ajuda também nessa questão de turismo. Porque se é pra ver casas todas iguais, então não precisa vir até aqui (CL 1).

Pelas falas, a comunidade local, de maneira geral, percebe a política pública do centro histórico de Triunfo como positiva, enxergando este patrimônio como algo representativo de uma época, o que de acordo com Canclini (1994) se encaixaria em um viés de tradicionalismo substancialista.

> O tombamento auxilia totalmente. Os imóveis antigos remetem aos nossos antepassados, então o tombamento legal vem a coibir desatinos daqueles que enxergam apenas cifras, modernismo, sem respeitar nossas raízes históricas. O tombamento acaba materializando a nossa riqueza cultural de outro momento. Se não fosse assim já teríamos nos perdido, restando somente o registro fotográfico (CL 3).

Contudo, surgem algumas considerações sobre o tombamento: ausência de apoio financeiro para manutenção das fachadas, de modo que o poder público decreta o tombamento, mas a responsabilidade pela preservação recai totalmente para o proprietário do imóvel; e responsabilização dos comerciantes, sobretudo os com origem na zona rural do Município, como destruidores do patrimônio histórico, por não se identificarem com estes bens.

> A maioria dos comerciantes, por eles derrubavam as casas antigas todas pra fazer essas gaiolas, esses galpões de comércio. Mas ainda existem pessoas da comunidade nossa, que ainda gostam de cultura, que ainda prezam e que ainda preservam. Eu queria dizer uma coisa que não tenho preconceito com o agricultor, porque o agricultor é a raiz de onde vem toda a alimentação, que vem toda uma instrução de vida. Porém, nossos comerciantes hoje, a maioria veio do sítio, da zona rural. São pessoas que não têm um conhecimento histórico de conhecer a história e de saber o valor que tem um casario (CL 4).

Questionou-se a escolha de alguns bens sem representatividade para o patrimônio local, porém inseridos dentro de um determinado conjunto, o que vem a causar entraves para o desenvolvimento comercial, sobretudo pela falta de um entendimento entre a Prefeitura Municipal e a Fundarpe (órgão do governo de Pernambuco).

> Aqueles casarões eu acho interessante preservar, agora tudo que está dentro do centro histórico eu acho um absurdo isso. Porque tem casas que não falam muito. Eu vou colocar, é um assunto assim meio delicado porque parece umas coisas contraditórias. Tem gente ali com uns casebres pra vender. E o pessoal sem querer comprar porque a Fundarpe tá proibindo mudar a fachada de um casebre. Aí só se for cultura da pobreza. Mas fica aquela história tá no centro histórico não pode mexer (CL 2).

Uma política participacionista como prevista por Canclini (1994) ocasiona a discussão sobre os usos deste patrimônio e uma consulta à população sobre o que deve ser preservado e o motivo. Assim, talvez uma edificação simples em sua arquitetura, pela sua história e

contribuição para o Município tenha mais significado para a população do que uma residência da elite de outrora.

Quanto à iniciativa privada, prevalece a tônica mercantilista da preservação como atrativo para o turismo, o que gera dividendos e ao mesmo tempo conservação deste patrimônio.

> Triunfo é histórico. O que traz o turismo, o que embeleza Triunfo chama-se nossos casarios, essa beleza natural que Triunfo carrega no dia a dia. Não só no frio, mas como também na sua parte arquitetônica dos seus casarios e tudo mais. Então, quer dizer, os triunfenses, eles têm que cada vez mais adotar a questão da preservação, dentro de uma modernização que não estrague os nossos casarios, a nossa arte, o nosso turismo, porque, imagine a cidade sem esses casarios. Como seria para o turismo? (IP 1).

As falas repetem-se atrelando sempre o patrimônio ao turismo por uma ótica mercantilista. “Eu achei muito importante o tombamento porque, pelo menos, até agora, deu uma diminuída [na destruição] do que a gente tem de melhor que são os casarios nossos e isso é o que traz turista (IP 2)”.

Destacou-se a importância do Plano Diretor enquanto política pública, e a indiferença de comerciantes da localidade com relação a preservação do centro histórico. A fala do representante do Sesc caminha neste mesmo sentido, da insensibilidade de alguns empresários e ausência de políticas públicas.

> É curioso, você vê, às vezes, nas cidades, um empresário que nasceu naquela ali na cidade, que viveu a vida dele toda ali, quando ele quer modernizar a sua loja, ele derruba o prédio que tem natureza histórica, que tá comprometido com uma época, com um tempo, com uma forma de vida. Ele derruba porque ele quer uma loja mais moderna, porque ele quer entrar na moda. Isso é consequência da ausência de política, inclusive punitiva e coercitiva. E isso tem que tá na escola, precisa ser discutido na escola, não sei em qual disciplina. Isso precisa ser conversa de dentro de casa. Isso precisa de algum modo estar na pauta de todas as secretarias de um município (SS).

A indiferença por parte de setores do empresariado local aparece também na fala do poder público.

> O tombamento contribui muito embora seja mal compreendido por um segmento da cidade. Alguns empresários que não entendem isso como um desenvolvimento, né? Eles querem muitas vezes é descaracterizar um casario lindo, como já aconteceu muito. Já tivemos CPIs na Câmara de Vereadores. Mas aí é de suma importância a preservação pra que a gente possa no futuro oferecer aos nossos filhos como viveu uma parte do pessoal de outras épocas (PP 3).

O poder público também ressalta a importância da conservação das edificações para a cultura municipal (tradicionalismo substancialista), assim como para o turismo e sua contribuição para o desenvolvimento econômico (mercantilista).

> Triunfo é um conjunto de possibilidades. Além da natureza, da sua cultura, ela tem essa cara de cidade cenográfica, de novela de época. E isso agrega. Isso é um charme pra cidade. Hoje nós temos pesquisadores que têm vindo para o município pesquisar as fachadas. Desenhistas que vêm, pintores que vêm estudar os motivos das fachadas, da arquitetura, pra levar isso. Então é um orgulho. Agora algumas pessoas, e eu falo isso enquanto gestão, têm discordância, falta visão, porque é mais fácil você derrubar e construir algo totalmente moderno (PP 2).

Os representantes da iniciativa privada escolhidos para participar desta pesquisa encontram-se ligados a atividade turística. Assim, podemos concluir que para os empresários deste setor, a preservação do patrimônio histórico é um ativo fundamental para suas atividades econômicas. Talvez, por esse motivo, parte dos empresários de outros setores da economia triunfense não percebam o patrimônio como imprescindível não somente do ponto de vista econômico, mas para a identidade cultural do Município.

> Qual a diferenciação de Triunfo pra qualquer cidade senão o seu aspecto visual diferente justamente pelo patrimônio histórico? Pelo casario antigo, o formato do lago, né? Que foi um formato dado pelo homem, mas dado há mais de 100 anos. Então isso tudo é importante e mesmo que algumas pessoas achem que não, inclusive comerciantes, que acham que é melhor ter um prédio moderno, eu entendo que até para o próprio comércio é importante que o patrimônio histórico seja preservado, pra que a gente tenha no turismo e nas nossas raízes históricas um fator de desenvolvimento econômico (PP 1).

Apesar de não haver entrevistado empresários de outros setores, nas observações realizadas em rodas de conversa na praça da cidade, escutei certa vez de um comerciante local: “essa estória que casa velha tem valor isso é conversa mole que turista quer ver essas coisas. Quem é que gosta de coisa velha? Turista quer ver é coisa nova. Todo mundo gosta é de coisa nova. Não acredito nessa não”.

Não podemos generalizar e afirmar que todos os comerciantes que não trabalham com turismo são a favor da destruição do patrimônio, porém, este fato apareceu nas falas dos três segmentos (comunidade local, na própria iniciativa privada e no poder público).

> Se não acontecesse o tombamento histórico Triunfo era uma cidade qualquer. A base econômica, um dos pilares econômicos hoje de Triunfo é ser uma cidade histórica. Quando perceberam alguns empresários do passado que Triunfo tinha essa tendência destruíram boa parte da cidade. Isso é um fato que não pode ser escondido (CL 5).

Pelos documentos encontrados durante a pesquisa podemos concluir sobre a existência de políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico, algo que vem sendo debatido desde a segunda metade da década de 1980. Considerando as premissas citadas por Canclini (1994), acreditamos que houve uma tentativa de uma política participacionista quando da concepção do Plano Diretor, refletindo inclusive nas falas dos três segmentos. Carece, no entanto, de melhorias na qualidade do diálogo existente e na fiscalização relativa à preservação deste patrimônio. Os imóveis protegidos pela legislação não exibem nenhum tipo de placa ou identificação que oportunize à própria comunidade a apropriação cultural daquele bem e consequentemente auxilie na fiscalização.

Por um viés mercantilista é inegável a contribuição do turismo para que este patrimônio não desaparecesse e fosse conservado. A dinamização da economia local fomentada pela atividade turística a qual precisa deste patrimônio enquanto recurso exerce uma pressão relevante no sentido de se manter preservado estes bens.

Apesar de não havermos entrevistado representante da Fundarpe, e termos conhecimento acerca desta fundação de cultura focar também o patrimônio intangível presente, sobretudo, na cultura popular, a partir de uma declaração do então diretor-presidente da Fundação no ano de 2013 para o Jornal do Commercio, do Recife, podemos cogitar que os órgãos responsáveis pela politica estadual de tombamento e proteção ao patrimônio histórico se aproximam de um viés conservacionista monumentalista. Vejamos a afirmação do representante da Fundarpe: "o Estado, através da Fundarpe, tem o dever de realizar o tombamento de bens que contenham elementos históricos e de outra natureza, que resultem em importância para a preservação da memória do povo pernambucano e brasileiro"[40].

Para os três segmentos locais o casario representa um "motivo de orgulho", algo que Triunfo exibe junto a beleza natural e o clima, o que vem a caracterizar e diferenciar a cidade com relação a outros municípios do sertão de Pernambuco. Tal visão não deixa, de certo modo, de se abordar a questão do tombamento pela ótica conservacionista monumentalista.

Portanto, conforme leciona Magalhães (1997), não tem fundamento a preservação destes bens materiais sem pensar os seus usos nos tempos atuais. A relação entre a dinâmica urbana, a cultura local, o turismo, a economia, os vários agentes envolvidos, não é pacífica, gera conflitos, opiniões divergentes e cabe ao poder público mediar as articulações, considerando os vários interesses através de um modelo participacionista.

[40] Jornal do Commercio on line. Preservação do Patrimônio Material inclui tombamento. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2013/10/13/preservacao-do-patrimonio-material-inclui-tombamento-101145.php>. Acesso em: ago./2018.

3.3 TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O CASO DO CASTELINHO E O PÁTIO DE EVENTOS

Nas últimas décadas, a temática da preservação do patrimônio cultural e seu potencial de mercantilização como forma de gerar ganhos econômicos ganhou espaço e se destacou como discurso apresentado nas cidades e por vários governos. Com a globalização e uma maior competitividade da economia, o crescimento das cidades demanda uma proposta de planejamento urbano e estratégico.

> Hoje, parece que todos os municípios estão despertando como uma das formas de saída econômica para o desenvolvimento municipal, principalmente através do turismo cultural que, por razões mais ou menos óbvias, é mais fácil de implementar porque a infraestrutura (asfalto, restaurantes, comunicações) muitas vezes está pronta e os atrativos também (PORTUGUEZ, 2004, p. 9).

As cidades tornam-se possíveis destinos turísticos e intervenções são realizadas com o objetivo de criar uma imagem (muitas vezes artificial) que desperte o desejo, transformando-as em atração turística. Tais intervenções motivadas por uma perspectiva mercadológica possibilitam ocultar ou maquiar aspectos conflituosos como também modificar áreas antigas, instituindo uma nova paisagem e dando-lhe novos usos.

Devido a conveniências diversas, a falta de sensibilização e conscientização sobre a importância do patrimônio histórico, conflitos são constantes refletindo no aumento dos processos de destruição e abandono de edificações antigas e descaracterização pelo uso de atividades comerciais. Medina (2012) afirma que pode acontecer nesta aproximação entre patrimônio e turismo, um jogo de interesses, conflitos, decisões e ações políticas com relação à utilização do mesmo enquanto espaço turístico.

Portanto, é essencial para a comunidade local não apenas conhecer as ações e projetos através do convencimento e sim compreender como se dá o processo de maneira a permitir uma efetiva participação nas tomadas de decisão.

> A construção de singularidades nas cidades históricas depende quase sempre de um recorte induzido sobre o que se quer, e se pode, selecionar como simbolicamente representativo. [...] As interpretações sobre os significados do patrimônio não são isentas da parcialidade que refaz os nexos constitutivos entre a construção dos espaços centrais da cidade e as relações de poder (LEITE, 2007, p. 157).

Souto Maior (2007, p. 90), em sua obra Urbanismo e Preservação em Triunfo (PE), considera a edificação “Castelinho” um imóvel de destaque e informa que no local funcionou a antiga Usina de Força, sugerindo a reintrodução de maquinário como forma de preservar a

memória local. Pertencente a Prefeitura Municipal, o Castelinho situa-se no encontro da rua Padre Ibiapina com a Praça Carolino Campos, próximo ao Theatro Cinema Guarany, no centro histórico da cidade. Por sua localização privilegiada a edificação foi alvo do Plano Diretor.

Conforme demonstrado, o pátio de eventos foi uma demanda constante no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Triunfo assim como a preservação do patrimônio histórico. De acordo com o exposto encontrado no acervo de documentos da Prefeitura Municipal, tendo como foco os artigos 73,74 e 83 do Plano Diretor, torna-se perceptível um jogo de forças que revelam um conflito existente já na sua concepção.

O artigo 73 determina a implantação do pátio de eventos, preferencialmente, em área contínua da Praça Carolino Campos, devendo respeitar a fachada dos imóveis de interesse patrimonial e histórico relacionados no artigo 83. O artigo 83, entre outras edificações, institui o prédio conhecido por Castelinho, por inteiro, (localizado em área contínua à praça Carolino Campos) como imóvel especial de preservação.

Em parágrafo único do artigo (73), fica autorizada a intervenção no prédio do Castelinho, asseguradas a preservação de sua parte frontal relativa ao prédio principal, visando a construção de um pátio de eventos, ou seja, um equipamento turístico. A redação do artigo 83 se contradiz quando considera a edificação Castelinho um bem tombado e, concomitantemente, em seu parágrafo 1º assegura a preservação apenas de sua parte frontal relativa ao prédio principal. Contudo, o Castelinho, a unidade, como um todo e não parte dele, foi considerado imóvel de destaque no inventário realizado pela Fundarpe, o que ratifica sua indivisibilidade. Este documento (inventário) denominado Diretrizes à Preservação do Patrimônio Histórico de Triunfo integra o Plano Diretor, sendo o seu anexo IV.

Figura 23: Prédio do Castelinho antes da intervenção

Fonte: Acervo do autor (2010)

Figura 24: Castelinho após a intervenção com o pátio de eventos

Fonte: Acervo do autor (2016)

O fato é que, apesar do veto da Fundarpe através de parecer, conforme estabelece o artigo 74 no seu primeiro parágrafo, a edificação foi parcialmente demolida no ano de 2010 para dar espaço ao pátio de eventos. A obra foi aprovada pelo Conselho Gestor do Plano Diretor que em reunião derrubou o parecer da Fundarpe mediante a maioria de 2/3 (dois terços), conforme o que rege o parágrafo segundo do mesmo artigo 74.

Percebe-se a existência de interesses conflitantes e forças distintas atuando quanto da elaboração dos artigos citados, assim como perante a derrubada do Veto (Parecer) da Fundarpe. Considerado o principal cartão postal do turismo de Triunfo, a paisagem do lago João Barbosa e o Theatro Cinema Guarany foi um elemento decisivo para a escolha do local para o pátio de eventos. Apesar da proximidade ao centro histórico ser um atrativo, não foram encontradas informações sobre a existência de estudos de impacto sobre a implantação do equipamento na área com o objetivo de identificar possíveis danos ao patrimônio, visto sua localização ser muito próxima ao Theatro Cinema Guarany, imóvel com tombamento estadual desde 1988.

> Toda festa que tem o que se vê pela manhã é a maior imundice dentro do açude, acaba com o nosso lago que é o nosso cartão de visita. Entendeu? E o povo fica aprisionado porque Triunfo é um lugar que não tem saída. E a festa aí, uma festa como essa que houve agora, você passa duas horas pra sair de um canto pra outro, não tem comodidade para o povo, o pátio é pequeno pra fazer um evento grande. Então, pra mim, foi uma decepção! (CL 5)

A festa a que o entrevistado se refere foi a apresentação da dupla Bruno e Marrone realizada na Festa da Padroeira em dezembro de 2017. Houve superlotação do espaço, casos de desmaios, dificuldade de evacuação da área após o show e trânsito caótico.

Figura 25: Show da dupla Bruno e Marrone, no dia 28 de dezembro de 2017

Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Triunfo

Tais espaços existem em várias cidades. Será o pátio de eventos um instrumento de destruição urbana? Leite (2007, p. 187), se referindo a reforma da Praça do Marco Zero, no Recife, afirma que, "o enorme vazio do largo, somente preenchido em dias de grandes eventos – shows que mobilizam uma massa disforme e temporária de pessoas – [...] transformando-o em um espaço público para reunião e o espetáculo". Coincidência? Tendência a se copiar "ideias" de grandes centros visando se adequar a uma modernidade ou esta era uma necessidade local?

> Em parte, quem defendeu tinha razão. Ele (pátio de eventos) é uma necessidade. Tornou-se um cenário para os eventos da cidade, essa coisa de fazer as festas entre o lago e o Guarany. A gente tem observado que isso pode ser descentralizado. Exemplo, ali, a via verde, né? Acho que o município já deslocou alguns eventos pra aquela área ali. E não estaríamos fora do contexto. Hoje a gente não comporta mais eventos de porte nacional aqui no pátio de eventos. Existe até uma especulação agora pra sair dali a Igreja Batista pra ampliação. Descaracteriza a cidade, de fato. Fisicamente, descaracterizou. Não é feio o pátio. Mas descaracterizou um pouco. Era uma guerra da população com a visão de gestores municipais. Isso aí foi um conflito. Eu particularmente acho bonito, mas se toda vez que a gente for fazer um

> projeto, a gente abrir uma exceção pra derrubar um pedacinho do centro histórico, daqui a pouco não tem mais nada. Acho que deve ser proibida essas ações (CL 7).

Não há como negar que a atividade turística está inserida em uma conjuntura capitalista mediante o foco no cliente, incentivo ao consumo e transformação dos bens culturais e naturais em produtos turísticos. Não se pretende com esta afirmação defender uma política de preservação isolada das necessidades do presente. Scocuglia (2004, p. 39) alerta que, "opor a cidade do passado à cidade do presente não significa preservar as primeiras".

Para Medina e Paniza (2015), constata-se na literatura o quão são escassas as alusões aos processos de hibridação, de recuperação e revitalização que o turismo propicia, ao mesmo tempo, que os impactos do turismo na cultura e no espaço são realçados através do enfoque na destruição da cultura. No caso da atividade turística, o investimento em preservação e revitalização do patrimônio pode trazer bons resultados econômicos e ao mesmo tempo fortalecer a identidade local, gerando uma melhora na autoestima da comunidade.

Neste caso do Castelinho/Pátio de Eventos, o que nos interessou foi discutir a forma de intervenção do poder público. Durante a pesquisa foi detectado este fato que retrata uma realidade da relação entre o patrimônio cultural e as demandas do turismo. Como a pesquisa se propôs a oferecer um panorama recente sobre o local através de uma pesquisa descritiva optou-se por incluir o caso do "Castelinho".

Ao que tudo indica, a relação que deveria ser harmoniosa entre o Governo do Estado e o Município, no que tange a preservação do patrimônio histórico, sofreu alguns desgastes. A falta de harmonia acontece inclusive sobre a política de tombamento.

> Eu encontrei assim uma contradição grande porque estava aqui com uma pessoa que foi da Fundarpe, que eu conversei com ele sobre o tombamento do centro histórico e algumas casas que não tem representatividade. Ele ligou na hora pra um diretor da Fundarpe, e o diretor disse que não tinha nada a ver, que a Fundarpe está de olho é no Guarany e em mais alguns casarões, que não é o centro histórico todo, que isso é questão da Prefeitura. Mas quando a gente vai pra Prefeitura, um proprietário está com uma planta lá com o carimbo da Fundarpe dizendo que não pode mexer. Aí, eu acho assim, algum órgão está mentindo. Não está claro, não está claro. O que é mesmo tombado e o que não é? O que pode mexer, o que não pode?

É de conhecimento público na cidade que em outros momentos e por diversas vezes a Fundarpe recorreu ao Ministério Público Estadual e conseguiu embargar obras no centro histórico, após o poder executivo do Município não atuar. Em 2014, a Fundarpe enquanto instituição técnica, promoveu a abertura do processo de tombamento estadual do Núcleo Histórico de Triunfo, de modo que o mesmo está submetido ao regime de preservação dos

bens efetivamente tombados até a resolução final do Conselho de Cultura de Pernambuco e a consequente promulgação de lei estadual, acima do Plano Diretor do Município.

Portanto, compreende-se a dinâmica local da relação entre o turismo e o patrimônio cultural permeada por interesses, como visto no caso do Castelinho. Nesse contexto, um processo participativo amplo que contemple a comunidade local e a iniciativa privada sob a mediação do poder público, a existência de espaços de deliberação compartilhada, de respeito às decisões coletivas, de conselhos autônomos e com processo de formação transparente, contribuem para que sejam concebidas e efetivadas políticas públicas universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A substituição das atividades do setor primário (agricultura) pelo setor de serviços como é o caso do turismo é uma tendência mundial do capitalismo hodierno. Neste sentido, o caso de Triunfo é uma consequência desse processo global, tendo como foco o desenvolvimento econômico, fato que reflete a atual ordem neoliberal.

A partir da década de 1990 com a criação do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), enquanto política pública do governo federal, várias localidades com potencial adotaram o turismo como caminho para o desenvolvimento, entre estas o Município de Triunfo. As dinâmicas referentes ao processo local de construção do turismo em Triunfo e sua relação com a cultura e o desenvolvimento é descrito apenas em parte neste trabalho.

Entendendo tal limitação, esta dissertação visou dar sua contribuição a comunidade local, a iniciativa privada e ao poder público quando objetivou a partir das suas percepções e dos dados secundários apresentar o contexto atual entre patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento, tendo se apoiado teoricamente em diversos autores que tratam destas temáticas.

Neste sentido buscou-se identificar as origens deste patrimônio histórico e cultural utilizados em Triunfo pelo turismo enquanto recurso. Tendo conseguido sua autonomia política ainda na segunda metade do século XIX, baseado na bibliografia exposta, constatou-se que este Município foi considerado o centro econômico do sertão pernambucano, com uma vida social e cultural bastante ativas.

Situado em um brejo de altitude, o clima ameno em pleno semiárido e uma zona rural ocupada por minifúndios possibilitaram nos sítios (zona rural) as culturas agrícolas do café, da cana-de-açúcar e a produção de frutas que, unidas aos engenhos de rapadura, as pequenas indústrias e a um centro comercial fizeram este Município se destacar regionalmente durante a primeira metade do século XX.

A maior parte do patrimônio cultural aproveitado pelo turismo é deste período (final do século XIX até meados do século XX), a exemplo da arquitetura dos imóveis, as histórias e estórias dos tempos do cangaço, o Careta, personagem folclórico considerado um ícone do Município, o Theatro Cinema Guarany, a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, as festas populares como o Carnaval e a Festa dos Estudantes, a banda de música do Clube Central Isaías Lima, entre outros.

Este passado é percebido pelo senso comum triunfense como um tempo de glórias em comparação com a atualidade, um período áureo, gerador de autoestima e do mesmo modo alimenta um saudosismo, um sentimento de que a localidade perdeu sua importância. Neste caso, a promoção produzida pelo turismo, a abertura de novos negócios, os empregos e os dividendos econômicos fazem com que os triunfenses vejam a atividade turística como uma espécie de redenção, um caminho a seguir como forma de recuperar ao menos em parte seu antigo destaque no cenário regional, utilizando para isso o patrimônio cultural.

Com relação a cultura local, as falas demonstram uma certa preocupação com a inserção de novas manifestações culturais, a compreensão da educação como algo diferente de cultura, e as escolas enquanto espaços de sensibilização das novas gerações com relação a importância de se preservar o patrimônio cultural e a história municipal.

Ao mesmo tempo em que prevalece nas narrativas a valorização da cultura local pelos triunfenses, surge também a desvalorização de mercado dos grupos culturais quando de sua contratação para apresentações nos eventos realizados no Município, o que vem a confirmar a necessidade de políticas públicas para a área da cultura, e por sua vez a busca de uma sustentabilidade cultural, bem como econômica, através do acesso e ampliação a outros mercados, a utilização de ferramentas de gestão, da inovação e profissionalização sem, contudo, comprometer suas peculiaridades e de maneira a não dependerem unicamente de recursos públicos. Destacou-se por este ângulo a perspectiva da economia da cultura e o turismo como possibilidades na busca por viabilidade.

Conforme transpareceu nas falas da maioria dos entrevistados a mercantilização da cultura pelo turismo é percebida como algo positivo, de modo que, por via geral a população avalia que a atividade turística não causa impactos negativos para o Município. Contudo, a questão da sazonalidade foi considerada um problema que necessita maior atenção de forma a manter os empregos e a qualidade no atendimento ao turista.

Surgiram críticas com relação ao turismo de eventos praticado pelo Município, com mudança de datas, locais tradicionais, e priorização de uma cultura de massa visando quantitativo de público. O poder público alega ter criado mecanismos para a inserção dos grupos locais nas grades de programação dos eventos. Contudo, fica a reflexão sobre a necessidade de haver um processo de participação social na tomada de decisões que pondere sobre qual tipo de turismo e perfil de demanda poderá vir a contribuir para a sustentabilidade e o desenvolvimento turístico do Município.

Durante a pesquisa encontrou-se uma legislação voltada para o turismo e a preservação do patrimônio cultural. Embora em várias falas fossem citadas uma

desarticulação local, é possível afirmar que houve uma tentativa de política de participação social quando da elaboração do Plano Diretor, porém, ainda carece melhorar a qualidade do diálogo existente, traçar estratégias de mobilização dos cidadãos com o intuito de participarem do processo decisório, e haver um acatamento efetivo do poder público com relação às decisões tomadas pelas instâncias de participação.

Reconhece-se, todavia, a importância do Plano Diretor, assim como as limitações orçamentárias de um Município com poucos recursos financeiros, como é o caso de Triunfo. Contudo, a adoção de um método participativo para eleger prioridades e auxiliar na tomada de decisões será determinante no sentido dos segmentos sentirem-se contemplados.

O entrelaçamento entre a dinâmica urbana, o patrimônio cultural, as demandas do turismo, da economia, os diversos atores sociais implicados, geraram conflitos e opiniões divergentes, como aconteceu no exposto caso da edificação conhecida como Castelinho, parcialmente demolido para a construção do pátio de eventos.

A obra foi aprovada pelo Conselho Gestor do Plano Diretor que em reunião derrubou o parecer da Fundarpe enquanto instituição técnica mediante a maioria de 2/3 (dois terços). Por diversas vezes a Fundarpe recorreu ao Ministério Público Estadual com intuito de embargar obras no centro histórico da cidade e, posteriormente, em 2014, promoveu a abertura do processo de tombamento estadual do Núcleo Histórico de Triunfo. Porém, não podemos afirmar que tal ação se deve a decisão aprovada pelo Conselho Gestor do Plano Diretor.

Baseado na literatura, faz-se necessário que espaços como os conselhos sejam plurais, sem direcionamento do poder público municipal na escolha dos membros integrantes da sociedade civil, sobretudo dos representantes da comunidade local, e que estes possam atuar de forma autônoma e independente, de forma a não simplesmente homologarem decisões verticais.

Entendemos o caminho para o desenvolvimento local como a capacidade de associação da comunidade no sentido de empregar esforços visando atingir objetivos que contemplem interesses comuns e atendam as demandas da localidade, destacando-se com esse propósito a concepção de politicas públicas e as instâncias de participação.

Não sendo garantido um espaço de influência e intervenção para todos os interessados corre-se o risco de inviabilizar socialmente a eficácia das políticas. Assim, é fundamental o papel do poder público em fomentar e possibilitar um engajamento coletivo, articulado, que resulte em uma construção participativa compromissada com o desenvolvimento local e que venha a minimizar os impactos negativos causados pela atividade turística.

Entretanto, o turismo tem colaborado para o desenvolvimento do Município, com a conservação do seu patrimônio histórico e difusão da cultura local. A valorização do Careta e de outras manifestações folclóricas e da cultura popular, a preservação do casario, a criação de novos equipamentos culturais como museus, a geração de emprego e renda, os investimentos na infraestrutura da cidade, e as falas da comunidade local, da iniciativa privada e do poder público se deram no sentido de confirmar esta contribuição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento Regional Brasileiro e Políticas Públicas Federais no Governo Lula. In: SADER, Emir (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo:** uma visão crítica dos não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARROS, L. O. C. A ação modernizadora do Padre Ibiapina. In: DESROCHERS, G; HOONAERT, E. (orgs.). **Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres**. São Paulo: Paulinas, 1984.

BARROSO, G. A origemda palavra Sertão. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, V(52): 401-403, junho, 1947.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, n° 3, p. 27-33, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/93/88>. Acesso em: jun./2017.

BAUMAN, Z. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac. 2002.

BENJAMIM, R. Herança negra diversificada no carnaval do interior. IN: **Suplemento Cultural**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2002.

BRAGA, Christiano. A cultura nas políticas e programas do Sebrae. In: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>. Acesso em: mai./2017.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 215; 216. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: jul./2017.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: ago./2018.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261570&search=pernambuco|triunfo. Acesso em: jul. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura.** Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc> Acesso em: mai./2017.

_____. Ministério do Turismo. **Cadastur**. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>. Acesso em: abr./2018.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Disponível em: Plano Nacional de Turismo 2018-2022 <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Ministério do Turismo – Mtur online. **Turismo Cultural**. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf >. Acesso em: fev./2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o estado republicano:** democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. **Lua Nova**, núm. 93, setembro-dezembro, 2014, pp. 33-60. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67335779003>. Acesso em: fev./2017.

BUARQUE, S. C. Globalização e desenvolvimento local sustentável. In: BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Recife: IICA, 1999. Disponível em: < http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>. Acesso em: fev./ 2017.

BURITY, Joanildo. Cultura e desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 22, pp. 48-55, 1994.

CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional** (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014 Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/O-desenvolvimento-regional-brasileiro-ainda-emquestao.pdf>. Acesso em: mai./2017.

CORIOLANO, L. N. Os limites do desenvolvimento e do turismo, (2001). **Boletim Goiano de Geografia**, 21 (2): 25-45, jul/dez 2001.

_____. **Do local ao global:** o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, F. A. Pereira da.**Anais Pernambucanos**. V. 10. Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 1985.

CUNHA, Euclides da.**Os Sertões**. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DEHEINZELIN, L. **Políticas Culturais, Economia Criativa e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2006-Pol%C3%ADticas-Culturais-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: mai./2017.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 19(2), mai/set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001>. Acesso em: abr. 2017.

DUPAS, G. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

DURAND, J. C. Cultura como objeto de Política Pública. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 15, n. 02. São Paulo: Abr./Jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200010>. Acesso em: fev./ 2017.

ENRIQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento**: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1983.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo. Brasiliense, 2006.

FARAH JR, F. M. Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas? **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.2, p.13-22, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/490/385>. Acesso: maio/2017.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto da acauã**: das memórias do Cel. Manoel de Souza Ferraz. Recife: Edições Bagaço, 2012.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez. 1981. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220420.uma_politica_de_desenvolvimento_NE.pdf >. Acesso em: fev./2017.

GASPAR, Lúcia. Bacamarteiros. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/undefined/pesquisaescolar>. Acesso em: ago./2018.

_____. Bandas de Pífano. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/undefined/pesquisaescolar>. Acesso em: ago./2018.

_____. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php/>. Acesso em: jul./2018.

GOMES, Denise Maria Cavalcanti. Turismo e Museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2009.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **A rebelião da Serra Negra**: a praieira no Sertão. Recife: Prefeitura Municipal de Floresta. Floresta - PE, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade,** Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HANAI Frederico; ESPÍNDOLA, Evaldo. **Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para o envolvimento e participação de comunidades locais**. Turismo em Análise, vol.22, nº 1, abril, 2011. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14238/16056 >. Acesso em: fev./ 2017.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: a revolta de Triunfo. Revista CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, n. 28 (2), 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/129/98>. Acesso em: mar./2018.

HOLANDA, L. A.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do observatório da Realidade Organizacional. Recife: Edufepe, 2003, p. 263-275. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/534/252 >. Acesso em: fev. 2017.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, Administração Pública e Sociedade:** Novos Paradigmas.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARTIN BARBERO, Jesus. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. IN: MORAES, Denis (org). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/343518341/Sociedade-Midiatizada-Completo-Org-Denis-de-Moraes-pdf>. Acesso em: mai./2017.

MARTINELL, Alfons. Cultura e Cidade: uma aliança para o desenvolvimento – a experiência da Espanha. In: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Politicas Culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>. Acesso em: mai./2017.

MARTINS, J. C. O. Refletindo sobre Patrimônio Cultural e Turismo Sustentável. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C. (Orgs): **Desenvolvimento Territorial, Cultura e Turismo**: uma abordagem multidisciplinar. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

MARY-ALYPIUS. **Um quarto de século**: 1903-1928. Tradução: Ir. Salatiel Franciscano do Amaral. Província Marista Brasil Norte. Recife: Edições Bagaço. 2003.

MEDINA, J. C. C. Re-construcción de la cultura y del espacio turístico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (Orgs): **Turismo, cultura e desenvolvimento.** Campina Grande: EDUEPB. 2012.

MEDINA, J. C. C.; PANIZA, J. L. Turismo situado, espaços múltiplos e tempo acelerado. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C. (Orgs): **Desenvolvimento Territorial, Cultura e Turismo**: uma abordagem multidisciplinar. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo, SP: A Girafa, 2005.

MONTIEL, Edgar. A comunicação no fomento de projetos culturais para o desenvolvimento. In: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Politicas Culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília:

Unesco, 2003. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>. Acesso em: mai./2017.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Capitalismo Contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1(1), p. 51-64, 2013.

MURTA, S.M.; GOODEY, M. Interpretação do Patrimônio para visitantes*:* um quadro conceitual. In: MURTA, S. M. ; ALBANO, C. (Orgs). **Interpretar o Patrimônio –** um exercício do olhar. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a03.pdf>. Acesso em: mai./ 2017.

OLIVEIRA, Clarice. **Uma Pequena Estrela que caminha sobre a Terra**. 2007.

PERNAMBUCO. EMPETUR. **Pernambuco para o mundo:** Planejamento Estratégico de Turismo de Pernambuco – versão pública. Disponível em: <http://setur.pernambuco.googlepages.com/PlanoEstrategicodeTurismodePE.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

PERRUCI, G. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, S. (org.). **A questão Nordeste**: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINTO, O. A. S. **Dom Sertão, Dona Seca**. João Pessoa: A União, 2016.

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Boca, 2004.

RANDALL, Ripley B. Stages of the Policity Process. In: RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. Folha Explica. Publifolha, 2010.

REIS, A. C. F. **Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Manole, 2007.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**. A Instituição do Patrimônio em São Paulo – 1969-1987. São Paulo: Unesp; Imesp; Condephaat, 2001.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, Y. **Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre**. Centro de Estudos de História Municipal. Recife: CEPE, 2012.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

SEABRA, G. Turismo sertanejo – a cultura regional e o desenvolvimento local.In: SEABRA, G. "**Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional". João Pessoa: UFPB, 2007.

SENRA, K. V. Cinquenta anos de políticas públicas federais de desenvolvimento regional no Brasil. In: FARIA, R. de; SCHVARSBERG, B. (orgs). **Políticas urbanas e regionais no Brasil.** Brasília: FAU-UnB, 2011.

SILVA, F. A. Barbosa da (Org.). **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>. Acesso em: mar./2017.

SILVA, S. C. B. M. . O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N.M.T.. (Org.). **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza - CE: Ed. da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), 2003, v. 1, p. 47-50.

SOUTO MAIOR, Paulo M. **Urbanismo e Preservação em Triunfo – PE**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SOUZA NETO, Belarmino de. **Flores do Pajeú:** história e tradições. 2. ed. Recife: Printer, 2004.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03Aatr-Pp-Papel-Politicas-Publicas>. Acesso em: mai./ 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. De falácias e de cultura. **Revista de Administração Pública**, RAP, Rio de Janeiro 35(4): 7-17, Jul./Ago. 2001. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12480/de-falacias-e-de-cultura/i/pt-br>. Acesso em: mai./2017.

TRIUNFO (PE). **Lei Municipal nº 740/87**. Torna patrimônio arquitetônico fachadas de prédios históricos localizados no perímetro urbano. Prefeitura Municipal de Triunfo. 1987.

_____. **Lei Municipal nº 836/93**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a decretar Zonas Especiais de Interesse de Preservação Cultural. Prefeitura Municipal de Triunfo. 1993.

_____. **Lei Municipal nº 1005/2003.** Código Tributário do Município de Triunfo. Prefeitura Municipal de Triunfo. 2003.

_____. **Lei Municipal nº 1082/2007**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Triunfo (PDDU). Prefeitura Municipal de Triunfo. 2007.

_____. **Lei Municipal nº 1.201/2011**. Dispõe sobre a instituição do Certificado e do Selo de Qualidade Turística. Prefeitura Municipal de Triunfo. 2011.

_____. **Lei Orgânica do Município.** Artigo 231. 1990.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf >. Acesso em: mai./2017.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

WERTHEIN, J. Introdução. In: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf >. Acesso em: mai./2017.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZAOUAL, H. Do turismo de massas ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 9. Nº 2, pp. 1-14. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: < http://www.redalyc.org/pdf/1154/115415175001.pdf >. Acesso em: fev. 2017.

ZAOUAL, Hassan. **Novas economias das iniciativas locais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JORNAIS CONSULTADOS NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Correio do Centro (Triunfo – PE) – Edição do dia 10 de maio de 1914.
Diário de Pernambuco (Recife – PE) – Edição do dia 12 de maio de 1874.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 13 de junho de 1870.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 31 de maio de 1877.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 28 de junho de 1877.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 28 de janeiro de 1882.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 11 de janeiro de 1917.
Diário de Pernambuco(Recife – PE) – Edição do dia 27 de abril de 1952.
Jornal do Commercio (Recife – PE) – Edição do dia 03 de janeiro de 1993.

APÊNDICE

Apêndice A: Perfil e Identificação dos Entrevistados

Agentes Locais	**Quantidade**	**Sigla Identificação**
Poder Público	**3**	
Poder Público (Executivo)	2	PP1 e PP2
Poder Público (Legislativo)	1	PP3
Sistema S	**1**	
Serviço Social do Comércio (SESC)	1	SS
Iniciativa Privada	**4**	
Associação Comercial do Município de Triunfo (ACMT)	1	IP1
Bares e Restaurantes	2	IP2 e IP3
Meios de Hospedagens	1	IP4
Comunidade Local	**5**	
Professor(a) Aposentado(a)	2	CL1 e CL2
Funcionário Público	1	CL3
Militante da área da Cultura	1	CL4
Guia de Turismo	1	CL5
Total	**14**	

Apêndice B: Roteiro de perguntas para entrevista – comunidade local

Objetivo: Conhecer as percepções sobre o patrimônio cultural e o turismo

1. Qual a importância da cultura local para o triunfense?

2. Como avalia a política de tombamento dos imóveis localizados no centro histórico?

3. O turismo causa algum impacto no município?

4. Como é percebida a relação entre os equipamentos culturais e o turismo?

5. Como é percebida a relação entre as manifestações culturais e o turismo?

Objetivo: Analisar o processo de participação dos diversos agentes na construção das políticas públicas municipais de turismo e cultura

7. Como se dá a participação da comunidade no processo de construção das políticas públicas?

8. A participação da comunidade se dá em condições de igualdade com o poder público e a iniciativa privada?

9. A comunidade local acompanha se as decisões são postas em prática?

10. A comunidade local sente-se contemplada no processo de construção do turismo?

Objetivo: Identificar os discursos e ações

11. Como são percebidos pela comunidade local os discursos e ações do poder público municipal e estadual em se tratando de turismo, cultura e desenvolvimento?

12. Como avalia a postura da iniciativa privada?

Apêndice C: roteiro de perguntas para entrevista – iniciativa privada

Objetivo: Conhecer as percepções sobre o patrimônio cultural e turismo

1. Qual a importância da cultura local para o empresário?
2. Como avalia a política de tombamento dos imóveis localizados no centro histórico?
3. Como é percebida a relação entre os equipamentos culturais e o turismo?
4. Como é percebida a relação entre as manifestações culturais e o turismo?
5. O turismo causa algum impacto no Município?
6. Quais os principais entraves para o desenvolvimento do turismo no Município?

Objetivo: Analisar a participação da iniciativa privada na construção das políticas públicas municipais de turismo e cultura

7. Como se dá a participação da iniciativa privada no processo de construção do turismo?
8. Que ações acredita que os empresários locais poderiam adotar para contribuir para o desenvolvimento das atividades turísticas?

Objetivo: Identificar os discursos e ações

9. Que tipos de ações e políticas adotadas pelo poder público municipal demonstram o interesse em desenvolver o turismo em Triunfo?
10. Como são percebidos pela iniciativa privada os discursos e ações do poder público municipal e estadual em se tratando de turismo, cultura e desenvolvimento?
11. Qual a sua opinião sobre a taxa de turismo?

Apêndice D: roteiro de perguntas para entrevista – poder público municipal

Objetivo: Conhecer as percepções sobre o patrimônio cultural e turismo

1. Qual a importância da cultura local para o poder público municipal?

2. O tombamento dos imóveis localizados no centro histórico auxilia ou prejudica o desenvolvimento da cidade? De que forma?

3. Como é percebida a relação entre os equipamentos culturais e o turismo?

4. Como é percebida a relação entre as manifestações culturais e o turismo?

5. O poder público acredita ser o turismo uma atividade que possa vir a se consolidar em Triunfo como alternativa econômica capaz de possibilitar o desenvolvimento local?

6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo poder público para desenvolver o turismo no Município?

Objetivo: Analisar a participação dos diversos agentes na construção de políticas públicas voltadas para o turismo e a cultura.

7. Como se dá a participação do poder público no processo de construção das políticas públicas?

8. Que ações acredita que o poder público poderia adotar com relação a concepção de políticas públicas?

9. Como o poder público analisa a participação da iniciativa privada na construção destas políticas públicas?

10. Como o poder público analisa a participação da comunidade na construção destas políticas públicas?

Objetivo: Identificar os discursos e ações

11. Como são percebidos pela gestão municipal os discursos e ações da FUNDARPE e da EMPETUR com relação a Triunfo?

11. Como avalia as ações da iniciativa privada?